



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

BEATRIZ RODRIGUES FERNANDES

ARPILLERAS E FEMINISMO
RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO
SEMIÁRIDO NORDESTINO

FORTALEZA

2018

BEATRIZ RODRIGUES FERNANDES

ARPILLERAS E FEMINISMO

RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO
SEMIÁRIDO NORDESTINO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará como requerimento parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gema Galgani
Silveira Leite Esmeraldo

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F398a Fernandes, Beatriz Rodrigues.
Arpilleras e Feminismo : Ressignificações das mulheres atingidas por barragens no Semiárido
Nordestino / Beatriz Rodrigues Fernandes. – 2018.
103 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.
1. Arpilleras. 2. Metodologias feministas. 3. Mulheres atingidas por barragens. 4. Direitos Humanos. 5.
Artes subversivas. I. Título.

CDD 333.7

BEATRIZ RODRIGUES FERNANDES

ARPILLERAS E FEMINISMO

RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO
SEMIÁRIDO NORDESTINO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará como requerimento parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 22 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Lia Pinheiro Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª. Dr^ª. Marina Haizenreder Ertzogue
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Margarida Calisto Olímpio
Arpillerista – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à senhora minha mãe, Adriana Lúcia, por uma vida de amor, amizade, apoio e cuidados. Sem ela, essa dissertação não seria possível. Agradeço à minha irmã, Hannah Fernandes e ao meu irmão Marcelo Fernandes, pelas risadas e descontrações diárias, os dias são mais divertidos com vocês. Ao meu pai que, espiritualmente, cuida. Ao companheiro Caio Jaborandy, por ser amor na vida, pelas idas à praia, os banhos de mar, as noites com a lua e as estrelas, a sintonia e conversas infinitas. Caio foi quem me trouxe a leveza para esses dois anos de mestrado. Aproveito para agradecer a Maria Sofia, por estar apenas tão próxima nesse último semestre, proporcionando doses instantâneas de amor e alegria.

Agradeço à minha orientadora, professora Dr^a. Gema Esmeraldo, por compartilhar tanto conhecimento, por todo apoio à minha aprendizagem, por me acolher e orientar, em tantos sentidos. Agradeço à minha amiga Naila Saskia, pelo encontro, por ter me apresentado à Agroecologia, ao Feminismo acadêmico, onde me encontrei e espero permanecer trilhando, sou muito grata a você, amiga. Agradeço à querida Ivana Fernandes, por ter me convidado para participar do projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárida Nordeste”. Agradeço à Andrea Camurça, pela amizade, apoio e pelos saberes compartilhados durante esse ano de Projeto e parceria. Agradeço às amigas do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA)/Programa Residência Agrária (PRA), Lígia Viana, Érika do Vale, Gabriela Colares e Débora Almeida pelas contribuições à essa dissertação. Agradeço à Marina Porto, Carla Kemille e Antônio Régis por contribuírem no Projeto e conseqüentemente nessa dissertação. Agradeço também à querida Zilcinete França, por toda parceria, trabalho, carinho e força durante o Projeto, descobertas do SEI e escrita dessa dissertação.

Agradeço especialmente às mulheres atingidas por barragens, por compartilharem seus saberes, suas histórias, suas dores, suas forças, suas artes e assim, bordarem comigo essa dissertação. Agradeço especialmente no nome de D. Margarida Calisto, a maior *arpillerista* cearense, pelas suas lindas telas bordadas, por me acolher em sua casa e por compartilhar comigo a história de sua luta e vida, agradeço também à sua filha e minha amiga Marina Calisto, pela parceria e contribuições.

Agradeço ao professor Dr. Levi Furtado e à professora Dr^a. Marina Ertzogue, pelas preciosas contribuições à essa pesquisa e por aceitarem participar da banca de defesa,

assim como a professora Dr^a Lia Pinheiro, sou grata pela oportunidade de aprender com as senhoras e o senhor.

Agradeço à querida Fernanda Amorim, pelo encontro e pelas ricas contribuições sobre as *arpilleras*.

Agradeço ao PRODEMA – UFC, pela oportunidade de cursar esse mestrado tão rico e interdisciplinar. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa, o que permitiu minha dedicação integral durante esses dois anos de pesquisa. Agradeço aos professores e meus colegas de turma, do mestrado e doutorado do PRODEMA 2016, pelos debates construtivos na sala de aula. Agradeço em especial ao meu amigo Diego Pereira, pela parceria durante o mestrado e toda construção dessa dissertação. Às queridas Laísa Tocantins e Marina Macêdo pelas trocas e contribuições. E à minha amiga Adriana de Sá pela torcida, apoio, conversas, conselhos e tantas caronas.

Agradeço às minhas amigas-irmãs Clara Dibe e Nayanna Cris, pelos anos de amor, amizade e companheirismo, pelo cuidado durante os anos de mestrado, por me ouvirem e me darem força sempre, sou grata por tê-las comigo. Agradeço à minha querida amiga Beatriz Adjafre, pela amizade e parceria durante os nossos mestrados, pela força na construção dessa dissertação. Agradeço também as contribuições de Natália Cunha e ao meu amigo José Jr. pela força em um dos momentos mais desafiadores na escrita dessa dissertação. Agradeço à minha amiga-irmã Marília Affonso, pela ilustre visita e pelo amor.

Agradeço à Maria Mônica Cristino e Iran Jaborandy, pelo cuidado e carinho. Agradeço André Jaborandy e Gabriela Teixeira, pela amizade, pelo carinho, pelo acolhimento em sua casa e pelas contribuições com essa dissertação, especialmente pelo conhecimento e documentos compartilhados pela querida Gabriela. Agradeço à amiga e irmã Greta Frota, por todo amor, amizade, companheirismo, por todos os conselhos, abraços, conversas e trocas tão construtivas. Sou muito grata pelo nosso encontro. Agradeço especialmente por você, junto ao querido Iran Jaborandy Jr., por trazer Isabela Frota Jaborandy, o amor em forma de bebê e minha afilhada de consagração. À quem eu também muito agradeço, por já distribuir tantos sorrisos, por fazer o amor transbordar e por transformar 2018 em um ano inesquecível.

Agradecimento encantado a Guilherme Azzolini pela presença e força necessária com alegria, saúde e o amor maior Luz da Mata.

RESUMO

Em reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista da nossa sociedade, as mulheres são a parcela mais invisibilizada e violentada dentre as populações silenciadas. Nesse contexto, as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) resgataram as *arpilleras*, técnica têxtil utilizada pelas chilenas como instrumento de luta político-social durante o período ditatorial militar vivido no país. O projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino” surge a partir de uma demanda das mulheres do MAB, através do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, através do Programa Residência Agrária. Tal projeto realiza um processo de formação em Feminismo e Agroecologia para mulheres atingidas de territórios do Ceará, Bahia e Pernambuco, no qual são produzidas coletivamente 5 *arpilleras*. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender a *arpillera* como uma metodologia feminista que contribui para a auto-organização política das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens do Nordeste. Para isso, realizou-se uma pesquisa com perspectiva feminista interseccional, a partir do método história de vida e observação participante, com a aplicação de questionário semiestruturado e a realização de entrevistas em profundidade. As mulheres atingidas abraçam de corpo, alma, linha e agulha, a técnica chilena, indo além, contextualizando nas telas bordadas a realidade de conflitos e resistências vivida em seus territórios da região Nordeste.

Palavras-chave: *Arpilleras*; metodologias feministas; mulheres atingidas por barragens; auto-organização popular; Direitos Humanos; artes subversivas.

ABSTRACT

As a result of the capitalist-patriarchal-racist structure of our society, women are the most invisible and violated part among the silenced populations. In this context, the women of the Movement of the Affected by Dams (MAB) recovered the *arpilleras*, a textile technique used by the Chileans as an instrument of political-social fight during the military dictatorship lived in the country. The project "Women affected by dams, building agroecological knowledge in rural areas of the Northeastern semi-arid region" arose from a demand from the MAB women by means of the extinct Ministry of Agrarian Development, in partnership with the Federal University of Ceará, through the Agrarian Residency Program. This project carried out an education process in Feminism and Agroecology for affected women in the territories of Ceará, Bahia and Pernambuco, in which 5 *arpilleras* were produced collectively. Thus, the present study aimed to understand the *arpillera* as a feminist methodology that contributes to the political self-organization of women in the Movement of People Affected by Dams on Northeast region. In order to do this, the research was carried out with an intersectional feminist perspective, based on the method of life history and participant observation, with the application of a semi-structured questionnaire and in-depth interviews. The women affected embraced body, soul, line and needle, the Chilean technique, going beyond, contextualizing in the embroidered canvas the reality of the conflicts and resistances lived in their territories of the Northeast.

Keywords: *Arpilleras*; feminist methodologies; women affected by dams; popular self-organization; Human Rights; subversive arts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- <i>Arpillera</i> Onde estão nossos direitos?	31
Gráfico 1	- Identificação racial	46
Gráfico 2	- Sexualidade	46
Gráfico 3	- Religiosidades	47
Gráfico 4	- Estado civil	48
Gráfico 5	- Filhos	48
Gráfico 6	- Acesso ao ensino	49
Gráfico 7	- Renda familiar mensal	49
Gráfico 8	- Renda individual mensal	50
Gráfico 9	- Acesso às Políticas Públicas e Benefícios Sociais	53
Figura 2	- Detalhe da <i>arpillera</i> Perda dos laços: “A nossa riqueza era a água...”	65
<i>Arpillera</i> 1	- “Perda dos laços familiares e comunitários”	67
<i>Arpillera</i> 2	- “Água e energia não são mercadoria!”	69
Figura 3	- Detalhe da <i>arpillera</i> Água e energia: “O preço da luz é um roubo que tira a comida do povo”	71
<i>Arpillera</i> 3	- “Produtividade na agricultura e na pesca: antes e depois da barragem” ...	74
Figura 4	- Detalhe da <i>arpillera</i> Produtividade: “Capitalismo x Luta”	75
<i>Arpillera</i> 4	- “Mulheres e o mundo do trabalho”	77
<i>Arpillera</i> 5	- “Contra a reforma da previdência”	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEAB	Comissão Especial “Atingidos por Barragens”
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
DPMRQ	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas
H3000	<i>Horizont 3000</i>
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LEAT	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, <i>queer</i> , <i>intersex</i> , +.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEEPA	Núcleo de Pesquisa, Experiências e Ensino em Agroecologia
NEGIF	Núcleo de Estudos, Gênero, Idade e Família
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica
PRA	Programa Residência Agrária
PRODEMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFC	Universidade Federal do Ceará
UHE	Usina Hidrelétrica
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO I REVISITANDO CAMINHOS TRILHADOS	11
1.1	Universo temático: o problema e a sua importância	11
<i>1.1.1</i>	<i>Motivações para a realização da pesquisa e os objetivos</i>	13
<i>1.1.2</i>	<i>A interseccionalidade como perspectiva feminista: breve reflexão</i>	15
1.2	Síntese histórica: atingidos por barragens em movimento	18
<i>1.2.1</i>	<i>“Mulheres, água e energia não são mercadorias!”</i>	23
1.3	Feminismo bordado	25
<i>1.3.1</i>	<i>Arpillera: a tela da resistência</i>	25
<i>1.3.2</i>	<i>Mulheres que bordam e protagonizam lutas</i>	28
<i>1.3.3</i>	<i>As arpilleras brasileiras</i>	29
1.4	Bordando artes subversivas para a comunicação popular	34
2	CAPÍTULO II PERCURSO METODOLÓGICO	37
2.1	Pesquisas feministas – construção do conhecimento Feminista	37
2.2	“Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárido Nordeste”	38
2.3	Método, técnicas e instrumentos da pesquisa “Arpilleras e Feminismos: ressignificações das mulheres atingidas por barragens”	40
<i>2.3.1</i>	<i>Testemunhos orais, testemunhos têxteis</i>	41
<i>2.3.2</i>	<i>Questionário semiestruturado</i>	42
<i>2.3.3</i>	<i>Entrevista em profundidade</i>	42
<i>2.3.4</i>	<i>Observação não-participante e participante</i>	43
3	CAPÍTULO III DIAGNÓSTICO SOCIAL DA VIDA E EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ATINGIDAS SEMIÁRIDO NORDESTINO	44
3.1	Perfil autodeclarado das mulheres atingidas por barragens	45
3.2	Se há conflito, há resistência	51

4	CAPÍTULO IV ARPILLERAS E FEMINISMO: A AUTO-ORGANIZAÇÃO E AS RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	54
4.1	<i>Arpilleras: uma metodologia feminista para as mulheres atingidas</i>	54
4.1.1	<i>“Mulheres lutando e aprendendo, umas com as outras, a construir um futuro a partir da transformação da realidade”</i>	58
4.2	<i>As arpilleras pelas mãos e voz delas</i>	62
4.2.1	<i>Laços comunitários, familiares e a relação com a terra</i>	64
4.2.2	<i>A negação ao acesso à água e à energia</i>	68
4.2.3	<i>A produtividade antes e depois das barragens</i>	72
4.2.4	<i>A divisão sexual do trabalho e as mulheres atingidas</i>	75
4.2.5	<i>A reforma da previdência e as mulheres rurais</i>	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS – Bordado ressignifica-dor	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO	94
	APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA APLICADA	97
	APÊNDICE C – ENTREVISTA ESTHER VITAL	98
	ANEXO A – PROGRAMAÇÃO DAS FORMAÇÕES EM FEMINISMO E AGROECOLOGIA E DO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO	99
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE E ESCLARECIDO (TLCE)	102

CAPÍTULO I – REVISITANDO CAMINHOS TRILHADOS

1.1 Universo temático: o problema e a sua importância

O modelo desenvolvimentista brasileiro fundamenta-se na exploração assídua dos recursos naturais, a partir de tentativas de transformá-los em mercadoria (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007). Visa-se um lucro infindo sob o custo de marginalizar comunidades inteiras, além da intensa degradação ambiental. Em consequência desse modelo contraditório (MONTIBELLER-FILHO, 1999) que frequentemente licencia grandes projetos sem um estudo eficaz dos impactos socioambientais (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 122), observamos o número crescente de conflitos ambientais (CPT, 2017)¹. Tal engrandecimento da violência no campo é comentada por Boff (2017, p. 28) como o resultado do intenso avanço do agronegócio sobre as terras dos povos tradicionais, os quais respondem organizando-se coletivamente e resistindo.

O ano é 2018 e são mais de duas mil barragens² construídas em todo território brasileiro. Zhouiri e Oliveira (2007, p. 121) revelam que 3,4 milhões de hectares de terras produtivas já foram inundadas, acompanhadas pela expropriação de mais de um milhão de pessoas atingidas. Os processos de desalojamento das comunidades atingidas são concebidos mediante a intensa violação de direitos humanos. A região Nordeste do Brasil, por exemplo, possui um clima semiárido popularmente conhecido, transformado em cenário para a construção de grandes obras hídricas. Usa-se como justificativa o fornecimento de água para a população do semiárido, no entanto, o que se observa na prática é o fornecimento de água para indústrias, agronegócio e grandes áreas metropolitanas. No Ceará, temos como forte exemplo a barragem do Castanhão, enquanto a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) implanta-se na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB) do ano de 2010, é um documento que porta o reconhecimento formal do Estado brasileiro sobre as resultantes do processo de construção de barragens, pois aponta que o processo viola dezesseis direitos humanos.

¹ Aumento documentado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no livro “Conflitos no Campo – Brasil – 2016”, o qual atenta que tal aumento é observado mesmo diante do contexto político que sucateia órgãos de fiscalização ambiental.

² As barragens são definidas pelo Comitê Nacional de Barragens como obstáculos artificiais com a capacidade de reter água ou qualquer outro líquido como rejeitos, detritos, para fins de armazenamento ou controle.

Para o Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2015, p. 11), “os direitos humanos nascem das lutas populares e se afirmam no processo histórico”, ou seja, o movimento considera que sem luta não há garantia de reconhecimento dos direitos. O relatório também evidencia que dentre as populações inteiramente silenciadas, as mulheres são as mais invisibilizadas e violentadas, fato reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista, da nossa sociedade (SAFFIOTI 2013, 2015; FEDERICI, 2017).

A lógica do sistema capitalista está baseada principalmente na exploração das mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho, pois enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho “produtivo”, as mulheres são submetidas ao trabalho reprodutivo e não reconhecido (FEDERICI, 2017). Ou seja, a estrutura capitalista naturaliza os trabalhos de cuidados como papéis da essência feminina.

O MAB, através da publicação da cartilha “Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular” (2015^a, p. 42), reconhece a importância do feminismo para o movimento ao afirmar que as “mulheres já afetadas pelas desigualdades de gênero, pela situação das desigualdades sociais, tem sua situação de violação agravadas pela construção das barragens.” O relatório da CEAB/CDDPH (2010) destaca que são as mulheres quem tem as maiores dificuldades de reconstruírem seus meios e modos de vida. Dessa forma, as populações marginalizadas devido à construção desses grandes empreendimentos, são em sua maioria compostas por mulheres.

Nesse contexto, o Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional do MAB resgatou a técnica das *arpilleras* chilenas, instrumento de luta político-social utilizado pelas mulheres durante a ditadura de Pinochet, como forma de denúncia e resistência. Com oficinas de capacitação, o MAB compartilha entre as mulheres atingidas uma oportunidade de ressignificar as suas dores ao passo que elas são bordadas.

As *arpilleras* brasileiras vão além, pois ao proporcionarem debates e questionamentos sobre as suas realidades, transformam o bordado, enquanto símbolo do papel reprodutivo designado às mulheres, em ato político, passando a se reconhecerem como sujeitos políticos e protagonistas das lutas sociais.

1.1.1 Motivações para a realização da pesquisa e os seus objetivos

“A feminista, cônica da relação dialética entre teoria e prática, deseja não só analisar temas relativos à ciência, mas também como e se pode atuar como cientista e, ao mesmo tempo, honrar seu compromisso com o feminismo, que, compreendido amplamente, procura eliminar a opressão e a dominação sobre as mulheres.” Sondra Farganis

Como mulher feminista que sou, o meu interesse por esse tema surge, inicialmente, por conta do meu encanto com a luta das mulheres, os feminismos como redes de apoio, de união e de promoção ao fortalecimento das mulheres. Alicerçado a isso, ao ingressar no programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), entro em contato com acadêmicas feministas integrantes do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisa em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária (PRA) do Centro de Ciências Agrárias (CCA), na Universidade Federal do Ceará (UFC). Passo, então, a reconhecer-me como tal: acadêmica feminista.

O projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino” surge a partir de uma demanda das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), através de um termo firmado com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³, por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) e em parceria com a UFC, através do NEEPA/PRA. O projeto prevê a formação de 50 mulheres atingidas do Semiárido Nordeste, com a realização das seguintes atividades: processo de formação em Feminismo e Agroecologia, a ser realizado em duas etapas, a primeira no Ceará e a segunda na Bahia; a realização de um Diagnóstico Social sobre a vida e experiências das mulheres atingidas por barragens; e a produção de uma cartilha.

Por meio dessa parceria construída entre o NEEPA/PRA e o MAB, participo do primeiro curso de formação sobre Feminismo e Agroecologia para as mulheres atingidas por barragens. A introdução das *arpilleras* às participantes do curso me fez refletir sobre de que(ais) maneira(s) essa metodologia rica em (res)significados opera a partir de uma perspectiva feminista. Tenho como princípio a importância desse debate, também, dentro da

³ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas foram extintos no contexto do Golpe político de 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Assim, o projeto passou para a pasta da Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário, vinculada a Casa Civil do Governo Federal.

academia, para visibilizar as lutas feministas, impulsionar as mudanças sociais e, essencialmente, pela vida das mulheres.

As mulheres são a parte da população em maior estado de vulnerabilidade social como consequência da construção de grandes obras, devido à arbitrariedade da retirada de direitos, fazendo-as sofrerem inúmeros impactos diretos e indiretos. A negação de direitos humanos no processo de construção de barragens afeta a qualidade de vida das populações atingidas, privando-as do acesso à água, à terra, à energia. Isto é, aflige todo o modo de vida desses povos. Abala diretamente a produção agrícola, as relações familiares e comunitárias, o acesso à saúde, educação e segurança. Além disso, induz a prostituição e promove o aumento da violência contra a mulher, inclusive com o aumento no índice de feminicídios.

A presente pesquisa de mestrado intitulada: “*Arpilleras* e Feminismo – Resignificações das mulheres atingidas por barragens do Semiárido Nordeste” pretende contribuir com a construção do conhecimento sobre a experiência das *arpilleras*, a partir das telas bordadas pelas mulheres atingidas e nordestinas, como instrumento para visibilização das suas lutas, além de delinear as formas pelas quais o atual modelo de desenvolvimento econômico se respalda na violação de direitos e na exploração, sobretudo das mulheres negras e pobres.

Apresento como hipótese a *arpillera* como uma metodologia feminista, que ao ser difundida pelas e para as mulheres integrantes do MAB, contribui com a promoção da auto-organização das mulheres atingidas, correspondendo assim, a um instrumento de resistência política, a partir da resignificação do bordado. Possuo como sul⁴ a seguinte questão: Como se dá a resignificação do bordado pelas mulheres atingidas por barragens?

Nesse contexto, utilizo o termo *arpillera* em referência à conceituação da metodologia, enquanto utilizo *arpilleras* para referir-me as telas bordadas pelas mulheres atingidas por barragens.

Dito isso, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender a *arpillera* como uma metodologia feminista e o seu papel para a auto-organização política das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens do Nordeste. Indo além, porto como objetivos específicos:

a) Realizar o Diagnóstico Social da vida e experiências das mulheres atingidas no Semiárido Nordeste;

⁴ Utilizo “sul” substituindo a terminologia territorial “norte”, no sentido de fortalecer os conhecimentos desde o sul global.

b) Apresentar as *arpilleras* como instrumentos de denúncia sobre as formas em que o atual modelo de desenvolvimento atinge as mulheres do semiárido, a partir das violações de direitos em consequência das barragens de acúmulo de água e de outros grandes empreendimentos.

1.1.2 A interseccionalidade como perspectiva feminista: uma breve reflexão

O contexto socioeconômico no qual estamos inseridas fundamenta-se nas contradições existentes entre as relações sociais. Não o bastante, o sistema capitalista acentua tais contrastes sociais, naturalizando discriminações como o racismo e o sexismo, transformando-as em violências sistêmicas estruturais. Essa naturalização é abordada por Federici (2017, p. 28) como um instrumento de justificativa para a exploração⁵ da qual depende a manutenção da lógica capitalista. Em contrapartida, os conceitos políticos desenvolvidos pelo movimento feminista (FEDERICI, 2017, p. 24), como o patriarcado, concepção das feministas radicais⁶ e, a divisão sexual do trabalho, contribuição das feministas socialistas⁷, surgem como instrumentos para o reconhecimento e enfrentamento de tais contradições sociais.

Entretanto, cabe uma breve colocação sobre a diversidade das abordagens e das ações dentro do movimento feminista. Esmeraldo (2006, p. 830) orienta que o feminismo deve ser desvelado como “um modo de agir político e nesse sentido deve ser pensado no plural, para garantir a incorporação das diferenças nas relações de poder, vivenciada entre mulheres que guardam interesses diversos”. Por conta dessa pluralidade, o feminismo é, na verdade, reconhecido como os feminismos. O respeito entre as diferentes vertentes feministas, alicerçado ao reconhecimento das especificidades de vivências do ser mulher, é fundamental para a constante construção, desconstrução e reconstrução de teorias e práticas feministas. Porém, observo que ambas quando respaldadas no anti-racismo e na luta de classes, promovem o avanço coletivo dos feminismos no âmbito do seu objetivo comum: a libertação

⁵ Exploração dos bens comuns e da força de trabalho humana.

⁶ O feminismo radical conceituou politicamente o patriarcado, a estrutura social que explora e domina as mulheres, a qual é precedente ao capitalismo.

⁷ O feminismo socialista conceitua a exploração e a dominação das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho e da consideração do trabalho feminino como não-trabalho, como suportes do desenvolvimento capitalista.

de todas as mulheres. Dito isso, destaca-se que, admitindo a rica e construtiva diversidade feminista, a presente pesquisa parte do conceito teórico da interseccionalidade.

Pode-se observar os primeiros sinais reflexivos sobre a interseccionalidade no intenso decurso de auto-identificação e organização dos movimentos sociais (1978-88). Processo que desponta em resistência ao autoritarismo militar imposto na segunda metade do século XX (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506). Nesse contexto, o ressurgir do movimento de mulheres parte dos questionamentos à teoria feminista liberal universalista⁸ até então existente, ao trazer os recortes de raça e classe além do gênero. Lélia Gonzalez, antropóloga e feminista negra, é reconhecida como teórica – brasileira – referência no debate sobre a importância da intersecção das múltiplas formas de opressão como as citadas: classe, raça e gênero, para uma compreensão mais efetiva da realidade das mulheres. A autora⁹ elucida suas teorias antes da denominação “feminismo interseccional” ser usada no Brasil.

Gonzalez inicia tal arguição a partir da sua própria vivência, juntamente com as de outras mulheres negras. Assim, fomenta paralelamente o movimento negro e o movimento das mulheres na década de 1980, levando o debate sobre feminismo ao movimento negro e a questão racial para o feminismo. Gonzalez tem um importante papel como precursora da união das duas linhas de pesquisa existentes até então no campo do pensamento social: sexo e classe e raça e classe (RIOS E RATTIS, 2016), avançando no debate teórico sobre as contradições das estruturas sociais ao visibilizar, principalmente, a falsa democracia racial. Tal fato é destacado por Rios e Ratts (2016, p. 396) ao citarem a preocupação de Gonzalez “em apontar para o fato de que o feminismo deveria atentar para as múltiplas formas de opressão da mulher, entre elas, a de raça e a de classe social”. Gonzalez evidenciou que as discriminações de caráter racial sofridas pelas mulheres eram esquecidas dentro da teoria e movimento feminista, definindo o racismo por omissão (GONZALEZ, 1988). A autora enfatiza que o reconhecimento da dimensão racial, ou seja, considerar as contradições de raça além das contradições de classe é essencial para a construção de um movimento feminista forte e condizente aos próprios princípios feministas. Dessa forma, a interseccionalidade é uma perspectiva que nasce a partir das reflexões e lutas protagonizadas pelo feminismo negro.

⁸ O feminismo liberal luta por direitos, onde os desejos das mulheres brancas e de classes sociais favorecidas são considerados as necessidades universais das mulheres, denominado assim como feminismo branco. O feminismo branco não questiona os privilégios de classe e de raça, universalizando o ser mulher, desconsiderando o ser multiverso onde se entrelaçam as diferenças de classe, raça, corpos, sexualidades, etc.

⁹ Lélia Gonzalez defendia o feminismo afro-latino-americano, com base na solidariedade dentro do movimento de mulheres que integrasse as lutas das mulheres ameríndias e as amefricanas. Além de teórica, Gonzalez também era militante do movimento negro e do movimento de mulheres. Sua trajetória, obra e luta, contribuiu de forma intensa para o surgimento do feminismo negro no Brasil.

Heleieth Saffioti é contemporânea a Lélia Gonzalez, sendo uma referência sobre a condição da mulher na sociedade de classes, com *A Mulher e Sociedade de Classes, Mito e Realidade* (2013). Na citada obra, Saffioti inicia a desconstrução da possível universalidade do ser mulher ao expor que (p. 133) “a solidariedade, entre os elementos de uma categoria de sexo subordina-se, pois, a condição de classe de cada um”. Ou seja, a autora argumenta que antes de sermos todas mulheres, não abriríamos mão dos privilégios de classe, os quais existem a partir da exploração de uma classe trabalhadora formada por homens e mulheres.

No livro *Gênero Patriarcado Violência* (2015, p. 133 e 134), Saffioti consolida a referida desconstrução ao revisitar seu conceito sobre a realidade do *nó*, constituído por três subestruturas: o gênero, a classe social e a raça/etnia. A autora realça a importância da análise dessa lógica contraditória de forma enlaçada, onde cada uma das “três contradições sociais básicas” (SAFFIOTI, 2015, p. 134) atua condicionada as demais. A partir desse conceito de *nó*, pode-se afirmar que Saffioti também retrata a inegável necessidade de intersecção das opressões de classe, raça e gênero, para uma análise mais fidedigna à realidade da organização social.

Contudo, embora Saffioti conceba o importante conceito de *nó*, visando uma análise mais fidedigna à realidade da organização social, intuindo uma interseccionalidade entre as opressões que constituem um sistema de dominação-exploração, Santos (2016, p. 25) comenta a carência de explicação da autora em relação à interação entre gênero e classe com a raça/etnia. Santos (2016) reflete sobre a ausência do desenvolvimento teórico sobre as opressões de raça e as suas intersecções com outras opressões como classe e gênero, nas produções edificadas por teóricas feministas brancas¹⁰.

Santos (2016, p. 17) observa que a interseccionalidade surge primeiramente como uma perspectiva, sendo sistematizada conceitualmente na década de 1990 pela professora Kimberlé Crenshaw. A autora comenta que o conceito de interseccionalidade, além de propiciar a pluralidade nas pesquisas feministas sobre as diversas vivências dos subgrupos ser mulher, “recusa uma análise aritmética” (SANTOS, 2016, p. 18) entre os diferentes sistemas de opressão, como se esses apenas se somassem. A autora expõe que a interseccionalidade se dá através da busca por uma compreensão sobre a interação entre as diferentes dimensões de opressão, mediante a qual, determinados grupos políticos vivenciam as desigualdades em novas dimensões especializadas.

¹⁰ A autora atribui tal silenciamento ao racismo epistêmico que invisibiliza tanto o protagonismo das mulheres negras em suas histórias quanto à produção científica das teóricas negras (SANTOS, 2016, p. 25). Fato demonstrado pela própria (in)visibilidade dada a produção de Gonzalez.

Para desenvolver o conceito teórico de interseccionalidade, Crenshaw (2002) fundamenta-se na complexidade e magnitude de todas as dimensões sociais que contribuem com a vulnerabilidade das mulheres. A autora inicia sua construção teórica expondo a invisibilização da estrutura opressora, onde muitas vezes apenas o aspecto de discriminação mais evidente é reconhecido. Enquanto na realidade, as práticas de opressão interagem, interferem e são influenciadas por outras formas de subordinação, convergindo e formando uma nova dimensão de discriminação. Assim, Crenshaw (2002, p. 183) destaca a necessidade de refletir sobre as “identidades múltiplas das mulheres marginalizadas”, compreendendo sua raça/etnia, classe, sexualidade, territorialidade, etc. A autora propõe, por exemplo, a busca pela compreensão a respeito da interseccionalidade das opressões as quais as mulheres rurais são submetidas, ao citar como eixo de subordinação o acesso à terra e aos recursos naturais (CRENSHAW, 2002, p. 188).

Assim, partindo de uma perspectiva feminista interseccional, reflito que as populações atingidas são compostas pelos povos tradicionais, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas. Nesse sentido, constata-se as diversas opressões às quais tais populações são submetidas por conta das raças/etnias, a classe popular, da expropriação de suas terras, do desapoderamento dos seus modos de vida. Desvendando que tantas e complexas subordinações convergem de forma abusiva às opressões impostas as mulheres que compõem as populações atingidas. Por serem mulheres e atingidas, são submetidas às realidades de extrema vulnerabilidade. Por isso, realço a importância da perspectiva feminista interseccional para uma pesquisa onde os sujeitos são as mulheres atingidas por barragens e suas vivências.

1.2 Síntese histórica: os atingidos por barragens em movimento

A história do Movimento dos Atingidos por Barragens se constrói a partir da década de 1970, no contexto de um questionamento profundo sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo imposto a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Isso se dá através da nova divisão internacional do trabalho, numa configuração em que o país exporta muita energia em seus produtos, enquanto os países desenvolvidos mantêm uma relativa estabilidade energética (VIANNA, 1990).

Para produzir e exportar toda essa energia, o Brasil começa a explorar o seu potencial hídrico, onde a grande quantidade de rios e quedas d'águas naturais propicia a produção de energia. No entanto, não são mensurados os impactos socioambientais que a

construção de um megaempreendimento, como uma usina hidrelétrica, impõe. Visto isso, a reação popular incitada por essa conjuntura durante a ditadura militar, promove o surgimento de várias forças de resistência popular, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, o movimento ecológico, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, sindicatos e, também, o Movimento dos Atingidos por Barragens (ANDRIOLLI e NADALLETI, 2013).

Para Fuchs (1990), os projetos de megaempreendimentos são próprios para desconstruir a resistência da população atingida. No entanto, mesmo com toda a estratégia do poder dominante, as lutas surgem com força. O autor continua, justificando essa reação popular à imensa agressão ao patrimônio e a ameaça à sobrevivência, realizadas por um agressor concreto¹¹ e visível. Assim, os camponeses assumem a luta organizada por serem expropriados de suas terras (FUCHS, 1990) e por terem seu modo de vida aniquilado¹².

A princípio, o movimento dos atingidos surgiu em resposta a situações locais e materializadas, como ocorreu em Itaipu (PR) e Itaparica (BA). Tais experiências serviram como exemplo para outras comunidades se articularem com antecedência às construções de barragens, fato que ocorreu na bacia do rio Uruguai em meados dos anos 1980. Nas localidades onde o movimento se fortalecia, havia um maior atraso ou até mesmo o cancelamento das obras (VIANNA, LEROY e TAVARES, 1990). Apesar da luta ser árdua até mesmo para ter acesso às informações sobre os projetos, como a área que seria alagada, por exemplo.

As atividades iniciam dispondo do protagonismo dos atingidos, por meio da participação ativa dos trabalhadores nas discussões, onde são elucidadas as alternativas para a realidade que estava sendo infligida. Assim, o movimento se constrói apoiado na prática-teoria-prática. Ou seja, a partir das experiências vividas e de estudos, as soluções buscadas baseavam-se nos conhecimentos dos atingidos e nas suas realidades. Juntamente, busca-se a compreensão sobre a profundidade da luta, a partir de análises sobre o momento histórico vivido (SOUZA, 1990). Com esse amparo, os atingidos entendem que apenas com muita organização e mobilização reconquistariam os seus direitos tomados.

É importante destacar que em algumas localidades foi essencial o apoio da CPT e de sindicatos para a mobilização das comunidades. No entanto, em outras regiões, foi a partir

¹¹ Para agressor concreto leia-se a aliança do Poder Estatal com o Poder Econômico (Capital).

¹² A usina hidrelétrica de Sobradinho, por exemplo, construída de 1971 a 1980, expropriou 70mil pessoas. A população ribeirinha que pescava e produzia alimentos em solos férteis, foi removida e reassentada na caatinga, ou seja, teve todo o seu modo de vida arrancado de si (SILVA, 2010).

da movimentação dos atingidos que surgiram sindicatos de trabalhadores. Foi no ano de 1979 que aproximadamente 350 agricultores e representantes de entidades se reuniram em Concórdia – SC e decidiram criar a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) visando o encaminhamento das lutas na bacia do Rio Uruguai. A Comissão tem sua relevância reconhecida pela elaboração de material¹³ que promove uma ampla e rápida informação às comunidades atingidas e, sobretudo, por organizar comissões a nível local, municipal e regional, em parceria com sindicatos e entidades de apoio.

A CRAB lutou bastante pelos direitos dos atingidos, através de formações para os atingidos, criação de documentos com as reivindicações e reuniões de negociação – quando essas não eram desmarcadas em cima da hora – com o presidente da Eletrosul e os ministérios da Agricultura e de Minas e Energia. Muitos desafios, desapropriações, boicotes, perseguição e invisibilização foram enfrentados e acordos foram conquistados. No passar dos anos, a própria Eletrosul mudou seu discurso em relação às comunidades atingidas. Inicialmente, em 1987, se falava em não ter “tempo para pensar numa política de tratamento as atingidos”, mas em 1989, após tanta pressão e luta popular, se falava que “a coisa mais importante que se aprendeu neste processo foi respeitar a população atingida, que é organizada, inteligente e tem capacidade de participação” (BRONTANI, 1990, p. 31).

Em meio há quase duas décadas entre derrotas e vitórias, a luta dessas populações consolidou-se de norte a sul do Brasil¹⁴. As lutas regionais experienciadas pela CRAB e por outras comissões como Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU) e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI) foram fundamentais para o desenvolvimento de um processo de articulação no âmbito nacional (MAB, 2011c).

Com suporte de tanta luta, foi realizado o I Encontro Nacional dos – Trabalhadores – Atingidos por Barragens¹⁵, no ano de 1989 em Goiânia. Estavam presentes organizações de atingidos de todo território brasileiro. Nesse grande encontro, os atingidos trocaram experiências nas quais observaram que os padrões de violações se repetiam

¹³ O informativo/formativo que chegou a ser uma publicação mensal *A Enchente do Uruguai*, a exibição do filme *O Expropriado* que conta a história dos atingidos pela barragem de Itaipu – Paraná e a cartilha *Barragens: as verdades que a Eletrosul não diz*, são exemplos importantes de instrumentos utilizados pela CRAB para a divulgação ampla do contexto enfrentado pelos atingidos.

¹⁴ Tucuruí na região Norte, Sobradinho e Itaparica no Nordeste, Itaipu, Itá e Machadinho na região Sul, são as cidades que tiveram os principais pontos de nascimento das lutas dos atingidos.

¹⁵ Brontani (1990) refere-se à esse momento como I Encontro Nacional do Atingidos por Barragens. No entanto, tal encontro passou a ser nomeado como I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens após a institucionalização do MAB. Assim, em 2003, foi realizado o I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens (ANDRIOLI E NADALLETI, 2013).

independente da região. O contexto relatado pelos atingidos, em 1989, foi das populações desconsideradas pelo setor elétrico, quando este decide construir barragens. Ademais, não há o fornecimento de informação à população que será atingida. As indenizações são sempre menores do que os valores justos, além de não considerarem todos os atingidos e as relações dos indígenas com a terra. Não bastando, as comunidades ainda são divididas, desrespeitando as relações comunitárias existentes, sem falar do prejuízo de infraestrutura existente e de terras produtivas.

A partir de tais identificações, onde o inimigo era comum em todos os territórios, compreendeu-se a necessidade de uma maior institucionalização dos movimentos regionais (VIANNA, LEROY e TAVARES, 1990). Foi criada, então, uma coordenação nacional, formada por um representante do Sul, um do Norte, um do Nordeste e um do Departamento Rural da CUT nacional, para facilitar a continuidade dos trabalhos dos atingidos por todo Brasil (BRONTANI, 1990).

Os autores Vianna, Leroy e Tavares, em publicação da revista Proposta (1990, p. 54), refletem sobre a interpretação da luta dos atingidos por barragens:

O significado político dessa luta não pode ser reduzido à luta de resistência para permanecer na terra ou à obtenção de uma boa indenização que possibilite a compra de terra ou mesmo reassentamento. A luta dos atingidos contém elementos de defesa de um modo de vida e de uma relação econômico-cultural com o espaço ambiental, ancorados na manutenção de valores e relações sociais que não podem ser “relocados”. (...) As exigências são de “reconstrução” de seu modo de vida, ou melhor, de construção de um novo modo de vida, porém mantendo uma relação integrada das famílias e das comunidades com o espaço e o ambiente.

Para isso, a articulação foi estruturando-se como outros movimentos sociais contemporâneos, como compreendido por Araújo (2012), fundamentando-se na organização horizontal de ações comunitárias e em decisões tomadas coletivamente, apresentando assim, uma atuação protagonizada e auto-organizada pelos militantes, os quais reconheciam os coordenadores e as lideranças, tanto regionais quanto nacionais. Baseando-se nisso, os atingidos mobilizaram em Goiânia, no ano de 1991, o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Acontecimento que teve como marco a institucionalização do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB).

As autoras Araújo e Sena (2006) destacam que a partir desse momento, os movimentos de atingidos que estavam organizados pelas diversas regiões brasileiras, passaram simultaneamente por um processo de auto-identificação ao passo em que eram reconhecidos coletivamente como MAB. Andrioli e Nadalleti (2013, p. 2-3) autoras e ativistas apresentam a seguinte definição sobre o movimento:

O MAB é um Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida.

Isto é, as atividades organizativas adotadas pelo Movimento são fruto da vivência de luta propriamente experimentada pelos atingidos ao longo dos anos, por exemplo, o enfrentamento político (ARAÚJO e SENA, 2006) e a educação popular. Conjuntamente, a divulgação e o cultivo das vitórias são instrumentos relevantes para a percepção social sobre a importância da auto-organização para a (re)conquista de direitos (SOUZA, 1990).

Tal mobilização nacional, juntamente com a articulação internacional de movimentos dos atingidos por barragens existentes – em cerca de 20 países – fez com que a Comissão Mundial de Barragens (CMB) fosse criada em 1997, na Suíça. A comissão contava com a participação de militantes do MAB, de representantes de ONGs, além de construtoras, financiadoras e agentes do governo. Os debates tinham como objetivo o levantamento dos danos causados pelas construções de barragens ao longo de todo globo e, a partir disso, propor alternativas e soluções (ANDRIOLI E NADALLETI, 2013).

O MAB realizou congressos, encontros nacionais e internacionais, os quais permanecem ocorrendo periodicamente, reunindo números crescentes e significativos de atingidos. Esses momentos são importantes para o debate coletivo sobre os desafios e as respectivas propostas para os seus enfrentamentos. Durante os Encontros Nacionais são discutidos e determinados os próximos passos para a luta dos atingidos, a partir da análise da conjuntura política e da realidade das populações atingidas. No mês de outubro de 2017, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, o 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, o qual contou com a presença de aproximadamente 3500 atingidos de todo Brasil além de militantes de organizações de 19 países. O encontro trouxe como lema “Água e Energia com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular” (MAB, 2017).

O levantamento bibliográfico para a estruturação dessa síntese histórica sobre o surgimento do MAB permitiu a percepção da invisibilização da participação das mulheres na construção do Movimento. A revista Proposta – Experiências em educação popular, veiculada em 1990 com a temática “Barragens – Questão Ambiental e luta pela Terra” reúne nove artigos, possivelmente as primeiras publicações sobre o Movimento. A revista traz registros fotográficos da época, nos quais a presença das atingidas é mínima: nenhuma, às vezes duas

ou três, onde o máximo contado foi de cinco mulheres em meio a uma multidão de trabalhadores. Nos textos, o apontamento é praticamente nulo, com ressalva para duas exposições. A primeira e mais direta se refere a um parágrafo do artigo escrito por Brontani (1990, p. 30) sobre o movimento na bacia do Rio Uruguai, o qual reconhece:

Hoje um fator novo é o trabalho das mulheres agricultoras e atingidas que vem se intensificando. (...) A participação das mulheres tem sido expressiva nas lutas mais locais: “arrançamento” de marcos, manifestações, abaixo-assinados, o que vem demonstrando a grande força da mulher.

A segunda citação faz uma referência com teor mais indireto ao envolvimento das mulheres no início da luta, onde a presença das mulheres é registrada através das cozinheiras dos acampamentos das ocupações do movimento. Ou seja, mesmo quando ocultadas, foi possível observar a participação fundamental das mulheres no nascimento do Movimento. No decorrer da história do MAB, as mulheres – as quais estiveram sempre presente – foram conquistando seu espaço e reconhecimento dentro do Movimento. O próximo item abordará o decurso dessa participação mais visibilizada das mulheres no MAB.

1.2.1 “Mulheres, água e energia não são mercadorias!”¹⁶

A partir da forte presença das mulheres no Movimento, o MAB (2015a) vem buscando compreender que o enfrentamento ao sistema capitalista não existe sem luta feminista, pois o capitalismo necessita ter como base a divisão sexual do trabalho, sendo um sistema patriarcal que explora as mulheres de forma diferenciada (SAFFIOTI 2013, 2015; FEDERICI, 2017). Desse modo, o Movimento possui como uma de suas intencionalidades, contribuir com a formação das mulheres como “sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento” para viabilizar “a emancipação e auto-organização das mulheres (...)” (MAB, 2015a, p. 47) o que proporciona mais espaço de atuação e militância feminina, estimula a problematização das relações de gênero dentro dos lares e comunidades, promovendo o fortalecimento do Movimento na luta contra-hegemônica.

¹⁶ Lema do Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens. *Mulheres, água e energia não são mercadoria* é também uma *arpillera* produzida pelo Coletivo Nacional das Mulheres do MAB, representando o direito conquistado pelas mulheres à participação política e à presença no espaço público. No ano de 2015, a *arpillera* foi doada pelo MAB para o acervo permanente do Memorial da América Latina. Fonte: MAB – notícia disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-doa-arpillera-para-memorial-da-am-rica-latina>>. Acesso em 22/03/18.

O primeiro Encontro Nacional das Atingidas aconteceu no ano de 2011, em Brasília e, contou com a presença de mais de 500 representantes de 16¹⁷ estados brasileiros, além da participação de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais. O Encontro teve como lema “Mulheres em luta por direitos e pela construção de um novo projeto energético popular”. As pautas para debate foram o atual modelo energético e as consequências da construção das barragens na vida das mulheres. A partir disso, também havia como objetivo, denunciar à sociedade a violação de direitos humanos sofrida pelas mulheres atingidas durante esses processos (MAB, 2011a).

O Encontro contribuiu com a tomada de consciência pautada na luta, tanto contra o modelo energético, quanto por mais espaço e reconhecimento dentro do Movimento sobre as lutas específicas das mulheres atingidas. Durante o Encontro, foi lançado o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual registra oficialmente que as mulheres são a parcela da população mais atingida. Fundamentadas nisso e compreendendo que, para além da luta contra o modelo de desenvolvimento, é necessário considerar as suas reivindicações específicas, foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, buscando assim, uma maior mobilização e politização das mulheres atingidas (ERTZOGUE, 2016).

Outro importante fruto foi a *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB*, na qual as atingidas de 16 estados brasileiros e da Argentina, Paraguai e México, denunciam as formas materiais e imateriais as quais são afetadas pelo modelo de sociedade e o atual modelo energético ao afirmarem no texto que:

Não há reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; Pela perda do trabalho e da renda; Pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos; Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; Ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; Perda dos vínculos com a comunidade; Perda e quebra dos laços familiares; Agravamento da violência sexual e da prostituição.

A *Carta* propõe ainda: a organização de todas(os) trabalhadoras(es); a continuidade do avanço nos espaços de formação; o estímulo ao protagonismo das mulheres e a construção de uma unidade da classe trabalhadora com os povos da América Latina. Desde então, o Coletivo Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens vem atuando nos territórios com trabalhos de mobilização, processos de formação, onde, a partir de estratégias do

¹⁷ BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PB, PR, RO, RS, SC, SP e TO (MAB, 2011b)

Movimento, as mulheres são incentivadas a participarem do MAB e qualificam a sua formação política.

Como resultado, o MAB possui uma política de representatividade, para que as lideranças sejam permanentemente uma mulher, um homem e um jovem. Em algumas regiões, como no Nordeste brasileiro, as mulheres estão na linha de frente do Movimento, acontecendo de ter territórios onde a coordenação é composta apenas por mulheres, onde ainda, as mulheres são a maioria nas plenárias e nos grupos de base.

O último Encontro Nacional do MAB trouxe dentro das suas reafirmações o reconhecimento da maior opressão histórica sobre as mulheres, a juventude, as populações negras, indígenas e LGBT. Por isso, o Movimento não deve ser condescendente com qualquer forma de injustiça ou discriminação (MAB, 2017).

1.3 Feminismo bordado

“Las arpilleras son como canciones que se pintan” Violeta Parra

1.3.1 *Arpillera: a tela da resistência*

A história das *arpilleras*¹⁸ políticas é bordada a partir de uma expressividade de força empenhada pelas mãos e corações de mulheres chilenas durante o regime ditatorial (1973-1990). A ditadura vivida no Chile, assim como outras na América Latina, atingiu as mulheres de forma singular, além de cidadãs que tiveram sua liberdade cerceada, eram as mães, as esposas, as filhas e as irmãs que se tornaram órfãs dos presos políticos desaparecidos. Como consequência de uma realidade de autoritarismo, onde a violência excessiva instituía o silêncio, as mulheres buscaram outras formas de denúncia e, acima de tudo, sobrevivência. Os homens prisioneiros políticos eram os provedores dos seus lares, logo, o seu desaparecimento deixou famílias em situação de extrema pobreza. Muitas mulheres não haviam trabalhado fora de casa antes de se enxergarem nessa situação, com

¹⁸ *Arpillera* é uma antiga técnica têxtil e folclórica chilena nascida em Isla Negra, na qual as mulheres utilizam como tela pedaços de saco de juta – *arpillera* em espanhol – e bordam com retalhos, lãs e linhas coloridas, além de bonecas preenchidas com tecido que dão forma e relevo a arte.

filhos para alimentar, casa para sustentar, além da dor pela falta de informação sobre seus entes queridos.

Buscando alternativas para a crise econômica e principalmente para apaziguar a dor, as mulheres encontraram apoio nas oficinas de artesanato promovidas pelo *Vicariato de Solidaridad*¹⁹. O sofrimento e a luta foram os instrumentos utilizados e traduzidos à juta, aos retalhos e às agulhas. Portando tais ferramentas materiais e imateriais, as mulheres realizaram o registro – histórico e artístico – da violação de direitos imposta a toda população chilena durante o regime ditatorial e, dessa forma, surgiram espontaneamente as primeiras *arpilleras* políticas. Agosín (2008)²⁰ explana que nesse momento nasce uma estratégia alternativa que além de impulsionar o enfrentamento à ditadura militar com suas denúncias e histórias bordadas, promovia o repensar acerca dos direitos humanos e da posição das mulheres como agentes políticas. As *arpilleras* surgiram como a voz de uma sociedade calada de forma autoritária.

A autora também resgata que as oficinas técnicas para a produção de *arpilleras*, inicialmente realizadas para garantir algum sustento para essas mulheres alimentarem a si e suas famílias, se transformaram em verdadeiras terapias diárias e coletivas. As mulheres se encontravam para bordar e conversar sobre seus familiares desaparecidos. Quando a dor era intensa ao ponto de não permitir que a mulher concluísse a *arpillera*, suas colegas, que haviam transformado em sua família, terminariam. Elas haviam encontrado um local de apoio, de confiança, onde se sentiam compreendidas e que semeava a esperança de ainda existir vida – para elas. Uma vida fora do ambiente doméstico.

A vida era dada à *arpillera* através da sua criadora, as figuras levavam retalhos de suas próprias roupas – muitas vezes os retalhos eram de roupas dos familiares desaparecidos – e às vezes cabelos de sua própria cabeça. Ao passar do tempo, essa técnica têxtil-sentimental foi passada da geração com maior experiência para as recém ingressas às oficinas. As novatas não aprendiam apenas o ato de costurar, mas sim o olhar sobre suas realidades e a

¹⁹ *Vicariato de Solidaridad* foi um instituição da Igreja Católica desenvolvida pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez, arcebispo de Santiago no período da ditadura. Essa organização denunciava as violações de direitos humanos impostas pelo governo militar, além de ser refúgio para os que buscavam liberdade política. Por todo país eram oferecidos assistência médica e legal, além de oportunidades de trabalho. Mais de 700.000 pessoas foram assistidas apenas nos primeiros meses da organização. Também eram oferecidos cursos e oficinas capacitantes (AGOSÍN, 2008).

²⁰ Marjorie Agosín poeta e acadêmica chilena, acompanhou o processo das *arpilleras* desde a década de 1970. O seu livro *Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994*, cuja primeira edição foi publicada em 1996, é resultado de mais de vinte anos de pesquisa e presença na vida das *arpilleras*. Agosín chegou a sofrer ameaça pelo governo militar chileno, mas já percebia a importância de ser instrumento para a voz dessas mulheres.

transformação desta em bordado. Além do fortalecimento que o convívio em grupo de mulheres promovia, onde eram debatidos temas relevantes e as soluções para os desafios comuns a elas, eram buscadas. Agosín (2008) afirma que as *arpilleras* foram a tradução da visão de mundo das mulheres chilenas e um dos testemunhos mais importantes sobre esse período sombrio que o país atravessou. A contradição dessa arte se dá pelos horrores bordados em tons coloridos que transmitem a esperança.

O processo terapêutico e de alternativa de renda, transformou-se em encontros de debates sobre a realidade imposta politicamente. As mulheres *arpilleristas* foram o primeiro foco de resistência contra a ditadura militar chilena, incitando o renascimento das organizações populares do Chile (AGOSÍN, 2008). Elas passam, então, a serem consideradas subversivas pela ditadura chilena. Nesse sentido, os encontros das *arpilleristas* acontecem de forma secreta. A clandestinidade existia desde o momento de bordar ao de exportar as *arpilleras*. Isso porque as costuras realizadas no *Vicariato* eram nutridas por debates político-econômicos, ainda sobre os direitos humanos e os direitos das mulheres.

Adams (2002, p. 30) relata que muitas vezes as mulheres escondiam as *arpilleras* em suas saias, para levar ao *Vicariato*, o qual ficaria responsável pelo contato com os interessados que se solidarizavam com a causa. Dentre esses, muitos compunham Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizações pelos Direitos Humanos e grupos de exilados chilenos, na Europa e na América do Norte. A partir desses, as *arpilleras* se tornam públicas, expostas e compartilhadas em Universidades e campanhas pelos Direitos Humanos, transformando-se em instrumentos de denúncia da realidade enfrentada no Chile (ADAMS, 2002).

Hoje o trabalho das *arpilleristas* é reconhecido e reproduzido por todo o globo. De tapeçarias da difamação, como o governo militar as nomeava, as *arpilleras* foram transformadas em patrimônio cultural do Chile²¹, além de representarem uma identidade original da América Latina. Essa arte permanece como o registro vivo de uma história intencionalmente ocultada.

²¹ O tempo passou, as lutas populares – com a forte presença delas – propiciaram a vitória da transição para a democracia, a economia voltou a crescer e a qualidade de vida da população chilena tornou a melhorar. No entanto, como estavam as mulheres? Em qual situação ficaram as mães, irmãs, filhas e as esposas dos desaparecidos? Essas continuaram sem a resposta que tanto lutaram (e continuam a lutar) para obter: *¿Dónde están?* As mulheres *arpilleristas* continuam marginalizadas, com sua luta invisibilizadas por uma política de reconciliamento que não promove a justiça e por uma democracia indiferente (AGOSÍN, 2008).

1.3.2 Mulheres que bordam e protagonizam lutas

As *arpilleristas* são citadas por Berenguel e Hernández (2010) como exemplo de movimento de mulheres que através da costura criaram suas próprias estratégias de luta pela sobrevivência, resistência e transformações das relações sociais. As autoras afirmam que o processo vivido durante o movimento *arpillerista* propiciou a tomada de consciência do poder individual e coletivo das mulheres, sendo assim um importante trabalho de empoderamento. O processo de conversão das atividades socialmente consideradas femininas em instrumentos de legitimação das suas denúncias e dos modos de representação também é considerado. Assim, as mulheres aproveitam a imposição da divisão sexual do trabalho para transformar atividades exclusivamente suas em práticas políticas.

Para Reyes (2015), as *arpilleras* também são consideradas instrumento para o empoderamento feminino, primeiramente por promover uma independência econômica, visto que muitas mulheres recebiam pela primeira vez uma remuneração por seus trabalhos. Juntamente, o processo alimentava a autovalorização e a auto-identificação do ser mulher, bem como a solidariedade e a união feminina. Bacic (2008) também reflete sobre a contribuição das *arpilleras* para a melhora da autoestima das bordadeiras, além de fortalecê-las e energizá-las na luta por justiça social.

Reyes (2015) comenta sobre a incumbência dos papéis de agentes políticas e guardiãs da memória, conquistados pelas *arpilleristas*. Ao converterem vozes silenciadas em depoimentos vivos, as narrações visuais se transmutaram em provas testemunhais para a reivindicação de justiça. A autora destaca ainda que ao trazerem no bordado as cenas do cotidiano e a busca por entes queridos desaparecidos, as *arpilleras* traduzem a violação de direitos humanos sofrida durante a ditadura militar chilena e, simultaneamente, esboçam o sentimento de esperança em relação ao futuro.

Mulheres da Colômbia, Irlanda, Índia, Alemanha, Senegal e Espanha também se inspiraram no poder das *arpilleras* chilenas, onde as oficinas promovem a união do artístico com o político. Através delas se tem acesso aos olhares das mulheres sobre suas próprias experiências, além de exercer a memória coletiva e a construção de identidades coletivas (BERENGUEL E HERNANDÉZ, 2010).

O movimento das *arpilleristas* chilenas não foi o único momento histórico mundial onde as mulheres foram as protagonistas e porta-voz da paz conforme lutavam por direitos humanos (REYES, 2015). Além disso, a autora ressalta que outros processos de protesto e resistência política utilizaram a arte têxtil e o bordado como instrumentos. Como

exemplos, Reyes (2015) cita os grupos de arpilleristas na década de 1980 no Peru, os tapetes de guerra que foram utilizados como apetrechos de paz no Afeganistão, as colchas estadunidenses como ferramentas para a conscientização e prevenção do vírus HIV e o movimento de bordadores mexicanos que utilizam a técnica do bordado como suporte para paz na atual guerra contra o narcotráfico, ao registrarem crônicas sobre o desaparecimento ou a morte violenta de pessoas.

A utilização de artesanatos têxteis – com teor político-social – por mulheres de diferentes nações como a Tailândia, Laos, Birmania e Vietnam, bem como da África do Sul, também é resgatada por Bacic (2008). A autora reflete sobre a exteriorização de vivências possibilitada pela arte manual, as quais são recorrentemente intraduzíveis em palavras. Além disso, o artesanato possui como benesse a viabilidade de ser interpretado e compreendido independente do idioma e da cultura do observador.

Bacic (2008, p.21) observa:

Existe uma crescente tradição no uso do artesanato manual/têxtil para expressar e representar ações repressivas, violência e trauma. Particularmente a repressão vivida por grupos indígenas, comunidades tradicionais e minorias, durante guerras civis, conflitos armados ou períodos de transição²².

Visto isso, o próximo item falará sobre a introdução da técnica das *arpilleras* no Brasil, através das mulheres atingidas por barragens.

1.3.3 As *arpilleras* brasileiras

O processo de difusão das *arpilleras* no Brasil teve como primórdio a exposição “*Arpilleras* da resistência política chilena” realizada no Brasil no ano de 2011, no Memorial da Resistência, São Paulo, através de uma oficina de *arpilleras* facilitada por Esther Vital²³, com a participação de mulheres da Coordenação Nacional do MAB. Desperta então, a inspiração para apresentar a técnica têxtil chilena para as mulheres atingidas, a partir de uma

²² Tradução livre realizada pela autora de “*Existe una creciente tradición em el uso de la artesanía manual/têxtil para expresar y representar hechos repressivos, violencia y trauma. Muy en particular la represión vivida por grupos indígenas, comunidades locales de base y minorías, durante guerras civiles, conflictos armados o períodos de transición.*” Bacic (2008, p.21).

²³ Esther Vital é espanhola, educadora e psicóloga. Já havia estudado as *arpilleras* chilenas em 2008, em seu mestrado sobre “Transformações de conflitos” (H3000, 2016). Em seguida, morando no Brasil e participando da Coordenação Nacional do Movimento, sempre sentiu vontade de realizar um trabalho com as *arpilleras* e as mulheres atingidas. Fonte: Esther Vital em entrevista a pesquisadora.

estrutura organizativa já presente no Movimento. Isto é, havia a concepção de introduzir as *arpilleras* como instrumento agregador aos processos de formação e organizativos já proporcionados para as mulheres atingidas.

Surge então, uma oportunidade de parceria entre o MAB e a União Europeia, onde as mulheres do Coletivo Nacional desenvolvem o projeto e programa pedagógico “*Arpilleras: Bordando a resistência*”²⁴, realizado entre os anos 2013 a 2015. Visto que havia o relatório CEAB/CDDPH (2010), o Projeto possuía como objetivo principal uma documentação popular sobre as violações de direitos sofridas pelas mulheres atingidas. Por meio das *arpilleras*, as mulheres poderiam protagonizar e externalizar as denúncias sobre as violações padecidas.

Para isso, inicialmente, 11 militantes brasileiras do MAB participaram de um encontro com Roberta Bacic²⁵ e militantes dos direitos humanos da Argentina e do Chile, em Buenos Aires, 2013. Realizado no marco da exposição internacional “*Retalhos Testemunhais: Arpilleras do Chile e outras latitudes*”²⁶, durante o qual ocorreram oficinas e estudos para que as atingidas se apropriassem da história e técnica têxtil. Durante esse processo de imersão, foi realizado um plano de trabalho para a execução do programa pedagógico para as mulheres atingidas, com a utilização das *arpilleras*. Esse momento também proporcionou a confecção da primeira *arpillera* do MAB (FIGURA 1). (H3000, 2016; Esther Vital em entrevista à pesquisadora²⁷, 2018).

²⁴ Projeto financiado pela União Europeia juntamente como apoio das ONGs austríacas H3000, DKA e FeiSo Frei (PENZANI, 2015).

²⁵ Roberta Bacic é pesquisadora e a curadora internacional da exposição “*Conflict Textiles*”, a qual reúne *arpilleras* produzidas por mulheres em conflitos de diversos países (MAB, 2015).

²⁶ Realizada no Parque da Memória, Buenos Aires, 2013.

²⁷ Em julho de 2018, Esther Vital me cedeu uma entrevista através de contato via *email* e pelo aplicativo de conversas *whatsapp*, onde ela contou sobre o processo de desenvolvimento do projeto das *arpilleras* com as mulheres atingidas por barragens.

Figura 1 – Arpillera Onde estão nossos direitos?



Fonte: Catálogo da Exposição *Arpilleras: bordando a resistência*. Foto de Vinícius Denadai, 2013. *Arpillera* produzida pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB.

O coletivo do MAB (2013) destaca que a participação das mulheres na facilitação argentina possuía como objetivo a capacitação das militantes para a realização de oficinas de formação técnica destinadas ao Coletivo Nacional de Mulheres do MAB. Visava um instrumento têxtil pelo qual as mulheres poderiam retratar o processo de violações de direitos humanos que sofreram e sofrem com as construções de grandes obras no Brasil, além de incentivar o debate pela igualdade de gênero e o protagonismo das mulheres dentro do movimento. Com o retorno das militantes do MAB ao Brasil, realizou-se uma oficina nacional para cerca de 50 mulheres atingidas, onde essas se tornariam as facilitadoras nas suas regiões (H3000, 2016). Assim, a técnica de bordado foi – e segue sendo – propagada entre as mulheres atingidas das cinco regiões do país, através de oficinas de capacitação e documentação têxtil, como expõe Penzani (2015).

As oficinas regionais e locais foram planejadas a partir do contexto enfrentado pelas mulheres em cada território. No âmbito nacional, estruturou-se os seguintes eixos de diálogo para ter como inspiração: mundo do trabalho, dialogando com a divisão sexual do trabalho; participação política; relação com as construtoras das barragens; convivência familiar e comunitária; violência contra as mulheres; e acesso à energia. Temas estes que dialogam com as violações experienciadas pelas mulheres atingidas. As oficinas ocorrem como parte dos Encontros de Mulheres realizados pelas coordenações do MAB, outras vezes tornam-se o próprio encontro. Os passos para a confecção do bordado são:

1. Apresentar contexto-histórico das *arpilleras* chilenas;
2. Dialogar coletivamente as violações de direitos nos territórios das mulheres;
3. Sintetizar os principais pontos a serem bordados. Pode-se realizar um desenho para ser o referencial/planejamento da *arpillera*.
4. Seleção dos tecidos e divisão coletiva dos bordados;
5. Bolso secreto no verso da *arpillera* para a documentação: carta escrita pelas atingidas que bordaram, contando o que estão expressando na *arpillera*, quem são as *arpilleristas*, o local e a data da confecção.

Bem como, orienta-se o registro fotográfico e das medidas métricas das *arpilleras*. Em seguida, aconselha-se a divulgação das telas bordadas, através de exposições, como locais e públicos a serem escolhidos. Assim, os principais objetivos das oficinas de *arpilleras* são a formação política das mulheres, a partir da reflexão sobre as violações de direitos; a documentação dessas violações; e a denúncia²⁸.

A coordenadora do MAB, Neudicléia de Oliveira (*apud* WEIMANN, 2015), explica que o resgate da técnica chilena, realizado pelas mais de 100 oficinas oferecidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, alcançou mais de 900 mulheres atingidas de 14 estados brasileiros, entre os anos de 2013-2015. Sobre a contribuição do bordado coletivo para a vida das mulheres, Neudicléia argumenta acerca da *arpillera* como uma forma de assistência ao processo de empoderamento vivido por elas. A militante reflete sobre “a resignificação do papel da costura na vida das mulheres” proporcionado pela transformação do bordado, anteriormente “forma de subsistência (...) agora ferramenta de luta”. O debate sobre os conflitos vividos pelas mulheres, proporcionado pelas oficinas de produção coletiva das *arpilleras*, assim como o seu caráter político, são elucidados por Neudicléia de Oliveira, ao afirmar que “na guerra das barragens, o bordado virou arma política”.

²⁸ Fonte: MAB, documentos de orientação para o trabalho das *arpilleras* disponibilizado pela coordenação do MAB – Ceará para a autora em 2018.

As oficinas, realizadas nas cinco regiões brasileiras, tiveram como produto 70 jutas bordadas com dor e luta. Parte do acervo produzido pelo Coletivo do MAB foi exposto no Memorial da América Latina²⁹, na mostra internacional “*Arpilleras – bordando a resistência*”. A exposição foi dividida em duas sessões, a primeira, batizada “Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”, apresenta 25 *arpilleras* que simbolizam a “transformação de vítima à defensora dos direitos humanos”. A segunda sessão conta com a coleção *Conflict Textiles*, a qual exibe 12 instrumentos de resistência de mulheres chilenas, peruanas e europeias (EXPOSIÇÃO, 2015).

Tendo em vista um alcance ainda maior e com o objetivo de “denunciar à sociedade brasileira e internacional a violação de direitos das mulheres, especialmente”³⁰ foi produzido um documentário³¹ para contar as histórias de vida, de luta e resistência, bordadas nas *arpilleras* brasileiras. O documentário, regado a uma rara sensibilidade, retrata o protagonismo das mulheres – as quais são as mais atingidas – na luta por direitos, por elas, por suas famílias e por suas comunidades, afirmando o que é comum às mulheres atingidas ao tempo que revela as suas histórias singulares.

A relação entre o bordado, cultura e política é argumentada por Freire (2016), a qual trabalha com o conceito de objetificação da cultura³², sugerindo a aplicação da *arpillera* como um instrumento estratégico de denúncia e de reivindicação de direitos, “objetificando uma visão de mundo e transformando-a em ação política”, destacando que as mulheres atingidas transmutam um apetrecho cultural em mecanismo de uso político em suas regiões. Em entrevista para essa pesquisa, Esther Vital compartilha que para as atingidas as *arpilleras* vão além da denúncia, sendo instrumento para a construção da sua própria visão da realidade, um “local de subjetividade, de linguagem própria, a costura. Onde elas podem incluir contradições, emoções e razões, partindo dos seus cotidianos”.

²⁹A exposição internacional “*Arpilleras: bordando a resistência*” reuniu 37 *arpilleras*, no período de setembro a outubro de 2015, no Memorial da América Latina, em São Paulo – SP.

³⁰ Disponível em <<http://arpilleras.wixsite.com/ofilme/sobre>>. Acesso em 27 de out de 2017.

³¹ O documentário *Arpilleras – bordando a resistência*, sob direção da jornalista catarinense Adriane Canan, foi financiado coletivamente através da plataforma *online Cartase*. O documentário teve sua estreia realizada com a presença de aproximadamente 400 pessoas no Cine Odeon, Rio de Janeiro-RJ, no dia 29 de agosto de 2017. Foi lançado em outras cidades do Brasil, como, por exemplo, Florianópolis e São Paulo, seguindo em lançamento por outras capitais brasileiras. No Ceará, o documentário foi lançado em 28 de abril de 2018, no Cineteatro São Luís, em Fortaleza.

³² Freire (2016, p.72) faz suas reflexões a partir de “uma lógica interétnica (...) onde um grupo faz uso de sua dinâmica social para a garantia de seus interesses”. A autora traz para o debate o caráter político da cultura, a qual também é considerada um “objeto de negociação”.

Freire (2016) traz para o debate as “estruturas de relações que diferenciam os agentes sociais”, citando “o prisma da categoria diferenciada”³³ para justificar a utilização da categoria “mulheres bordadeiras” como forma de destacar as diferenciações socialmente construídas dentro das “relações globais de poder”. Ademais, a autora reflete sobre o papel de significação atribuído às experiências de vida das mulheres atingidas.

A contribuição das *arpilleras* na luta por justiça social é traduzida pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB (*apud* EXPOSIÇÃO, 2015), como uma forma de linguagem de caráter próprio, a qual é alheia a linguagem do opressor. Ao tempo que a realidade é transpassada pela linha, agulha e retalhos no bordado, utensílios estes que compõem o universo reprodutivo, as mulheres atingidas sentem-se inspiradas para (re)escreverem as suas próprias histórias.

Para Ertzogue (2016), a *arpillera* é construída por mãos que bordam sentimentos e revelam memórias, portando, assim, as histórias de violações de direitos as quais mulheres e suas comunidades foram submetidas. A autora considera a técnica “um artesanato têxtil tipicamente feminino, - no qual - costura e bordado estão articulados por gestos íntimos, em longas horas de dedicação, resultando numa produção coletiva de mulheres”. Da mesma forma, comenta que estamos no início da história das *arpilleras* brasileiras e, conclui realçando o papel subversivo e ressignificativo dessas, ao expressar que essa produção realizada pelas mulheres atingidas através de “mãos invisíveis que bordam memórias e fazem da costura um ato transgressor”.

1.4 Bordando artes subversivas para a comunicação popular

Visando a ressignificação que as mulheres atingidas concedem ao bordado, através das *arpilleras*, busco explicar o papel da arte para a resistência popular. Para isso, apresento nesse subitem, referências bibliográficas que compartilham experiências bordadas como arte política. O bordado é atribuído à prática feminina (SIMIONI, 2009)³⁴ pertencente ao cotidiano doméstico, ao papel reprodutivo e de cuidados designado às mulheres. O que

³³ Avtar Brah (2006, p. 358) *apud* Freire (2016, p. 72).

³⁴ Simioni (2009, p. 4-5) fundamenta historicamente tal atribuição: Com a veto à participação das mulheres as Academias de arte, no século XVIII, “em nome da pudicícia, por conta dos estudos de modelo vivo”. Restou para as mulheres as miniaturas, pinturas em porcelanas, pinturas decorativas, aquarelas, tapeçarias e bordados, o quais foram denominados como gêneros “menores” e aos poucos feminizadas. “Isto é, as obras consideradas inferiores na hierarquia dos gêneros artísticos foram associadas às práticas artísticas de mulheres”. A atribuição do bordado como arte feminina e doméstica é reiterada cotidianamente pelas práticas sociais (CARVALHO *apud* SIMIONI, 2009, p. 7).

percebo é a subversão desse instrumento, antes doméstico feminino, para um instrumento feminista que proporciona a comunicação popular, horizontal e plural. Dessa forma, falar sobre bordados em uma perspectiva política já é ressignificá-los. Melhor dizendo, é reconhecer a ressignificação que os sujeitos do processo dão aos seus bordados.

A autora Isbell (1998) fala sobre artes visuais de protesto, citando as *arpilleras* peruanas³⁵. Veículos de denúncia e solidariedade para as mulheres de comunidades que sofrem processos de desterritorialização, perdendo seus modos de vida, relações sociais e territoriais. Por apresentar figuras detalhadas e cores vibrantes, os lindos bordados chamam a atenção. Porém, Isbell (1998, p. 287) comenta que o olhar mais atencioso sobre as telas promovem uma sensação de horror, pois se observa que as cenas são sobre a violência e o terror presente na realidade das produtoras das *arpilleras*. A autora destaca que os ícones são as representações bordadas das mensagens que as *arpilleristas* desejam transmitir.

O vínculo entre o que se vive e a arte que se produz é extremamente forte. Assim, a arte também pode ser utilizada para documentar/resgatar a história e a memória popular. Morales (2011, p. 11) realizou uma pesquisa sobre as *arpilleras* produzidas pelas mulheres peruanas desterritorializadas, a associação *Mama Quilla*. Para elas, as *arpilleras* foram (e continuam sendo) arte para reconstruir, bem como reforçar, as suas identidades e autoestima. A partir da história social bordada nas *arpilleras*, a comunicação entre *Mama Quilla*³⁶ e os diferentes espaços da sociedade peruana, foi proporcionada. A autora destaca que as *arpilleras*, arte política, retrata como os conflitos sociais impactam de maneira diferenciada as mulheres. Morales (2011, p. 99) define as *arpilleras* como estratégia de resistência cultural, onde as mulheres são capazes de articular seus próprios discursos e documentar suas histórias³⁷. A autora ainda expõe as *arpilleras* como espaços de ação e reflexão, instrumento de transformação e de conhecimento social.

³⁵ Isbell (1998, p. 287) comenta que Guadalupe Ccallacunto, juntamente a um refugiado peruano que esteve no *Vicariato* de Santiago, levaram a técnica de bordado chilena para o Peru, a qual foi rapidamente difundida por grupos de mulheres em Lima. Guadalupe foi tomada de dentro da casa de seus pais, na sua cidade Ayacucho, em 1990, após retornar de Lima para votar. Guadalupe, desaparecida política, foi dada como morta no mesmo ano.

³⁶ Durante o período de Conflito Armado Interno (CAI) vivido no Peru entre 1980-2000, um grupo de 39 famílias desterritorializadas, compostas em sua maioria por mulheres, fogem da violência que tomou seus territórios para a capital peruana. No entanto, enfrentam dificuldades como a língua espanhola, a qual as mulheres não falavam e, a perda de seus modos de vida, por serem mulheres camponesas. Assentadas em Lima, elas se auto-organizam e formam a associação *Mama Quilla*, enfrentando a marginalização e a discriminação.

³⁷ Morales (2011, p. 97) realiza uma crítica sobre uma memória negociada, visto a influência das versões sobre o CAI defendida por algumas instituições que invisibilizam a complexidade e as contradições vividas nesse contexto histórico Peruano.

Sobre a presença da arte nos movimentos sociais, Adams (2002) evidencia a importância da emoção para as suas organizações. A autora expõe que através da arte ocorre a promoção da emoção como meio de comunicação social. A identidade e os compromissos de um movimento social podem ser compartilhados com a sociedade através do poder político desempenhado pela arte, a partir da emoção expressada na arte, a qual desperta – outras – emoções em quem as recebe. A arte, como forma de comunicação popular, torna pública a natureza da luta desenvolvida pelos movimentos.

Ou seja, para Adams (2002) através da emoção expressada, os movimentos sociais comunicam publicamente as suas pautas e seus enfrentamentos. Sobre as *arpilleras* chilenas, como artes visuais, a autora comenta o poder e a efetividade das peças e seus ícones, símbolos, os quais – carregados de história – impactam emocionalmente quem as vê. Diante disso, a arte é transformada em política de força emancipatória e de comunicação popular, que informa e desafia os sistemas existentes.

Portanto, o bordado mostra-se como uma ferramenta popular através da qual, as mulheres comumente familiarizadas com os materiais, podem contar as suas histórias de forma manual e simbólica. Por estarem apropriadas à agulha, linhas e tecidos, conseguem bordar fortes vivências que dificilmente conseguem expressar de forma oral. Sobre isso, Garlock (2016) atenta para o papel terapêutico que as artes têxteis possuem, em especial os bordados coletivos, a partir do processo criativo e da conexão estabelecida entre as pessoas envolvidas. É então, através da arte têxtil que as mulheres podem externalizar suas lutas e resistências, curando dores ao passo que as tornam públicas. Assim, alcançam pessoas que dificilmente seriam informadas sobre tais histórias de violações de direitos, por intermédio da mídia hegemônica. Nesse sentido, as *arpilleras* a compreendem como um instrumento de comunicação popular, por ser democrática e confeccionada pelas próprias protagonistas das vivências bordadas.

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

“Creio que já é chegada a hora de afirmarmos que o que fazemos, quando fazemos tudo isso, é também o fazer de uma ciência feminista”

Cecilia Sardenberg³⁸

2.1 Pesquisas feministas – uma construção do conhecimento Feminista

As pedagogias feministas compreendem às pedagogias críticas e libertadoras que visam contribuir com o processo de empoderamento e libertação das mulheres. Sardenberg (2006, p. 46) as define como “conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado” que entusiasma um processo de consciência crítica, onde esse propicia ações coletivas e transformadoras. Citando Oakley (1998 *apud* SARDENBERG, 2002, p. 89), a autora reflete que a produção de um conhecimento feminista não se refere apenas aos saberes sobre as/realizado por mulheres, mas sim, a construção de um conhecimento que seja “também de relevância para as mulheres e as suas (nossas) lutas”. Destacando que a partir das pedagogias feministas o conhecimento é construído coletivamente (SARDENBERG, 2006).

Similarmente, Silva (2010) comenta a respeito da construção coletiva do saber, para uma educação emancipatória e libertária. Sobre as análises, essas devem estar enlaçadas ao contexto no qual as mulheres estão inseridas. Para isso, as próprias mulheres devem protagonizar as falas sobre as suas experiências do ser mulher, assim como, as percepções que possuem sobre as mulheres de forma ampla e social.

Harding (1987, p. 5) reflete sobre a importância de três características para uma pesquisa feminista, as quais influenciam a definição dos métodos de investigação. Inicialmente, Harding (1987) evidencia a experiência das mulheres, a produção de conhecimento a favor das mulheres e as mulheres como sujeitos do conhecimento, como as particularidades de uma epistemologia feminista. No entanto, a própria autora relata que tal teoria do conhecimento é interpretada como um método de investigação feminista, ao ponto que esse principia da perspectiva das mulheres sobre suas experiências, identificando em suas relações sociais o que pode ser útil para uma reflexão crítica sobre as suas realidades.

³⁸ Sardenberg (2002, p. 113)

Buscando evidenciar o feminismo como um campo político e igualmente teórico-epistemológico, Narvaz e Koller (2006) revisitam as literaturas³⁹ sobre as epistemologias e as metodologias feministas. As autoras, em seu artigo “Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política”, comentam sobre a multidisciplinaridade e a diversidade metodológica, trazidas pelas epistemologias feministas. Nesse contexto, Narvaz e Koller (2006, p. 651) afirmam a política presente na produção de conhecimento a partir de uma perspectiva feminista, quando resgatam as metodologias feministas como “instrumentos ou estratégias de mudança social”. É por possuir como intento a transformação social que a produção científica feminista não é neutra, é política.

Conjuntamente, as autoras realçam o cuidado que abrange todo o processo de investigação quando esse é feminista. Cita aqueles que desde os métodos de abordagem e procedimentos são compatíveis com as propostas feministas. Indo além de uma construção e análise não sexista. Para isso, consideram-se os fatores contextuais envolvidos, a problematização dos papéis sociais tradicionalmente definidos e a valorização dos saberes individuais, onde as/os participantes são protagonistas e reconhecidas/os como as/os especialistas de suas próprias experiências. É então que definem as metodologias feministas como abordagens críticas e plurais, as quais compartilham os seguintes objetivos: “a mudança social, o resgate da experiência feminina, o uso de análises e linguagens não sexistas e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial, das mulheres” (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 651).

2.2 “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárido Nordeste”

A presente pesquisa está inserida no projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárido Nordeste”, visto isso, procuro contextualizá-lo nesse *subitem*. O Projeto surge a partir de uma demanda das mulheres do MAB, através de um termo firmado com o extinto Ministério do

³⁹ As autoras, ambas psicólogas, partem da contribuição de estudiosas feministas como Cristina Bruschini, Maria Odila Dias e, Sofia Neves e Conceição Nogueira. Para falar também de Terapias Feministas, a partir da Psicologia inter-relacionada ao Feminismo, referenciam-se, por exemplo, nas seguintes literaturas: *Feminist Research Methods: Studying Women and Gender* de Maureen McHugh e Lisa Cosgrove (2004); *Feminism and Psychology* de Joan Chrisler e Christine Smith (2004), entre outras. “Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política” compreende um rico levantamento bibliográfico sobre os feminismos, suas histórias e os estudos/pesquisas feministas.

Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) e em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA/PRA).

O extrato de termo de execução descentralizada, de nº 53/2014, é publicado no Diário da União no dia 12 de maio de 2016. O projeto, com vigência de maio de 2016 à junho de 2018, possui como sujeito as mulheres atingidas e/ou ameaçadas por grandes empreendimentos na região Nordeste, dos estados do Ceará, da Bahia e de Pernambuco. As participantes do estado do Ceará são mulheres atingidas pelas barragens do Castanhão, Aracoiaba e Figueiredo, pelas obras hídricas do Canal de Integração das Águas e pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém. As atingidas pela barragem de Sobradinho, do Vale do Rio São Francisco da Bahia e de Pernambuco também participam, assim como as mulheres ameaçadas pelo projeto de barragem do Riacho Seco e Pedra Branca, também de Pernambuco, as quais também são atingidas por empreendimentos de energia eólica. Ademais, tais comunidades também são atingidas direta ou indiretamente pelo agronegócio. Observo assim, a diversidade de territórios atingidos no Semiárido Nordestino, contemplados pelo Projeto.

Assim sendo, os objetivos do Projeto compreendem: a) a promoção de um espaço de formação que possibilite o empoderamento das mulheres atingidas por barragens, promovendo uma construção do conhecimento feminista contextualizado, do conhecimento agroecológico, além do debate sobre temas essenciais como justiça ambiental e direitos humanos; b) a contribuição para o fortalecimento das (re)existências e das lutas dessas mulheres em seus territórios, através de intercâmbios, de articulações e convergências entre as mulheres, os movimentos sociais e a instituição acadêmica envolvida; c) a produção do Diagnóstico Social da vida das mulheres atingidas por barragens; d) a elaboração de produtos como cartilha, relatórios e artigos de pesquisa, como a presente dissertação de mestrado.

Para alcançar tais objetivos, o projeto tem como meta a realização da formação de aproximadamente 50 mulheres agricultoras de territórios atingidos/ameaçados por barragens ou grandes empreendimentos, a partir da realização de dois cursos de Formação Regional em Feminismo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido e um Seminário de Avaliação sobre as Formações. Inicialmente, realizamos reuniões presenciais e via *skype* para o planejamento e alinhamento das ações, com a presença da equipe pedagógica composta pelas técnicas e pesquisadoras da UFC, juntamente com as representantes das coordenações regionais do MAB.

Os dois cursos de Formação Regional em Feminismo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido, onde o primeiro é realizado em Fortaleza e o segundo em Juazeiro da Bahia, são na verdade processos de construção coletiva, diálogo e trocas de experiências. A base teórica-metodológica é a pedagogia participativa, como as pedagogias feministas e a pesquisa participante. Mesas de debates sobre agroecologia e feminismo foram realizadas durante os dois cursos, além de análises de conjuntura. Outro passo metodológico é o Diagnóstico Social da vida e experiências das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordeste, a partir da aplicação de um questionário semiestruturado. O Seminário de Avaliação do Projeto acontece em Fortaleza, momento de (auto)avaliação sobre os processos vivenciados e o conhecimento construído coletivamente. Para que o texto não fique cansativo, a descrição da programação das Formações, assim como do Seminário de Avaliação, está no ANEXO I da presente dissertação.

2.3 Método, técnicas e instrumentos da pesquisa “*Arpilleras e Feminismos: ressignificações das mulheres atingidas por barragens*”

Circunstância da pesquisa posta, para realizá-la, alicerço-me aos saberes compartilhados na introdução desse capítulo para pautar-me em “um conhecimento historicamente situado” nutrindo como “objetivo a emancipação das mulheres” (SANTOS, 2016, p. 14). Para isso, sou conduzida pelas teóricas que produzem uma ciência feminista, a partir da teoria e da prática, para a construção de uma metodologia que dialogue com a investigação e a produção de conhecimento feminista. Envolvendo a prevalência da abordagem qualitativa, mas também com a presença da quantitativa, essa dissertação segue métodos que combinam instrumentos e técnicas de pesquisa visando compreender, pelo menos em parte, a riqueza da realidade social investigada. Para isso, parto do protagonismo dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, procurando abraçar a pluralidade das suas vivências e (re)existências que refletem o comum à categoria mulheres e à mulher atingida, ao mesmo tempo que destacam as singularidades de cada ser. Assim, busco considerar o individual ao tempo que abordamos o coletivo, partindo do recorte das militantes do MAB participantes do Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárido Nordeste”.

2.3.1 Testemunhos orais, testemunhos têxteis

Empenhada em realizar uma apreciação sobre a experiência das mulheres atingidas com as suas *arpilleras*, alimentei-me com o método investigativo da História Oral para o alcance dos meus objetivos a partir das narrativas orais e têxteis. Isto porque a História Oral propicia a utilização do testemunho dos sujeitos sobre as suas próprias vivências como a principal fonte de análise. Para isso, fundamentei-me na definição realizada por Meihy (2002, p. 44), o qual considera a História Oral como método quando essa privilegia “os depoimentos como atenção central dos estudos” e “as entrevistas como ponto central das análises”. O autor também comenta que a História Oral é constituída pelo respeito ético as experiências narradas, assim como o reconhecimento da diversidade dos sujeitos dentro de uma memória social.

Com auxílio desse método, busco a experiência das mulheres através das narrativas protagonizadas por elas. Destaco que é interessante o aporte dos aspectos subjetivos possibilitado pela História Oral, elemento importante para uma pesquisa que objetiva falar sobre as ressignificações que as mulheres atingidas vivenciam ao bordarem suas *arpilleras*. As expressões, as emoções e a saudade são consideradas nesse método de investigação, assim como as visitas aos espaços da memória, ao passado que está presente (MEIHY, 2002).

A importância das narrativas para a vida humana, refletida por Boff (2004), dialoga com a experiência das *arpilleras* bordadas pelas mulheres atingidas. O autor coloca que “pela narrativa cria-se o sentido necessário para a vida, supera-se o caos das experiências mal sucedidas e desenha-se o quadro final (...)” (BOFF, 2004, p. 57). Nesse sentido, contemplarei os próprios testemunhos têxteis bordados pelas mulheres do MAB. Os seus símbolos, seus ícones, as representações costuradas. Assim como, falarei das *arpilleras* a partir da descrição oral dessas, quando as artes são apresentadas pelo coletivo de mulheres que as confeccionaram. Também utilizarei as cartas escritas pelas *arpilleristas* e que acompanham as telas, documentando o processo vivido e que foi bordado, bem como quem o fez e de qual território é.

Para as narrativas orais, o método compreende a transcrição dessas para possibilitar a análise. Assim, a utilização do gravador digital de voz no momento das falas é imprescindível. A gravação foi autorizada pelas participantes da pesquisa a partir do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TLCE) (ANEXO II), com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFC, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

(PROPESQ). Outros instrumentos de pesquisa utilizados foram o caderno de campo e a máquina fotográfica.

A aquisição de dados secundários foi baseada na pesquisa bibliográfica, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 158) como “um apanhado geral sobre os trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”, além do acesso a documentos de ONGs, de institutos públicos, imprensa e do MAB. O levantamento de dados primários também foi realizado com a utilização das seguintes técnicas:

2.3.2 Questionário semiestruturado

Para a realização do “Diagnóstico Social da vida e experiências das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordestino” (APÊNDICE A) foi aplicado um questionário semiestruturado, combinando 21 perguntas abertas e fechadas, durante as duas etapas do curso em Feminismo e Agroecologia. O questionário foi distribuído entre as participantes da formação, onde um total de 47 mulheres, entre aproximadamente as 50 participantes, se sentiu a vontade para participar da pesquisa, retornando o questionário preenchido. Entre esses, 30 foram respondidos durante a Formação realizada em Fortaleza, enquanto a Formação realizada em Juazeiro possibilitou o preenchimento dos outros 17 questionários. Segundo Boni e Quaresma (2005), o questionário semiestruturado possui como vantagem a produção de uma amostra de qualidade da população pesquisada, ao mesmo tempo em que proporciona às informantes a liberdade e a espontaneidade das respostas.

2.3.3 Entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade, de acordo com Minayo (2009, p. 64) ocorre quando “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador (...) buscam dar mais profundidade às reflexões”. Foi realizada com nove mulheres, onde três são atingidas pela barragem de Sobradinho, na Bahia; três são ameaçadas pelo projeto de barragem Riacho Seco e Pedra Branca, no estado de Pernambuco e; outras três são atingidas pela barragem do Castanhão, no Ceará.

A entrevista possui como tema “Refletindo a auto-organização das mulheres atingidas por barragens” (APÊNDICE B), com um total de oito perguntas norteadoras

divididas em três blocos. No entanto, o objetivo era deixar as mulheres livres para falarem abertamente sobre o tema abordado, sem seguir as perguntas ou a ordem das mesmas. Utilizando as perguntas apenas como um roteiro, mas na realidade o que acontecia era uma profunda conversa, seguindo o método da História Oral.

A ex-coordenadora de projetos do MAB, Esther Vital, também foi entrevistada, em julho de 2018, via *email* e aplicativo de conversas *whatsapp*, sobre o processo de desenvolvimento do projeto das *arpilleras* com as mulheres atingidas por barragens no Brasil. O roteiro da entrevista possui 6 perguntas e está como Apêndice C dessa dissertação.

2.3.4 Observação não-participante e participante

Em parte do curso, permaneci apenas como uma espectadora atenta, compreendendo assim a observação não-participante (GODOY, 1995). Para outros momentos do processo, prevaleceu a observação participante, quando fiz parte do contexto que estava observando, podendo interferir devido a minha presença e proximidade, ao mesmo tempo em que podia ser transformada, ao me colocar no lugar da outra (MINAYO, 2009).

CAPÍTULO III – DIAGNÓSTICO SOCIAL DA VIDA E EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

O diagnóstico social, segundo Idáñez e Ander-Egg (2008, p. 16), é “uma das fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social”. Realiza-se um estudo com o objetivo de conhecer determinada situação problema de realidade concreta, para que assim se possa ter embasamento real e contextualizado para identificar, programar e/ou aplicar estratégias para as reformas sociais necessárias. Ou seja, o diagnóstico social é um instrumento de “análise e síntese da situação problema que serve como referência para elaboração de um programa de ação” (IDÁÑEZ E ANDER-EGG, 2008, p. 20). Além disso, os autores também destacam que o diagnóstico é um instrumento aberto, visto que a relação entre o pesquisador e o sujeito social proporciona uma constante reelaboração, a medida que são evidenciados “novos aspectos não explorados (...), trazendo novos elementos que enriquecem e melhoram o diagnóstico” (p. 21).

Nessa perspectiva, o “Diagnóstico Social da vida e experiências das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordeste” surge a partir da necessidade das mulheres do MAB Nordeste em um aprofundamento no conhecimento sobre as suas realidades. Conjuntamente, há a demanda da então existente Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), para uma investigação concreta sobre as dificuldades sociais enfrentadas pelas mulheres atingidas no Semiárido Nordeste, visando a elaboração de estratégias contextualizadas para a resolução das reivindicações. A Universidade Federal do Ceará (UFC) entra como mediadora de tal diálogo, objetivando a promoção do conhecimento que visibilize as situações problema, proporcionando a atuação eficaz dos órgãos públicos responsáveis, para o fortalecimento dos modos de vida das mulheres atingidas por barragens. Além disso, admite-se a importância para a UFC em conhecer a realidade desses sujeitos sociais, para a produção de um conhecimento acadêmico democrático e o cumprimento do papel social da Universidade. Visto que a academia é um campo de disputa e a ciência utilizada como forma de dominação, é importante ocuparmos esse espaço com a produção de conhecimento contra hegemônico.

Assim, o presente Diagnóstico Social prevê a elaboração e a sistematização de informações a partir do (re)conhecimento e da compreensão dos desafios e confluências vividas pelas participantes do Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do Semiárido Nordeste”. Ou seja, os sujeitos do Diagnóstico são mulheres atingidas militantes do MAB Nordeste. Isto porque encontramos

dificuldades impostas pela contradição burocrática da entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos do Projeto. Não é permitida a utilização dos recursos para a ida aos territórios das mulheres atingidas, por exemplo, pois não haveria a emissão de nota fiscal de hospedagem e alimentação para a prestação de contas.

Assim, utilizou-se como estratégia para a elaboração do Diagnóstico Social os espaços das Formações em Feminismo e Agroecologia, processos participativos construídos coletivamente, os quais propiciaram o intenso contato com as mulheres e as suas vivências em seus territórios, através do conteúdo programático debatido e das trocas de saberes. Além disso, aplicou-se o questionário semiestruturado “Diagnóstico Social da vida e experiências das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordestino”, o qual foi respondido espontaneamente por 47 sujeitos. Reconheço a limitação desse Diagnóstico pelo número e pluralidade de territórios e realidades dos sujeitos participantes, no entanto, o compartilho justamente pela significância dos dados obtidos, para iluminar a situação problema das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordestino. Nesse sentido, nos seguintes tópicos, quando eu citar “mulheres atingidas” leia-se o recorte das mulheres atingidas militantes do MAB, as participantes do Projeto.

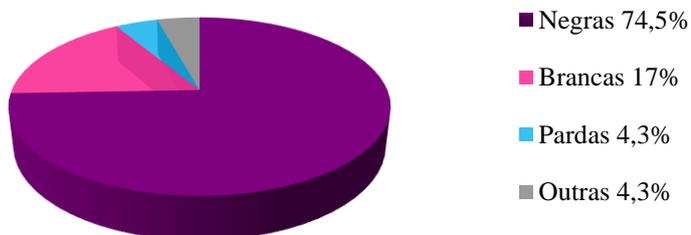
3.1 O perfil autodeclarado das mulheres atingidas por barragens

A importância do processo de autodeclaração se dá a partir da tomada de consciência política e de auto-identificação, a princípio no âmbito individual, mas que embasa e propicia a luta político-coletiva por suas existências. Digo isso dialogando com a compreensão de Esmeraldo (2007, p. 03) sobre classe social como “sujeitos que atuam em um espaço objetivo e em torno de interesses, posições e atitudes semelhantes”. Nesse sentido, inicio esse Diagnóstico com a auto-identificação declarada pelas mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordestino, como mulheres negras (GRÁFICO 1), heterossexuais (GRÁFICO 2) e católicas (GRÁFICO 3).

Observo que apesar de 74,5% das atingidas se autodeclararem como mulheres negras, as religiões de matriz africana como Candomblé e Umbanda não foram identificadas no Gráfico 3, enquanto as religiões cristãs pontuaram 89,4%. É importante refletir sobre a ancestralidade multicultural e religiosa da população brasileira (LÜHNING, 1996), assim como, a pluralidade dos povos tradicionais. No entanto, reconheço o processo sócio-histórico de discriminação e perseguição às religiões afro-brasileiras (MANDARINO e GOMBERG,

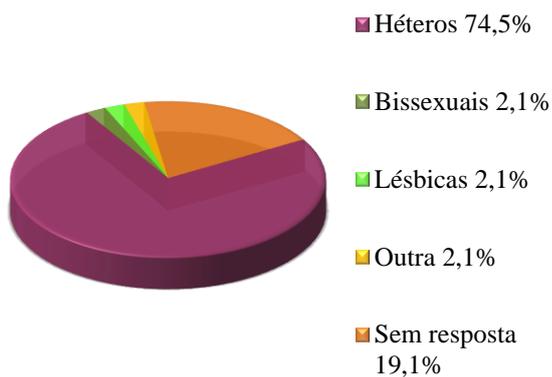
2009), processo instituído principalmente pela hegemonia da Igreja Católica a partir do período de colonização, mas que reverbera em intolerância religiosa até os dias de hoje.

Gráfico 1 – Identificação racial



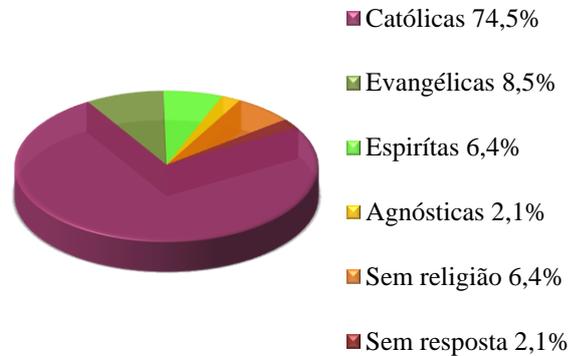
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

Gráfico 2 – Sexualidade



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

Gráfico 3 – Religiosidades

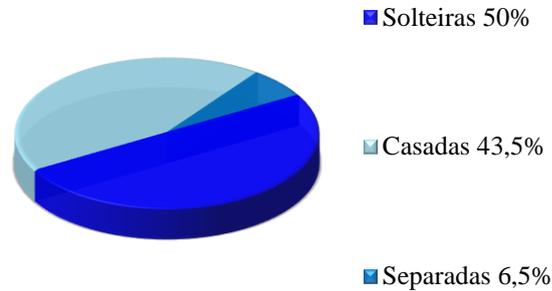


Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

Similar e historicamente, as Igrejas cristãs exercem grande influência sobre a construção do papel social atribuído as mulheres, seus corpos e sexualidade. A diversidade sexual (GRÁFICO 2), por exemplo, segue sob discriminação entre a população brasileira⁴⁰. Atualmente, a desconstrução desse tabu, nas áreas rurais, vem sendo introduzida pela agenda e organização política da juventude do campo (CASTRO, 2016, p. 196). Entre os sujeitos do Diagnóstico, o testemunho de uma das atingidas – evangélica – chama a atenção, ela comenta a indignação sobre o recente sermão do pastor na sua Igreja, o qual falava que as mulheres devem ser submissas aos seus maridos. Observo que mesmo em 2018, a Igreja atua intensamente a favor do patriarcado, a partir da exploração-dominação das mulheres, naturalizando seus trabalhos não pagos a partir de uma justificativa religiosa. Mais um desafio para a libertação das mulheres atingidas, as quais são 43,5% casadas (GRÁFICO 4) e 61,7% mães (GRÁFICO 5).

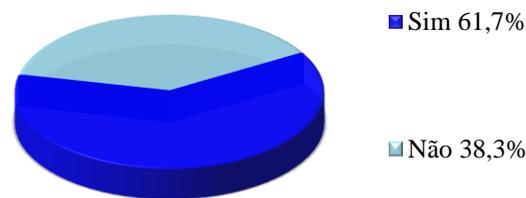
⁴⁰ O Brasil, país de maioria cristã (IBGE, 2012), é o país que mais mata a população LGBTQ+ (GGB, 2017).

Gráfico 4 – Estado civil



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

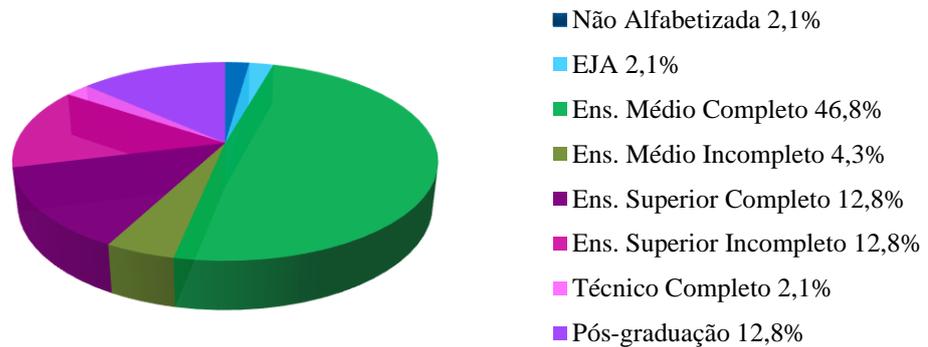
Gráfico 5 – Filhos



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

Nesse sentido, o acesso a uma educação contextualizada se torna um aliado para a libertação das mulheres. No entanto, entre as participantes do Projeto, 46,8% possui até o Ensino Médio completo (GRÁFICO 6), em escolas de ensino convencional. Entre as mulheres que conquistam o Ensino Superior (12,8%), as que acessam pós-graduação (12,8%) optam por cursos que propiciam um retorno as suas comunidades. Por exemplo, os seguintes programas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) citados: “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo” e “Pedagogia de Educação do Campo”, além de Educação Ambiental.

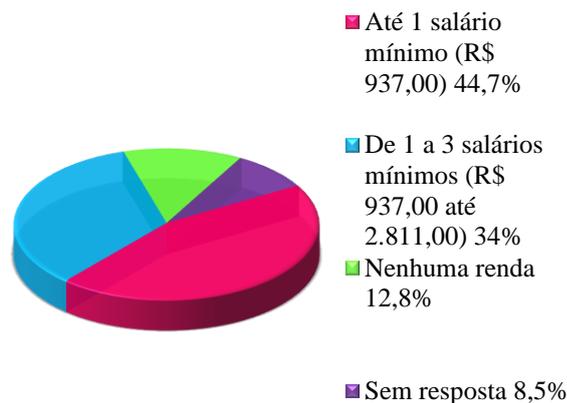
Gráfico 6 – Acesso ao ensino



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

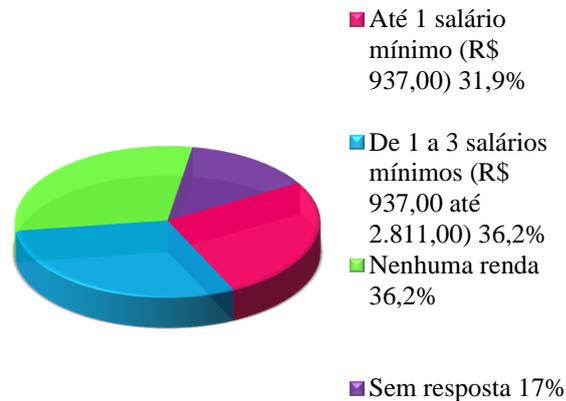
O Gráfico 7 nos mostra que as mulheres atingidas são majoritariamente (44,7%) de famílias que possuem como renda mensal 1 salário mínimo. Posteriormente, estão as que possuem como renda familiar mensal 1 a 3 salários mínimos. Destaco que essas famílias são compostas por 2 até 10 membros. No entanto, no que se refere à renda individual mensal (GRÁFICO 8), a maior parte dessas mulheres (36,2%) não possui renda alguma, seguida pelas mulheres que possuem renda de até 1 salário mínimo (31,9%). Muitas relatam que a grande contribuição à fonte de renda das suas casas são os Benefícios Sociais, principalmente o Bolsa Família, onde 83,3% das mulheres e/ou suas famílias têm ou já tiveram acesso (GRÁFICO 9).

Gráfico 7 – Renda Familiar Mensal



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

Gráfico 8 – Renda Individual Mensal



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

As mulheres atingidas se declaram agricultoras e/ou pescadoras (76,6%), onde mesmo quando exercem duas ou mais profissões convencionais, buscam manter a prática da agricultura e/ou pesca como parte da sua rotina e do seu modo de vida. Contudo, elas explanam a dificuldade de acesso à Declaração de Aptidão à PRONAF⁴¹ (DAP), onde apenas 40,4% das mulheres atingidas possuem. Ainda assim, apenas mínimos 5,9% indicam ter acesso à PRONAF. Além disso, praticamente não há acesso às outras Políticas Públicas (PP) de apoio à agricultura familiar. Por exemplo, através do Gráfico 9, destaco que apenas uma mulher (referente aos 2,4%) tem acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴² e à Política Nacional de Alimentação Escolar⁴³. PP que contribuem com o empoderamento dos agricultores familiares, especialmente das mulheres, suas produções agrícolas e seus beneficiamentos de alimentos. Não obstante, as mulheres atingidas não possuem acesso à Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER)⁴⁴, PP essencial para uma readaptação da produção agrícola em convivência com o Semiárido. Isso porque as comunidades atingidas

⁴¹ A Política de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) – Mulher, por exemplo, disponibiliza microcrédito específico para as mulheres e suas produções agrícolas. Para acessá-la é necessário possuir a DAP. Há relatos de dificuldades no acesso a PRONAF – Mulher caso alguém da unidade familiar esteja inadimplente.

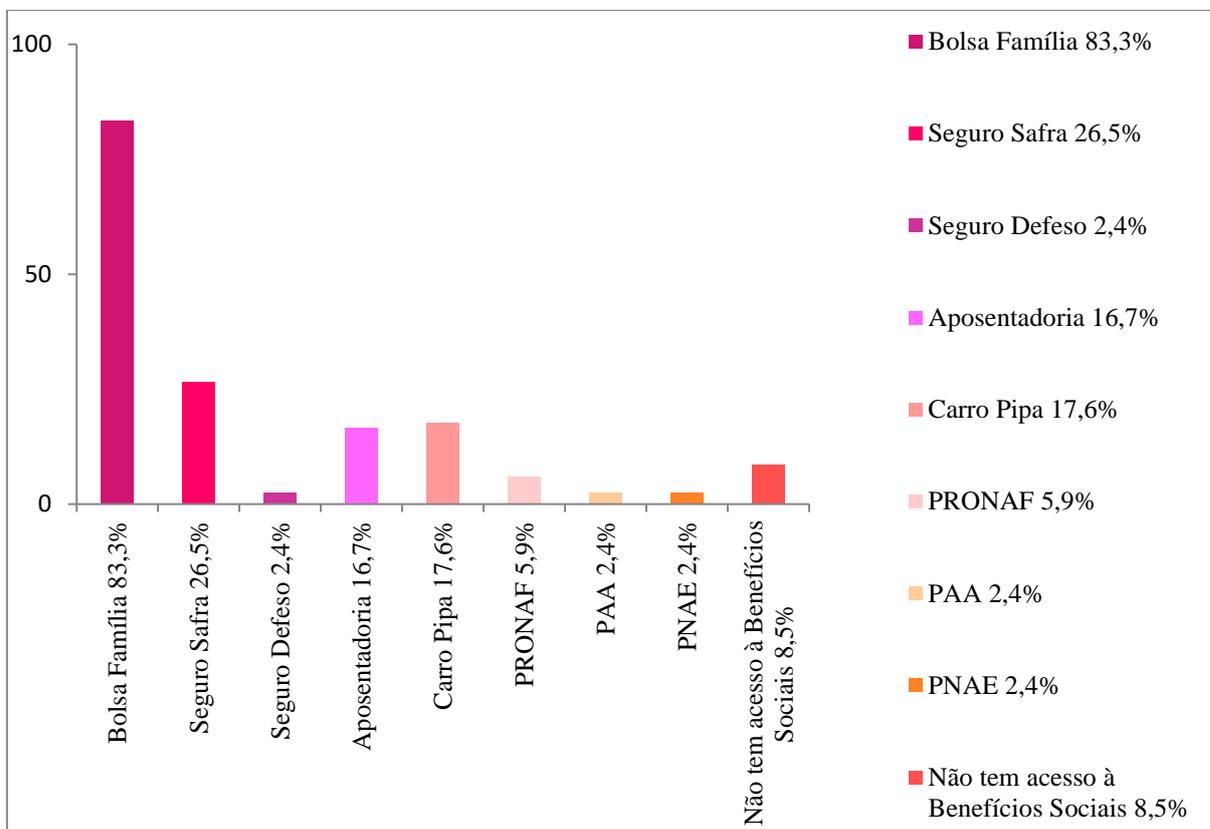
⁴² O PAA promove a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinando à pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, através da doação a programas de assistência. Programa em risco de extinção devido aos recorrentes cortes orçamentários realizados pelo Governo Federal em 2018.

⁴³ A PNAE define que 30% da alimentação das escolas municipais deve ser oriunda da produção da agricultura familiar.

⁴⁴ A PNATER – Específica mulheres/ou Agroecologia, assim como a PRONAF – Mulher, é uma conquista das lutas dos movimentos de mulheres (Marcha das Margaridas) que promove a formação das mulheres, propiciando o empoderamento, além da produção agroecológica.

são expropriadas de seus territórios, antes ribeirinhos, para áreas rurais com difícil acesso à água e com o solo diferente do que elas estavam habituadas a plantar.

Gráfico 9 – Acesso às Políticas Públicas e Benefícios Sociais



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa. 2018.

3.2 Se há conflito, há resistência

As mulheres participantes desse Diagnóstico Social são 75,6% atingidas por barragens. No Estado do Ceará, são atingidas pelas barragens do Castanhão, Figueiredo, Aracoiaba e Pesqueiro. Enquanto no Vale do Rio São Francisco, Estados da Bahia e Pernambuco, são atingidas pela a Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Há 24,4% das mulheres que são ameaçadas pelo Projeto da barragem de Riacho Seco e Pedra Branca, em Pernambuco, onde as mulheres relatam que entre as comunidades ameaçadas há as que já foram atingidas pela barragem de Sobradinho. No entanto, as barragens são construídas para alimentar um modelo desenvolvimentista parasitário e complexo que atinge as comunidades em inúmeras dimensões, transcendendo as violações de direitos em consequência direta.

Nesse sentido, as mulheres reconhecem as inúmeras formas que são atingidas pelo agronegócio e pelos complexos industriais alimentados justamente pela água e energia das barragens. Enquanto as comunidades atingidas têm seu direito à água e energia, negado. Não suficiente, as mulheres conjuntamente relatam a grilagem de terras e os empreendimentos invasivos de energia eólica. Assim, as mulheres atingidas destacam a própria estrutura econômica da sociedade, o capitalismo, como opressora e causadora de tantos conflitos e violações de direitos. Por exemplo, a desestruturação das comunidades e a violência material e imaterial, especificamente contra as mulheres.

Todavia, se há conflito é porque há resistência e, apesar dos desafios, como a privação ao acesso de Políticas Públicas contextualizadas, as mulheres atingidas lutam pela (re)existência dos seus modos de vida. Mediante a agricultura familiar e seus sistemas agroalimentares, por exemplo, onde o milho e o feijão são as culturas que prevalecem nas roças e quintais das mulheres atingidas nordestinas. Simultaneamente, observo elementos da agrobiodiversidade no conjunto de atividades desenvolvidas e citadas, como a mandioca, o maracujá, a batata, a cana, a cebola, a goiaba, a beterraba, o melão, a abobrinha, o quiabo, a melancia, o coentro, além da produção de galinhas e da pesca artesanal. Dessa forma, observamos que mesmo diante das opressões e das adversidades, as mulheres atingidas resistem e contribuem com a produção agroecológica, sendo verdadeiras guardiãs da agrobiodiversidade no Semiárido Nordeste.

Os quintais produtivos e/ou as roças resistem pela soberania e a segurança alimentar de famílias cercadas pelo agronegócio. A luta pela manutenção de um modo de vida saudável, que não depende do sistema capitalista, perpassa pela busca da reestruturação produtiva. Nesse sentido, destaco o potencial agroecológico das produções das mulheres atingidas, o qual com uma assistência técnica contextualizada – respeitando os saberes tradicionais das agricultoras e auxiliando nas tecnologias de convivência com o semiárido – promoverá uma maior qualidade de vida para as mulheres e suas famílias atingidas. Além do acesso às PP supracitadas, torna-se necessário a estruturação de feiras, para que as mulheres possam vender os excedentes de suas produções. Assim, a produção agroecológica contribuirá com a geração de renda e conseqüentemente, com a autonomia financeira das mulheres, além do auto-reconhecimento sobre a importância e a riqueza das suas próprias produções.

As participantes do processo de formação em Feminismo e Agroecologia também são mulheres militantes do MAB, as quais se auto-organizam como sujeitos políticos, enquanto organizam o Movimento em seus territórios. No movimento, a sua participação decorre através dos grupos de base locais e das coordenações estaduais e regionais. A

construção do MAB se dá a partir da contribuição de cada mulher militante, onde todas cooperam na forma que está ao seu alcance, seja na ciranda⁴⁵, na cozinha, na troca de experiências com as companheiras, ou iniciando a caminhada junto ao Movimento, participando das atividades e cooperando nas formações.

Percebe-se a militância intensa das mulheres do MAB, visto que – praticamente – todas as mulheres que participaram do presente Diagnóstico Social, já haviam participado de mobilizações, marchas ou encontros políticos. Fato que ilustra a resistência e o enfrentamento das mulheres atingidas às opressões que são submetidas. Conjuntamente, demonstra a insatisfação popular aos recentes cortes realizados pelo Governo Federal e a ausência de representatividade política no atual poder legislativo. O Movimento tem o importante papel de ser instrumento de acesso à informação para a população socialmente excluída à educação. Através das formações, debates e trocas de experiências que contribuem com a tomada de consciência social, onde as atingidas refletem criticamente como a população rural – em especial as mulheres – é a mais prejudicada pelo sistema capitalista-patriarcal-racista e suas “reformas” propostas-impostas, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência.

⁴⁵ Ciranda: espaço do Movimento dedicado às crianças. Importante por proporcionar a participação das mulheres que são mães e que não poderiam deixar seus lares, seus territórios para participar de atividades políticas, participar de momentos além do privado. Além disso, proporciona aos companheiros e também as companheiras do Movimento, o repensar sobre o trabalho de cuidados, ao construir uma rede de apoio para que todas tenham acesso à formação política, conjuntamente aos momentos de lazer e de descanso. Quando cada um contribui de forma individual, mesmo que de forma pequena, o coletivo ganha. Outra contribuição importante da ciranda é o fato desta ser espaço para formação dos pequenos, onde esses também aprendem e dialogam, de forma contextualizada, o que suas mães estão debatendo em outros espaços. Na Formação que aconteceu em Juazeiro da Bahia, por exemplo, as crianças fizeram uma trilha agroecológica pelos espaços do IRPAA.

CAPÍTULO IV – *ARPILLERAS* E FEMINISMO: A AUTO-ORGANIZAÇÃO E AS RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

No presente capítulo, procuro construir caminhos de reflexão que fundamentem as *arpilleras* como metodologia feminista. Portando como perspectiva a Pedagogia da Libertação, dialogo com Paulo Freire, indo de encontro à concepção das Pedagogias Feministas, referenciando-me na literatura acadêmica de Carmen Silva e bell hooks⁴⁶. Busco avançar no conceito das *arpilleras*, indo além da técnica que tem como instrumento o bordado. Para isso, entendo como necessário investigar o escopo feminista das *arpilleras*, buscando observar a unidade dialética existente entre os processos de libertação e o feminismo que constitui tais obras de arte. O desenvolvimento das seguintes ponderações foi possibilitado mediante à experiência dos cursos de formação em Feminismo e Agroecologia, bem como, da realização das entrevistas em profundidade “Refletindo a auto-organização das mulheres atingidas por barragens”. Em seguida, compartilho a apreciação das cinco *arpilleras* produzidas pelas mulheres atingidas participantes da Formação realizada em Fortaleza e finalizo com as conclusões sobre as ressignificações das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordeste, a partir da experiência têxtil das *arpilleras*.

4.1 *Arpilleras*: uma metodologia feminista para as mulheres atingidas

A Educação Popular, é uma concepção pedagógica constituída por práticas sociais que baseiam-se na dialogicidade e na “perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que se mobilizem pela transformação social” (SILVA, 2010). É realizada de forma horizontal, respaldando-se no reconhecimento e na estima do saber que todas e todos portam em si. Como “corpos conscientes”⁴⁷, dispomos de recursos para meditar sobre nós e nossas relações com o mundo, as quais não existem de forma isolada, uma sem a outra, nem sem as relações pessoa-pessoa. Assim, ao apoderarmo-nos do pensar sobre a realidade e as relações nas quais estamos inseridos⁴⁸, identificaremos uma percepção que se transmuta no

⁴⁶ O Glória Watkins. teórica feminista negra, utiliza seu pseudônimo bell hooks – inspirado em sua bisavó Bell Blair Hooks – no minúsculo por acreditar que os conteúdos escritos devem receber mais destaque do que as autorias.

⁴⁷ Notas de Ana Maria Araújo Freire em Pedagogia da Esperança (FREIRE, 1997, p. 106).

⁴⁸ Primeiro nos distanciando ao colocar essa realidade como objeto e observarmos a percepção que tínhamos e sobre ela se transformar. (FREIRE, 1987)

ato que é, simplesmente, constatada. Com isso, inicialmente, poderemos contemplar de qual forma está o nosso aqui e agora (FREIRE, 1987, p. 42). Encontramo-nos imersos em uma realidade imposta? Quais são os obstáculos limitantes e os caminhos para emergir? E, sobretudo, quais os métodos que podem ser utilizados para motivar esses questionamentos?

Buscando colher as respostas para a última questão colocada e, sincronicamente, plantar as *arpilleras* entre elas, a partir da resignificação que as mulheres atingidas dão ao bordado, bem como à própria técnica chilena, esforçar-me-ei para refletir abraçando a Pedagogia da Libertação confluindo para as Pedagogias Feministas. Paulo Freire inicia o seu ensaio sobre a Pedagogia do Oprimido a partir do fazer “da opressão e de suas causas, objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 1987, p. 17). Fundamentando-se em sua perspectiva pedagógica, preciosa contribuição educadora, buscarei sinalizar quais elementos que, ao constituírem o processo das *arpilleras*, se assemelham com o *fazer* abordado pelo autor.

A intenção da inserção das *arpilleras*, pelas lideranças para a base do Movimento e também para aquelas que não participam das atividades do MAB, transforma-se em co-intenção no momento em que a prática pedagógica do bordado é compartilhada. Primeiramente, por ser um instrumento que além de “para” as mulheres acontece “com” as mulheres, de mulher atingida entre mulheres atingidas. É a partir dessa realidade interseccional do ser mulher-mulher atingida, a qual as novas *arpilleristas* partilham, que o processo protagonizado por elas começa a florescer de forma coletiva.

O florescimento citado – chamado assim não por acaso, mas pelo dinamismo presente na natureza do processo – tem como semente a própria consciência das mulheres. Ao bordarem as suas histórias e realidades, o conhecimento sobre essas se transmuta: brota e cresce. Isto é, a compreensão sobre a situação a qual elas experienciam e optam por bordar, se aprofunda. Por se tratar de um momento de formação para as mulheres, as lideranças que animam as oficinas iniciam debates sobre as violações de direitos sofridas pelas atingidas, fomentando o diálogo entre as mulheres e iluminando temas a serem bordados. Outras vezes, os temas geradores dos bordados são sugeridos pelas próprias bordadeiras, as quais entram em consenso e, frequentemente, mantém uma lista de inspirações para as próximas telas políticas.

Observamos uma conciliação com a Pedagogia do Oprimido, visto o que o autor expõe sobre a investigação dos temas geradores. Freire (1987, p. 49-50) enuncia que os temas geradores, os quais compõem o conteúdo programático debatido, devem estar contextualizados com a percepção da realidade que os sujeitos participantes da metodologia libertadora possuem, nesse caso, as mulheres atingidas. Para isso, é essencial estar em congruência com o

alicerce pedagógico: a dialogicidade. Ao longo do processo das *arpilleras*, testemunha-se a presença categórica desse fundamento, o qual exerce uma importante função que germinarei nos parágrafos seguintes.

Voltando aos temas geradores, o diálogo está presente tanto no momento em que as *arpilleristas* propõem o que desejam bordar, sentimento esse que emerge das suas visões de mundo, tal quando a inspiração é trazida pelas lideranças do MAB, as quais propiciam uma problematização teórico-prática sobre o contexto a qual as atingidas estão inseridas. A dialogicidade se desenvolve fundamentada na realidade vivenciada por essas, a partir das violações de direitos as quais são submetidas. Nesse sentido, o processo de formação contribui com a ampliação da percepção das mulheres sobre as suas próprias experiências (SILVA, 2010, p. 23), as envolvendo em um processo de pensamento crítico com potencial transformador (HOOKS, 1994, p. 47).

Tema escolhido e a dialogicidade permanece. A conversa agora envolve a criatividade e a sensibilidade das mulheres. Quais as formas de transformar sentimentos em bordado? Quais os símbolos podem ser costurados na juta para representar uma experiência? Amiúde, não são questões fáceis de serem respondidas. Não pela ausência de ideias, pois essas fluem como o rio que está na memória afetiva das atingidas, mas sim pela visita aos espaços que podem não mais existir no físico, mas apenas em suas lembranças. As cores das linhas são escolhidas a dedo, juntamente com os pequenos pedaços de tecido, retalhos que muitas vezes carregam em suas estampas grandes histórias. O tema da *arpillera* pode estar relacionado ao passado, ao presente ou ao futuro, mas a contemplação proporcionada pelo bordado as transporta para locais que são atemporais, o interior de cada uma. Nessa perspectiva, observo que o bordado é uma ferramenta que contribui para o autoconhecimento. Acessar suas dores, suas lutas, suas memórias, seus anseios e seus desejos, para depois compartilhá-los com as outras companheiras, são fases que constituem o grande conjunto de processos em que consiste bordar uma *arpillera*.

Para possibilitar esse fluxo de trocas tão profundas, as oficinas de *arpilleras* se constroem como um ambiente de confiança e de intimidade. Por estarem somente entre elas, as mulheres se sentem mais seguras e à vontade para compartilhar pensamentos e sentimentos que possam aflorar enquanto bordam os fios que também vêm de dentro. Encontro após encontro, com a manutenção da paciência e do respeito mútuo, as sementes da afetividade e da liberdade seguem a florando. Mediante a costura desse círculo de confiabilidade, borda-se conjuntamente “uma relação dialógica permanente”, vínculo destacado por Paulo Freire (1987, p. 31) como caminho para uma prática pedagógica humanizadora, mas que, indo além,

transparece o feminismo contemplado por meio da metodologia *arpilleras*. Quer dizer, o protagonismo feminino, o ambiente de confiança, o elo construído, são bases que propiciam o diálogo entre as mulheres.

Nesse sentido, estende-se o pensamento das *arpilleras* como metodologia, prosseguindo de tal relação dialógica constituída. O diálogo é o rio pelo qual flui a (auto)reflexão das mulheres sobre as suas realidades. Mediante a troca de vivências, o olhar sobre si estreia uma mudança, processo este que se desenvolve de forma solidária à mudança do olhar sobre o que as circunda. Assim, ponto após ponto, o bordado encaminha-se para uma transfiguração. Um instrumento comum do cotidiano se transformando em um verdadeiro instrumento revolucionário, na medida em que a metodologia dialógica das *arpilleras* inspira, de forma simples, os “perigosos” questionamentos. Perigosos para uma estrutura sistêmica que as oprime, mas libertária para as oprimidas que passam a buscar as respostas dos “por quês” que emergem gradativamente enquanto a linha e a agulha permeiam a junta.

Paulo Freire (1987) inspira ao expressar que “se a tomada de consciência abre o caminho para a expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes de uma situação de opressão”. No entanto, considero que a recíproca é real, visto que a expressão de insatisfações sociais igualmente abre o caminho para a tomada de consciência de uma situação de opressão. Ao compartilharem suas vivências e refletirem sobre suas realidades, expressando insatisfações que se apoiam no reconhecimento de opressões sofridas de forma individual e também coletiva, as mulheres começam a desconstruir crenças, as quais muitas vezes passam despercebidas por serem naturalizadas. Como, por exemplo, o papel social incumbido às mulheres. De forma antagônica e concomitante, entremeia-se a tomada de consciência das mulheres, começando pela desnaturalização da irremediabilidade das opressões, acompanhada pelo erguer do autoreconhecimento como seres de si e sujeitos coletivos. Inicia-se então, um processo de reflexão crítica transformativa, onde as mulheres fortalecem a construção de suas identidades e suas resistências (HOOKS, 1994, p. 46).

A *arpillera* contribui nessa construção e desconstrução por ser uma tela bordada por várias mãos, criada pela coletividade das consciências e guiada por muitos corações. Assim, o que as mulheres atingidas bordam é a essência de suas vivências, a contar com a dialética presente entre as suas próprias essências e as suas percepções sobre as suas vivências. Cada ponto dado, acompanhado por cada palavra-ideia compartilhada, falada e ouvida, coopera com a crítica sobre as realidades em que elas estão inseridas. Observo que o ato de bordar as *arpilleras* contribui com a conscientização das mulheres sobre si e sobre o que as envolve, o que para Paulo Freire (1987, p. 58) significa “o aprofundamento da tomada

de consciência”. Conscientizar-se abrange um importante ponto, o qual se faz e refaz durante os processos bordados. Porém, não deve ser o ponto de arremate. Em outras palavras, não se deve parar ao “alcançar” a conscientização (FREIRE, 1987, p. 65).

Paulo Freire (1987, p. 42) orienta que a percepção promove o movimento quando esta reflete que a situação a qual as mulheres se encontram não é inevitável, mas sim, desafiadora. Quer dizer, as circunstâncias das relações sociais vividas podem sim limitá-las, no entanto, tal limitação é exatamente o combustível que pode inspirá-las na busca por transformações. Ao bordar uma *arpillera*, as mulheres atingidas vivem processos coletivos que, de forma espontânea, proporcionam o aprofundar do conhecimento sobre as suas realidades. Além disso, incitam a busca pela compreensão do que causa tais realidades. Nesse sentido, a cada processo vivido, novas perguntas surgem, as quais possuem respostas que alimentam um novo processo e um novo ciclo de questões. Assim, as *arpilleristas* percorrem questionamentos que se transfazem em uma busca por caminhos que possibilitem as mudanças necessárias e almejadas por elas. Nesse sentido, a conscientização cumpre o importante papel de instigar a busca por transformações, como expõe bell hooks (1994, p. 47).

Dialogo com Paulo Freire a partir da relação colocada pelo autor entre a investigação coletiva sobre quem/o que/e como as oprime, a tomada de consciência como sujeitos sociais e o engajamento na luta organizada pela libertação. Paulo Freire (1987, p. 29) expõe que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: as *mulheres*⁴⁹ se libertam em comunhão”. Nessa perspectiva, a *arpillera* contribui de forma relevante no que se refere ao insurgir da auto-organização das mulheres atingidas. No subitem seguinte, buscarei aprofundar a discussão sobre como as *arpilleras* favorecem a transformação do refletir em agir, através da prática da auto-organização e/ou “na luta organizada pela libertação”.

4.1.1 “Mulheres lutando e aprendendo, umas com as outras, a construir um futuro a partir da transformação da realidade”⁵⁰

A auto-organização das mulheres atingidas é, como situado no item “*Mulheres, água e energia não são mercadoria*” - Capítulo I dessa dissertação, anterior às oficinas de *arpilleras* desenvolvidas pelo Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens. Inicialmente, a tomada de consciência das mulheres como sujeitos políticos e a construção de

⁴⁹ Texto original do autor: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão”, p. 29, 1987.

⁵⁰ Parafraseando Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, p. 14, 1987.

uma identidade coletiva que possui pautas de luta específicas dentro de um movimento social misto, promove a criação desse Coletivo. A partir do relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual atesta que as mulheres são a parcela da população atingida mais violentada, o entendimento passa a ser que não há luta por uma sociedade mais justa sem o(s) feminismo(s).

As mulheres organizadas, através do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, são quem proporcionam o resgate da técnica de bordado chilena e a sua dissipação por meio de oficinas para as mulheres atingidas das cinco regiões do Brasil. Contudo, reflito sobre a dialética que se borda entre as *arpilleras* e o processo de auto-organização das mulheres atingidas por barragens. Espelhando a recíproca dialética onde tudo se relaciona e a mudança dialética onde tudo se transmuta, os bordados coletivos das *arpilleras* se transformam em um instrumento para auto-organização das atingidas. A partir de uma unidade indissolúvel, na qual a agulha, a linha e as mãos costuram a organização coletiva ao bordarem as *arpilleras* e vice-versa. Simplificando, a auto-organização promove as oficinas de *arpilleras* e então, essas promovem a auto-organização das atingidas.

Proporcionar oficinas de bordado se transformou na promoção de encontros políticos para as mulheres, “um momento de despertar” (FREIRE, 1987, p. 29). Paulo Freire (1987, p. 21) elucida que não há reconhecimento verdadeiro sobre uma realidade se esse não é acompanhado de uma ação que busque a transformação desta. Para o autor, a inserção crítica na realidade e a ação de transformação são equivalentes e estão integradas. Isso porque é da “vocação ontológica” do ser humano a sua humanização. Nesse sentido, por estarmos inseridas numa estrutura social capitalista, patriarcal e racista, ressoar as críticas e reflexões pautadas pelos feminismos, contribui com o entendimento e a busca pela humanização. Ou seja, a busca pela libertação das opressões. É nessa perspectiva feminista que observo a dialogicidade *arpillerista* desenvolvendo-se.

É a partir do acúmulo de saberes que cada uma traz consigo, com base nas suas vivências, que compreende a riqueza da troca de saberes entre as *arpilleristas*. As mulheres aprendem umas com as outras e dessa forma, as mulheres libertam umas as outras. A solidariedade entre as mulheres é observada durante os processos vividos através das *arpilleras*. Os saberes compartilhados vão, desde os materiais, onde a que tem mais domínio sobre as linhas e a agulha reparte o que sabe com a que não tem conhecimento sobre os pontos. Entretanto, é a partilha das próprias vivências, como ser mulher, que as mulheres despertam para uma transformação das suas realidades. Silva (2010, p. 24) reflete sobre a dialética entre o indivíduo e o coletivo. É a partir da auto-identificação com a experiência de

outras mulheres que se reconhece “a experiência comum” das mulheres. É em coletivo que se pode (re)conhecer o padrão de opressões compartilhadas por ser (sermos) mulheres. Então, a noção de injustiça (SILVA, 2010) pode surgir, acompanhada do reconhecimento sobre a força que possuem, a qual se amplifica por estarem em coletivo. O pensamento crítico sobre si, a identidade coletiva e a circunstância política na qual estão inseridas (HOOKS, 1994, p.47), contribui com a compreensão que juntas são mais fortes, elas não estão sozinhas.

As singelas idas aos encontros de bordado dão princípio a uma verdadeira revolução para a vida dessas mulheres. Revolução que nasce nos pequenos atos, mas de grandes transformações. Primeiramente, o próprio sair do espaço privado e doméstico, muitas vezes de exploração-dominação das mulheres, para um espaço público e coletivo. Nesse contexto, bell hooks (1994, p. 47) reconhece que a pequena mudança de atitude é muito significativa para quem está submetida à opressões.

Em seguida, por comumente compreender ao único momento das suas rotinas onde as mulheres dedicam um tempo para si. Historicamente, as mulheres são ensinadas que é de sua natureza o cuidar prioritariamente dos outros. Tal designação, que exige tanto das mulheres, não abre espaço para o autocuidado. As mulheres ocupam seus horários disponíveis com o trabalho doméstico e de cuidados, o qual não é reconhecido ou valorizado. Por essa lógica, destinar um instante do seu tempo para o seu próprio lazer é superar uma arbitrariedade naturalizada e iniciar uma transformação na sua realidade. Mudanças individuais, amplificadas em escala coletiva.

A auto-organização, como Movimento, que promove a formação das atingidas através das *arpilleras*, proporciona o (auto)encontro das mulheres, entre si e entre elas. A identificação como sujeitos e a aprendizagem coletiva propiciam, por sua vez, a auto-organização das mulheres, consolidando a auto-organização previamente existente. Nesse sentido, os processos que envolvem o bordado da *arpillera* potencializam a auto-organização das mulheres em duas perspectivas: no âmbito do ser mulher, auxiliando o empoderamento das mulheres e na circunstância do ser mulher atingida, na esfera da denúncia/documentação sobre as violações de direitos sofridas e dos anúncios das suas lutas e resistência. Como citei no início desse capítulo, tais perspectivas estão interseccionalizadas, quero dizer, as opressões as quais as mulheres atingidas são submetidas por serem mulheres e por serem atingidas são interseccionais. São a parcela social mais atingida ao serem mulheres e por serem mulheres, rurais, negras e pobres, constituem a população atingida. Há a intersecção de opressões que se inter-relacionam, influenciam e fomentam uma profunda e complexa estrutura opressora.

As mulheres atingidas não são consideradas de forma justa pelo modelo desenvolvimentista, submetidas à margem desse, autodenominado, desenvolvimento. Conjuntura sobre a qual elas refletem coletiva e criticamente, transformando a palavra em tela bordada. Percebo, portanto, que bordar uma *arpillera* é, em si, a própria ação das mulheres sobre as suas realidades, ao tornarem o subjetivo em objetivo. É ação referente à reflexão, compreendendo a práxis apresentada por Paulo Freire (1981; 1987; 1997), assim como a reflexão refere-se à ação. O imaterial converte-se em material. As dores, a história, a luta, são transfiguradas em arte. Antes abstratas, podemos vê-las de forma concreta. Todavia, o abstrato e subjetivo é transformado em bordado, concreto e objetivo, para despertar em quem o vê, sensações e emoções. Ou seja, abstrato transmutado em concreto, que por sua vez impulsiona interpretações imateriais, retornando ao abstrato. A arte bordada expressa os sentimentos das mulheres atingidas, despertando-os em quem observa tais telas. A *arpillera* é, então, o objeto condutor de subjetividades, de quem as produz para quem as aprecia. Nesse sentido, através das *arpilleras*, as atingidas por barragens comunicam para outros setores da sociedade suas histórias, denunciam as violações de direitos e anunciam as suas lutas.

Silva parece refletir especificamente a respeito dos processos de bordado das *arpilleras* quando, ao citar o Projeto Institucional da SOS CORPO (2007-2010 *apud* SILVA, 2010, p. 17), discorre sobre as expressões artísticas e de comunicação, interpretando-as como elementos importantes para uma metodologia de perspectiva feminista, na medida em que a arte possibilita a mudança do:

olhar sobre a realidade, produzindo tanto o sentimento do belo, quanto a indignação contra as injustiças. É um modo de proceder que contribui para a percepção dos problemas e elevação da consciência, mas que favorece também o encontro consigo mesmo, a elaboração sobre as possibilidades individuais e coletivas de mudança, ajudando a construir coletivamente elementos que expressem novos sentidos para a grupalização, a mobilização e a luta social. Estes sentidos podem vir a compor uma nova cultura de direitos, a serem exigidos, mas também vivenciados no cotidiano, como uma identidade coletiva centrada no pertencimento ao campo político dos movimentos sociais, e em especial o feminismo.

Alicerçada nas ponderações aqui colocadas, durante as quais converso com as teóricas feministas Carmen Silva e bell hooks e, com a Pedagogia da Libertação orientada por Paulo Freire, ressalto a presença da dialogicidade ao longo das etapas que constituem as *arpilleras*. Considero-as bordados contemplativos, contribuindo no processo construtivo do autoconhecimento. Consequentemente, acabam por converter-se em costuras revolucionárias à medida que promovem questionamentos e reflexões que convergem com o debate feminista.

Evidencio então, a práxis da reflexão e da ação que compreende esse bordar. As *arpilleras* nutrem o anseio de mudanças que emerge do interior das *arpilleristas* e, ainda, entusiasmam o empoderamento e a auto-organização das mulheres atingidas, para que juntas possam lutar e transformar as suas realidades. Ademais, as *arpilleras* são instrumentos de comunicação popular para as atingidas por barragens, com linguagem democrática e simbólica. Por essas razões, costuradas em métodos coloridos e subversivos, é que interpreto as *arpilleras* como uma metodologia feminista, através da qual, as mulheres atingidas ressignificam o bordado.

Ainda assim, não pretendo com isso dizer que o ato de bordar *arpilleras* seja o suficiente para libertar as mulheres atingidas das opressões que são submetidas. O que afirmo é a *arpillera* como metodologia de linguagem política que contribui com o processo de transformação individual e coletiva, onde essas possibilitam uma transformação social. Quero dizer que a *arpillera* é a ressignificação do bordado, é a subversão da costura em instrumento para o processo de libertação das mulheres. Conforme essas tecem a compreensão crítica sobre suas realidades (FREIRE, 1981; HOOKS, 1994) e produzem telas políticas. É propriamente pela contribuição à liberdade (FREIRE, 1981, p. 89) e como metodologia feminista, sustentada teoricamente também por Narvaz e Koller (2006), que bordar *arpilleras* é ato político. Igualmente, é por ser ato político e contribuir com a libertação das mulheres atingidas que a *arpillera* é uma metodologia feminista.

4.2 As *arpilleras* pelas mãos e voz delas

Como metodologia feminista adotada pelas mulheres do MAB, as *arpilleras* cumprem seu papel político ao se tornarem, também, um instrumento de denúncia sobre as violações de direitos humanos, sofridas pelas mulheres e comunidades atingidas por barragens. Nesse subitem, compartilharei as artes-políticas bordadas pelas mulheres atingidas participantes da Formação em Feminismo e Agroecologia realizada em Fortaleza, em junho de 2017. Estavam presentes na Formação aproximadamente 50 mulheres atingidas dos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Para a presente apreciação, parto da experiência de participação na oficina, da apresentação das *arpilleras* realizada pelas mulheres que as bordaram, bem como das suas respectivas cartas.

A oficina para a produção das cinco *arpilleras* durante a Formação em Fortaleza ocorreu de forma atípica pelo seguinte motivo: a disponibilidade de tempo incomparavelmente menor do que normalmente as oficinas usufruem quando realizadas pelas

mulheres nas suas comunidades de origem. No entanto, a oportunidade de elaborar a oficina de forma tão plural, com a participação e interação de mulheres atingidas de diferentes territórios, valia a adaptação do processo. Alego que o objetivo, apesar das adversidades, foi alcançado. Ao final, as mulheres relataram o quão enriquecedor foi o momento. Ressaltaram a percepção sobre os desafios que compartilhavam nas suas rotinas, apesar de morarem em comunidades, ou até mesmo Estados, diferentes. Identificar-se e solidarizar-se com a outra mulher, mesmo a conhecendo durante essa troca de vivências. Encontros que proporcionam uma perspectiva regional dos desafios enfrentados pelas mulheres atingidas, fortalecem o sentimento de estarem organizadas e em luta.

Com a diversidade do grupo presente, havia mulheres que já tinham bordado *arpilleras*, assim como havia as que não conheciam a metodologia, sendo assim esse o primeiro contato. Primeiro, introduz-se o assunto apresentando a técnica de bordado chilena e seu contexto político histórico. Posteriormente, compartilha-se sobre a perspectiva que o MAB trabalha a partir das *arpilleras*, sobre o bordado como instrumento de denúncia, com a mostra de telas do acervo do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB e do *trailer* do documentário *Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência*.

As *arpilleras* são telas bordadas que possuem no verso um bolso secreto. Esse bolso vem da origem chilena, a partir do momento de repressão vivido na ditadura de Pinochet. O bolso secreto de cada *arpillera* carrega uma carta escrita pelas *arpilleristas*, as quais escrevem sobre o contexto em que as telas foram bordadas. As mulheres do MAB seguem o mesmo método, cada *arpillera* acompanha sua carta, escrita pelas próprias mulheres, as protagonistas de todo o processo. No caso dessa oficina, em especial, a importância das cartas também se dá ao fato das *arpilleristas* serem de diferentes territórios. Nesse sentido, as denúncias bordadas são transversais às diversas comunidades, representadas pelas mulheres presentes. Para uma melhor compreensão das mulheres sobre o sentido das cartas, foi lida a carta de uma *arpillera* da comunidade Sento Sé, Bahia.

Visto à pequena disponibilidade de tempo, um final de semana, as coordenadoras da oficina expuseram os cinco temas previamente pensados. Temas que abraçam eixos de luta do Movimento e que foram acolhidos pelas *arpilleristas*. Os temas geradores indicados foram: perda dos laços familiares, comunitários e da relação com a terra (*ARPILLERA 1*), água e energia (*ARPILLERA 2*), produtividade na agricultura e na pesca (*ARPILLERA 3*), reforma da previdência (*ARPILLERA 4*) e mulheres e o mundo do trabalho (*ARPILLERA 5*). As mulheres estavam previa e eventualmente divididas em cinco grupos (como citado no subitem que descreve as formações), onde cada qual levava um nome de uma mulher de luta:

Berta Cáceres, Margarida Alves, Nicinha Magalhães⁵¹, Dandara e Olga Benário. Desse modo, cada grupo ficou responsável pela confecção de uma *arpillera*.

Em seguida, orienta-se sobre as etapas que compreendem o bordado da *arpillera*: 1. Diálogo coletivo sobre o tema gerador; 2. Diálogo coletivo para o planejamento da tela, escolha dos ícones importantes para as representações necessárias; 3. Bordado coletivo; 4. Escrita coletiva da carta; 5. Apresentação/exposição da *arpillera*. Cada grupo foi acompanhado por duas mulheres que possuíam experiência anterior com as *arpilleras*, ou sobre o tema gerador, para ser referência sobre as possíveis dúvidas que possam surgir durante o processo. Nos seguintes tópicos, os trechos que estiverem entre aspas referem às falas das mulheres sobre as suas *arpilleras*, transcritas conforme foram faladas.

4.2.1 Laços comunitários, familiares e a relação com a terra

As populações atingidas são constituídas por povos que ocupam tradicionalmente o espaço ambiental: as comunidades quilombolas, os ribeirinhos e os povos indígenas. No entanto, as mulheres participantes da Formação em Feminismo e Agroecologia eram ribeirinhas e quilombolas. Reconheço que as populações tradicionais são plurais em sua diversidade, mas quero ressaltar que possuem como similaridade um modo de vida intrinsecamente relacionado ao ambiente que ocupam. A afinidade mulher-natureza-homem é harmonizada pelos saberes ancestrais perpassados de geração em geração. Assim, são relações estabelecidas em profunda intimidade, sabe-se que há tempo de plantar, há tempo de colher.

O respeito ao tempo e aos ciclos da terra não é o único fator que diferencia essas populações da sociedade econômica capitalista que explora, degrada e esgota os recursos naturais por vê-los apenas como mercadoria de troca. Ao contrário do sistema capitalista que demarca terras, visando à acumulação e a privatização, o território é bem-comum dos povos tradicionais. Isto é, a utilização da terra, da água, dos recursos naturais é socializada. Nesse sentido, além de proporcionar a subsistência e o modo de vida dessas populações, o território também é o espaço de afetividades. As relações comunitárias são o exemplo de que há forma de (re)existência que não implica em uma individualidade e em competição.

⁵¹ Nilce de Sousa Magalhães, Nicinha, mulher atingida pela Usina Hidrelétrica de Jirau – Porto Velho/RO e lidetrança do MAB, foi brutalmente assassinada em 2016. Seu corpo foi encontrado 5 meses após seu desaparecimento, com mãos e pés amarrados e ligados a uma pedra, há 400m do acampamento que morava com o companheiro e outros pescadores atingidos no rio Mutum. Fonte: Notícia MAB, disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/corpo-nicinha-encontrado-ap-s-cinco-meses-desaparecido>. Acesso em 5 de abril de 2018.

Conseqüentemente, quando essas populações tradicionais são expropriadas de seus territórios, consiste na expropriação dos seus modos de vida. Como as mulheres do grupo Berta documentaram ao bordarem a *Arpillera* 1 “Perda dos laços comunitários, familiares e da relação com terra”. As *arpilleristas* bordaram dois momentos, a vida antes da barragem “Então, a nossa peça quer retratar isso, a nossa riqueza...”, com o destaque da representação do rio como fonte de alimento, renda, lazer, socialização, etc. e o depois “...e com o empreendimento a gente se torna totalmente pobre, obrigados, né?”, momento com poucos elementos bordados, o que comunica a ausência do rio, por conseguinte, a falta dos meios de subsistência e dos elementos naturais que possibilitam o modo de vida.

A definição de pobreza é dada para a nova configuração a qual essas mulheres e suas comunidades são submetidas. Frequentemente relocadas para espaços que não dispõem das propriedades naturais necessárias para a reprodução dos seus modos de vida, as famílias são coagidas a uma realidade de escassez de recursos. Para uma comunidade ribeirinha, a qual tem seu modo de vida estreitamente relacionado ao rio, a opressão se dá, sobretudo, pela privação do território a beira do rio. Em especial para as populações do Semiárido Nordeste, região de poucas chuvas, o acesso ao recurso natural é negado, como as mulheres compartilham “a gente é expulsa pra umas terras que não tem água, né, sendo que onde a gente tava a nossa riqueza era a água, e a gente fica dependente de carro pipas”. Destaque retratado na *arpillera* através do carro pipa bordado paralelamente ao rio (FIGURA 2). Nessa lógica, as comunidades que antes desfrutavam de certa autonomia se veem obrigadas a buscarem outras formas de sustento, como relatado pelas *arpilleristas*, “a gente fica totalmente dependente do capital, a gente não consegue produzir”.

Figura 2 – Detalhe da *arpillera* Perda dos laços: “A nossa riqueza era a água...”



Foto: A autora, junho de 2017.

A perda dos laços comunitários e da identidade coletiva pela expropriação dos meios que propiciavam a socialização, ainda acontece de muitas famílias da mesma

comunidade de origem serem realocadas para diferentes assentamentos, enquanto outros migram para cidades mais distantes, como consequência do impacto emocional e da desterritorialização. As mulheres, especialmente, perdem muito com a desestruturação comunitária. Podemos visualizar através da *arpillera* a diferença bordada entre a mulher que antes da barragem desfruta de companhia enquanto a mulher após o empreendimento é ilustrada de forma isolada. As atingidas resgatam que as atividades realizadas no rio eram desenvolvidas em cooperação com outras mulheres. Como por exemplo, a lavagem de roupas, “*se uma tinha mais roupa pra lavar que eu... me dá aí mulher, ninguém ficava lavando roupa sozinha*”. O rio constituía o elemento central da cultura, promovendo a socialização das mulheres, o estreitamento de laços e o fortalecimento por estarem unidas.

Não obstante, a mulher bordada sozinha no momento pós-barragem retrata além da perda dos laços familiares, a dor pela privação de convivência com suas filhas, filhos e seus maridos. Isto porque com a expropriação dos meios de produção, muitos homens buscam uma fonte de renda em trabalhos que ficam em localidades distantes das suas, enquanto muitos filhos e filhas tentam outra forma de vida na sociedade urbana. Essa questão expõe as mulheres a um maior estado de vulnerabilidade, expostas as violências que se estabelecem nas regiões de barragens, como colocado por uma das artistas dessa *arpillera*, “*nossos maridos têm que ir pra fora trabalhar, deixando a gente sozinho, é... à mercê da sorte*”.

Arpillera 1 – “Perda dos laços familiares e comunitários”



Foto: A autora. *Arpillera* bordada por mulheres atingidas barragem do Castanhão, barragem de Figueiredo, barragem de Aracoiaba, barragem de Sobradinho e ameaçadas pelo projeto de barragem do Riacho Seco e Pedra Branca, em Fortaleza, 2017.

4.2.2 A negação ao acesso à água e à energia

O Semiárido Nordestino possui um clima seco, de pouca e instável pluviometria, como popularmente se conhece. Esse fator é utilizado como justificativa para a transformação dos territórios dos povos tradicionais em paisagem para a construção de grandes obras hídricas. Alega-se que os grandes empreendimentos proporcionariam o desenvolvimento rural, mediante o fornecimento de água para a população do semiárido. Contudo, o que se observa na realidade, é a construção de barragens de acúmulo de água para o abastecimento do agronegócio, de indústrias e dos grandes centros metropolitanos. Para a população rural, utilizada inicialmente como o escopo para a implementação de tais obras, resta às violações de direitos humanos, entre esses está a negação ao acesso à água.

Como bordado pelas mulheres atingidas na *Arpillera* 1 “Perda dos laços”, as comunidades ribeirinhas que antes conservavam seu modo de vida indissociavelmente relacionado ao rio, têm o seu direito de acesso à água negado. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997, institui a água como bem de uso comum, declarando que, em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser destinado ao consumo humano e a dessedentação de animais. No entanto, o que se observa no Semiárido Nordestino é a crescente privatização da água. Considerada então, um bem econômico e gestada através de outorga para acesso (LINS, 2011). “*Lá tem água, mas é água só pra ver*”. Comenta uma das atingidas participantes da Formação, compartilhando que o Canal da Integração⁵² passa próximo a sua comunidade, a qual contraditoriamente depende de carros pipa para o abastecimento de água. Similarmente, as mulheres de comunidades atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, vale do rio São Francisco, Bahia e Pernambuco, denunciam que além da água, há também a negação ao acesso à energia, visto o valor exorbitante cobrado, especialmente para as famílias rurais das proximidades da UHE.

⁵² O Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (Progerirh) constrói um complexo de obras de engenharia como barragens, adutoras, canais, para interligar as bacias hidrográficas do Estado do Ceará, visando o abastecimento dos complexos industriais de Maracanaú e Pecém e região metropolitana de Fortaleza. O Canal da Integração é a principal obra do Progerirh, com aproximadamente 255 km de extensão, transpondo as águas do rio Jaguaribe. Observa-se que as obras do Canal da Integração atingem asunidades principalmente dificultando o acesso à água (LINS, 2011).

Arpillera 2 – “Água e energia não são mercadoria!”



Foto: A autora. *Arpillera* bordada por mulheres atingidas barragem do Castanhão, barragem de Aracoiaba e barragem de Sobradinho em Fortaleza, 2017.

Observa-se assim, que os grandes empreendimentos construídos no Semiárido Nordeste, visam o abastecimento dos complexos industriais, centros urbanos e o agronegócio na zona rural. Ou seja, ao invés de considerar o bem estar da população local, o lucro é visado a todo custo, violentando as comunidades rurais em consideráveis dimensões, como abordado ao longo desse trabalho. Nesse sentido, a partir das suas perspectivas sobre as suas vivências, as mulheres atingidas participantes do grupo Olga Benário bordaram a *Arpillera 2* “*Água e energia não são mercadoria!*”.

O grupo Olga é constituído por mulheres de diferentes realidades, há as atingidas por barragens de acúmulo de água no Estado do Ceará, o Castanhão e Aracoiaba, enquanto as mulheres do vale do rio São Francisco são atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, Bahia, a qual foi construída para geração de energia além do acúmulo de água, como supracitado. Dessa maneira, as *arpilleristas* buscam retratar as duas realidades, bordam a barragem, o canal de água e as torres de transmissão de energia. Juntamente, as mulheres bordam outras dessemelhanças de suas comunidades. Evidenciando, por exemplo, a permanência de famílias que moram em casas de taipa, bordando no centro da *arpillera* casinhas com tecido cor de barro.

Assim como o nome escolhido para a *arpillera*, as mulheres atingidas representam na tela um lema da luta popular: “*o preço da luz é um roubo que tira a comida do povo*”. O preço orbitante da energia elétrica brasileira é retratado através dos ícones: cifrão e lâmpada, a denúncia é explanada pelo prato de comida anulado e vazio que os acompanha (FIGURA 3). As *arpilleristas* delatam a contradição do modelo energético que produz a energia em seus territórios, bordando as torres de transmissão que atravessam as suas comunidades, mas que não a distribui para a população local. Os centros urbanos também são bordados, simbolizando para quem a energia elétrica é produzida. “*A energia ela é gerada aqui, ela passa pela comunidade, mas a comunidade não tem energia*”. Portanto, contraditoriamente, pela proximidade da Usina Hidrelétrica às comunidades, não há o fornecimento de energia, ou quando há, o valor é inacessível. Nessa lógica, as famílias atingidas são submetidas à escolha de pagar a conta de luz ou colocar alimento na mesa, como colocado por uma *arpillerista* “*a família pode ter energia, mas essa energia é muito cara, as vezes ela tem que deixar, tem que diminuir a alimentação pra ter condições, pra poder pagar essa energia*”.

Figura 3 – Detalhe da arpillera Água e energia: “O preço da luz é um roubo que tira a comida do povo”



Foto: A autora, junho de 2017.

A violação do direito ao acesso a água também é denunciada pelas mulheres. As comunidades expropriadas dos seus territórios e do seu livre acesso ao rio, tornam-se dependentes das cisternas e de carros pipa para o abastecimento de água, inclusive as que estão nas proximidades dos canais que a transportam. Assim, as mulheres retratam as chuvas na *arpillera*, sobre a produção das mulheres, “*então essas famílias mesmo estando próximas ao canal elas dependem da chuva pra poder plantar, aqui é a chuva viu? Elas dependem da chuva pra plantar e pra criar seus animais*”. Além disso, a privação à água atinge as mulheres de forma específica. Isto porque, historicamente, mediante a atribuição do trabalho reprodutivo e de cuidados, as mulheres são as grandes responsáveis pelo suprimento de água para as suas famílias. Para isso, elas chegam a caminhar longas distâncias sob o sol quente, retornando com uma lata pesada sobre a cabeça. Realidade ainda enfrentada por mulheres atingidas no Semiárido Nordeste, como as *arpilleristas* denunciam ao bordarem a mulher com a lata de água na cabeça, que buscou nos “*açudes ou do próprio canal que passa, mas que não tem uma distribuição dessa água pra atender as famílias*”. Assim, observo que as mulheres atingidas sofrem uma opressão de gênero com a negação ao acesso à água, visto que por serem mulheres, são as responsáveis pela garantia de água para a família.

Durante o processo criativo e coletivo de confecção das *arpilleras*, as mulheres também dialogam sobre a questão: água para quem? Além de serem atingidas pela obra em si, a expropriação dos seus territórios e a negação ao acesso à água, as mulheres são atingidas pelo agronegócio, abastecido justamente pelas águas dos seus rios, que foram tomadas e acumuladas nas barragens. Elas refletem criticamente, expondo que “*... a gente tentou retratar o monocultivo (...) que eles têm acesso a essa água, né? O canal já é construído (...)*” outra *arpillerista* comenta a importância do debate proporcionado pela metodologia das *arpilleras* para as mulheres atingidas, “*é fundamental interessar no que nos atingiu, aquele trabalho e tudo o mais gera lucro, muito lucro, pra um conglomerado de empresas que*

produz o agronegócio, não produz alimento, produz mercadoria”, questionando também a qualidade do produto alimentício fornecido pelo agronegócio.

O agronegócio cerca terras e contribui com a privatização da água, além de contaminar o solo e os leitos de água devido à intensa utilização de agrotóxicos. Não obstante, ainda há relatos de envenenamento direto sobre comunidades, visto que há a pulverização aérea. Assim, com a terra, as águas e os ventos contaminados, as comunidades cerceadas pelo agronegócio estão em vulnerabilidade socioambiental, expostas a produtos tóxicos que trazem prejuízo à saúde humana e ao meio ambiente. No entanto, mesmo em vulnerabilidade, os sujeitos se organizam nas lutas sociais coletivas (PONTES, RIGOTTO e SILVA, 2018) denunciando as violações de direitos e anunciando as suas resistências, como as mulheres atingidas do Semiárido Nordeste exemplificam.

4.2.3 A produtividade antes e depois das barragens

A *Arpillera* 1 “Perda dos laços comunitários, familiares e da relação com terra”, expressa a expropriação do modo de vida das populações tradicionais ao instante que as comunidades são atingidas. Na *Arpillera* 2 “Água e energia não são mercadoria!”, as mulheres denunciam mais violações de direitos humanos, como a negação ao acesso à água. Temas bordados que são dialogantes com a *Arpillera* 3 “Produtividade na agricultura e na pesca: antes e depois da barragem”, confeccionada pelas mulheres do grupo Margarida Alves. A partir das críticas e denúncias bordadas pelas mulheres nas *arpilleras* apresentadas anteriormente, podemos imaginar o detrimento no âmbito da produção agrícola e pesqueira das mulheres e de suas comunidades atingidas por barragens.

As cores bordadas no espaço esquerdo da *Arpillera* 3 contrastam a tristeza presente no rosto da mulher atingida pela barragem, costurada ao lado direito da tela. No centro, a grande obra repartindo as duas realidades, o passado e o presente, depois da barragem. Uma grande engenharia que transforma um modo de vida em memórias. O sertão virou mar, e o rio que era vida, está distante. Agora, as memórias são o único local onde aquela vida existe, no entanto, são lembranças difíceis de acessar, ainda dói. Bordar é difícil, ainda dói, mas ao mesmo tempo está ajudando. Essas são algumas reflexões compartilhadas durante o bordado coletivo da *Arpillera* 3 “Produtividade: antes e depois”.

Não há como falar da mudança no âmbito da produção agrícola e/ou pesqueira, sem reviver todo o doloroso processo que as mulheres foram submetidas ao serem atingidas.

“A barragem veio... passou como um rolo compressor por cima de tudo...” expropriadas dos seus meios de produção, as mulheres atingidas e suas famílias são realocadas para áreas que possuem uma disponibilidade de recursos naturais diferente da que elas estavam habituadas. O solo na beira do rio é fértil, havia os peixes e a abundância de água, como bordado na *arpillera*. *“Quando eles colocaram elas nos novos lugares não sabiam nem como começar de novo e eles não se adaptaram”*, a tristeza representada no rosto da mulher – que está sozinha – após a construção da barragem, retrata as violações de direitos que as mulheres atingidas são submetidas. O peixe morto – retratando o deserto que ficou após o volume de água do Castanhão baixar – contrapõe a fartura da produção bordada no momento anterior à barragem.

A carnaúba, as galinhas, os peixes, a vaca, etc., a riqueza da agrobiodiversidade produzida e protagonizada pelas mulheres é substituída pelo monocultivo, o agronegócio que transforma as águas-vida das mulheres atingidas e suas famílias, em águas para os perímetros irrigados. Cercando e envenenando as comunidades atingidas. Como bordado pelas *arpilleristas*, o veneno está representado pelo ícone de uma garrafinha branca, com o x preto, ao lado do monocultivo. Não sendo suficiente, o sistema que se apropria da água e terra das comunidades tradicionais, conjuntamente se apropria das sementes que a natureza fornece as mulheres e ao homem para sua reprodução: *“depois da construção da barragem, a gente perdeu a posse das sementes crioulas, pra fazer a produção, a gente tem que buscar no mercado”*.

A partir dessa realidade de enfrentamentos e desafios, as mulheres se perguntam quais os caminhos para reconstrução dos seus modos de vida e para reestruturar a sua produção agrícola. Entende-se como necessário, o acesso à Políticas Públicas de convivência com o Semiárido. Como por exemplo, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – Agroecologia ou a específica para mulheres. Políticas Públicas que propiciam o fomento da produção agroecológica das comunidades rurais, a partir da assistência técnica contextualizada. O acesso a uma ATER específica tem trazido impactos significativos para a vida das mulheres rurais, onde a produção agroecológica transcende, alcançando dimensões como o empoderamento, a autonomia e a autoestima das mulheres (ANDRADE; ESMERALDO; FERNANDES, 2017). No entanto, apenas 1 (uma) mulher entre as 50 atingidas participantes da Formação em Feminismo e Agroecologia relatou ter acesso à ATER. Contudo, compartilham o interesse sobre a produção agroecológica, *“é muito bacana a gente discutir a produção, discutir o campo, discutir agroecologia”* visto o momento de transição e readaptação no âmbito da produtividade que vivem.

Arpillera 3 – “Produtividade na agricultura e na pesca: antes e depois da barragem”



Foto: A autora. *Arpillera* bordada por mulheres atingidas barragem do Castanhão e barragem de Sobradinho em Fortaleza, 2017.

Assim, bordando sobre a produção agrícola antes e depois da barragem, as mulheres refletiram sobre as violações as quais foram submetidas e que essas ainda reverberam consequências. No entanto, ao passo que retratam na *arpillera* a expropriação dos seus meios de subsistência, elas compreendem que mais forte que o sistema que oprime, são as mulheres que se organizam e lutam. A *Arpillera 3* é finalizada com o bordado CAPITALISMO X LUTA (FIGURA 4), como quem diz, resistimos e resistiremos: “*Então a gente quis simbolizar isso aqui, os grandes projetos de barragem, o capitalismo, mas também a luta(...)*” complementado por outra *arpillerista*: “*Também apresenta a resistência das mulheres que apesar dos impactos se organizaram coletivamente em busca de melhorias de vida e garantia dos seus direitos.*”

Figura 4 – Detalhe da *arpillera* Produtividade: “Capitalismo x Luta”



Foto: A autora, junho de 2017.

4.2.4 A divisão sexual do trabalho e as mulheres atingidas

As mulheres atingidas do grupo Dandara, bordaram a *Arpillera 4*, a partir do tema “Mulheres e o mundo do trabalho”. Contudo, sinto a necessidade de previamente contextualizar a estrutura patriarcal a qual estamos inseridas, para falar de divisão sexual do trabalho, justamente pela indissociabilidade dessas duas categorias. Patriarcado é um conceito de ordem política, o qual evidencia o vetor dominação-exploração. Quer dizer, a própria palavra intui a compreensão de qual sentido se dá a ordem de exploração-dominação (SAFFIOTI, 2015, p. 148). O sistema patriarcal(-capitalista-racista) é uma estrutura de poder que se sustenta através do processo onde os homens dominam-exploram as mulheres, é subordinação das mulheres realizada por parte dos homens em dimensão social. Propriamente por ser de esfera estrutural que é transversal, transcendendo o núcleo familiar, as culturas, as práticas sociais, as gerações, etc.

Saffioti (2015, p. 145) explana que o patriarcado possui uma procedência histórica, onde a implementação da hierarquia dos homens sobre as mulheres se dá ao longo dos séculos (ou milênios), construindo-se a primazia masculina. A autora coloca que o sistema capitalista se apropriou de uma discriminação preexistente direcionada as mulheres (*ibidem* p. 138), o que para Federici são fenômenos intrinsecamente correlatos. Federici (2017) evidencia que a atual divisão sexual – e racial – do trabalho e a subordinação das mulheres aos homens são os alicerces do sistema socioeconômico que estamos inseridas, o qual (re)define “a posição das mulheres na sociedade em relação aos homens” (p. 133). Pois para manter-se, tal sistema necessita explorá-las assim como explora os seus territórios.

Nesse sentido, Saffioti destaca a máxima feminista “o pessoal é político”, os quais são espaços profundamente inerentes, onde “o patriarcado é uma forma de expressão do poder político” (2015, p. 135-6). Isso porque a liberdade dos sujeitos é limitada pela estrutura socioeconômica patriarcal-racista-elitista, que transforma “a diferença sexual em diferença política”, subjugando as mulheres (n)a esfera privada e explorando-as através do trabalho doméstico que não é reconhecido e não é remunerado. Federici (2017, p. 213) esclarece que tal ausência de remuneração é ocultada mediante a naturalização do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico. A imposição da divisão sexual – e racial – do trabalho nos sujeita ao trabalho reprodutivo, ao mesmo passo que o desvaloriza e o reduz ao não-trabalho.

A inserção das mulheres, como mulheres, na estrutura social, constrói a in/consciência que temos sobre nós mesmas (PATEMAN *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 139). Saffioti cita Pateman para argumentar que além dos processos de socialização que vivemos – através dos quais somos instruídas a executar trabalho não remunerado, transfigurando-o em atividade de nossa essência e demonstração de amor – são as nossas vivências concretas por meio das relações sociais que nos submetem aos papéis que cumprimos. A complexidade do sistema patriarcal de dominação-exploração é profunda e está intrínseca às nossas mentes, aos nossos corpos e aos nossos territórios. No entanto, se há relação de exploração-dominação há resistência, há conflito (SAFFIOTI, 2015, 139). Assim, a resistência e organização coletiva das mulheres, embasada nos processos de empoderamento, enfrenta a estrutura patriarcal (LEÓN, 2000, p. 204), racista e capitalista.

Arpillera 4 – “Mulheres e o mundo do trabalho”



Foto: A autora. *Arpillera* bordada por mulheres atingidas/ameaçadas por barragens do Vale do Rio Jaguaribe e Vale do Rio São Francisco, 2017.

Assim, as mulheres atingidas do grupo Dandara dialogaram sobre o tema mulheres e o mundo trabalho a partir das suas perspectivas, do seu cotidiano. Uma *arpillerista* relatou que “*todo mundo contou um pouquinho da sua realidade, principalmente no mundo do trabalho de acordo com o nosso tema, foi perfeito!*”. O fato do grupo de *arpilleristas* ser intencionalmente pequeno (composto normalmente por 5-6) pessoas, proporciona um ambiente mais íntimo, onde as mulheres se sentem mais a vontade para compartilharem as suas percepções e o cotidiano o qual são submetidas. Inclusive, as mulheres conseguem externalizar o desgosto que sentem ao realizarem certas atividades que são submetidas no âmbito doméstico, funções que são naturalizadas como femininas, como varrer a casa ou cozinhar, por exemplo. Mediante a troca de vivências e a construção coletiva, o lindo resultado é a *Arpillera 4* – “Mulheres e o mundo do trabalho”.

Através de quatro quadrantes bordados as *arpilleristas* retratam a pluralidade das tarefas que realizam nos seus cotidianos. Os recortes são de um tempo que elas dispõem em um único dia, onde as mulheres encaixam suas triplas jornadas, como colocado por uma das artistas: “*O relógio aqui demarcando, bem tipo os tempos modernos, o que é essa jornada que pra atingida não é mais nem tripla, é quántupla*”. Isso porque a ascensão das mulheres ao mercado de trabalho não as liberta do trabalho doméstico⁵³, submetendo-as ao acúmulo de jornadas, o que para as mulheres rurais é ainda notadamente mais fatigante.

Podemos observar a rotina exaustiva através do testemunho de uma senhora atingida “*eu sou agente de saúde e eu trabalho praticamente o dia todo, né? Se eu não for a tarde (no quintal), é porque eu já não aguento porque é muita coisa na vida das mulheres, é muita coisa, é muita responsabilidade.*” Na sua fala, a mulher que é servidora pública e agricultora – além de acumular as funções de mãe, esposa e dona de casa – utiliza o termo “responsabilidade” para expressar a sobrecarga a qual a mulher do campo é submetida.

Cedinho, a mulher já está de pé. Levanta antes do marido e é ela quem vai acordar os filhos para eles irem à escola, mas antes disso, é necessário preparar o café da manhã, tudo tem que estar pronto e na mesa para quando a família acordar. O dia começa com o sol forte e uma ida ao seu quintal produtivo, pois mesmo se trabalha fora de casa ela busca manter seu modo de vida como agricultora, “*já amanhecendo o dia aqui a mulher já amanhece trabalhando, colhendo os frutos*”. As mulheres narram uma variedade de hortaliças, frutíferas, legumes, ovos que têm nas suas próprias produções. Apesar de muitas vezes não

⁵³ Com exceção das mulheres de classe dominante que optam por pagar outras mulheres para executar tais funções.

reconhecerem a diversidade e a riqueza que produzem em seus quintais⁵⁴, é a partir desses que podem alimentar a sua família com segurança. Isto porque as mulheres relatam que os seus maridos, muitas vezes, insistem na utilização de veneno nos roçados, mas nos seus quintais produtivos elas não permitem. Podemos observar a representação da diversidade de alimentos que está presente na cestinha que a mulher traz do seu quintal no primeiro quadrante.

No segundo quadrante é possível notar a variedade de ícones relacionados aos trabalhos desenvolvidos, retratando que a busca pelo acesso à renda não é fácil para as mulheres atingidas, *“a gente fez a representatividade do transporte ali porque ela acaba tendo que se deslocar pra outros lugares”*. A mulher exerce as atividades domésticas no seu lar e muitas vezes prestam o mesmo serviço na casa de outras famílias que podem ser de localidades distantes das suas. Algumas mulheres também cozinham ou costuram pra fora, tarefas que conjuntamente exercem dentro de casa para os seus familiares. Há as que buscam vender os artesanatos que confeccionam ou o excedente da sua produção agrícola, se existem feirinhas na comunidade ou cidades vizinhas, elas estarão lá. No entanto, as mulheres relatam que a realidade é que muitas, por necessidade, somam várias dessas atividades bordadas. Observo assim que ao serem atingidas e por isso inseridas no modelo econômico capitalista, a sobrecarga que as mulheres são submetidas é intensamente agravada.

O acesso das mulheres ao espaço público também é bordado no terceiro quadrante, *“ela participa vai igreja, na missa, depois tem que pegar os filhos na escola, aí participa da organização do MAB, da associação”*. Apesar de subjugadas a uma jornada exaustiva, as mulheres atingidas buscam ocupar espaços de organização coletiva e de luta. Assim, a percepção das mulheres sobre a importância de estarem organizadas para o enfrentamento das opressões que são submetidas é observada tanto no âmbito público e coletivo, no sentido das comunidades atingidas, quanto no âmbito doméstico e individual: *“(...) porque marido só diz que a mulher é pra varrer casa, é pra lavar pano e pra cuidar dele, não! Mulher também é na luta, mulher também – é onde ela quiser – é onde ela quiser! Eu sou mulher e eu vou vencer e eu sou guerreira!”* O dia da mulher se encerra com a mesma solidão e trabalho que começou, todos dormem, mas ela permanece acordada. Já colocou o filho para dormir, mas ainda precisa lavar a louça do jantar que ela preparou sozinha enquanto o marido assistia televisão.

Visto que, recorrentemente, o trabalho feminino é invisibilizado ao ser considerado ‘ajuda’, as mulheres compartilham um momento de reflexão crítica, engatilhado

⁵⁴ Historicamente, as mulheres são as grandes responsáveis pela segurança e/ou soberania alimentar das suas famílias.

pelo uso dessa palavra no discurso de uma atingida – pois as opressões patriarcais, por serem estruturais, também são reproduzidas por nós, oprimidas – “(...) *esse negócio da ajuda me incomoda também. Você vê na fala da companheira, "eu ajudo a plantar, a colher, eu faço tudo", mas a primeira coisa que ela falou foi: eu ajudo. No final, ela disse, mas eu faço tudo.*” As mulheres externalizam suas insatisfações, refletindo criticamente sobre as suas intensas jornadas de trabalho e sobre a sua desvalorização, ao passo que são chamadas de ajuda. As atingidas demonstram a forte incorporação do patriarcado na vida e discurso das mulheres: “*essa coisa do 'ajudo' ainda tá muito impregnado na gente, um meio de diminuir tudo aquilo que a gente é, seja na produção, seja com nossos filhos, seja na casa, porque nós somos tudo...*”. Outra mulher complementa: “*sempre quem trabalha mais é a mulher, o homem fica mais do lado né?*”. Nesse contexto, destaco que o diálogo em coletivo propicia a conscientização e o autoreconhecimento das mulheres sobre o trabalho que realizam, passos para a construção de suas identidades como sujeitos políticos.

Compartilho então, essa reflexão realizada por uma das mulheres atingidas, sobre a necessidade do desuso do termo ‘ajuda’ para visibilizar o(s) trabalho(s) executado(s) diariamente pelas mulheres, contribuindo com o processo de tomada de consciência e de libertação:

“Eu sustento a casa, eu cuido dos filhos, eu cuido da educação, eu cuido da saúde. Eu faço tudo. Então uma coisa que a gente precisa trabalhar muito é desmistificar isso (a ajuda), porque é uma forma de diminuir o nosso potencial, né? Do que a gente faz e também o nosso poder. O poder que as mulheres têm, ele é tão forte, ele é tão assim, que eu acho que eu não sei nem expressar com palavras que, se caso a gente começa a se conscientizar disso, então assim, a gente domina o mundo.”
Águas de São Francisco, junho de 2017.

Nesse sentido, a contribuição na fala da mulher atingida dialoga com a noção de empoderamento, o poder das mulheres sobre as suas próprias vidas e escolhas, a autonomia das mulheres como sujeitos de si. Assim, momentos coletivos como esse de partilha de reflexões, experiências e sentimentos, são essenciais para o fortalecimento das mulheres. Tanto no enfrentamento às opressões no âmbito privado, quanto no fortalecimento à luta coletiva por seus direitos, através do enfrentamento às relações estruturais de exploração-dominação. Visando, então, a libertação das mulheres através da transformação política e social. Tais processos, no âmbito doméstico e no âmbito público, são indissociáveis, pois se retroalimentam e “retrofortalecem”.

Reflico a importância de bordar uma *arpillera* sobre um tema tão intrínseco ao cotidiano e ao corpo das mulheres, que muitas vezes as/nos transforma em máquinas que

executam tarefas – que não gostamos – em um modo automático. Estar em uma formação, estar fora do ambiente doméstico já é uma vitória para muitas mulheres rurais. Relato que durante essa Formação em Feminismo e Agroecologia duas mulheres de aproximadamente 18 anos retornaram aos seus territórios no primeiro dia, pois os maridos não *permitiram* um tempo maior. É o patriarcado e a divisão sexual do trabalho que nos confina ao ambiente doméstico, onde as mulheres são submetidas a estarem presentes em casa para servirem seus maridos.

“(...) foi isso que eu fiz esses dias. Deixar filho, deixar marido. Meu filho de 20 e poucos anos, lá... não sei nem como é que tão lá se virando (...) E assim, ontem a noite, eu ainda senti esse peso, porque a gente ainda sente esse peso na consciência, como é que eles estão lá?” Águas de Jaguaribe, junho de 2017.

Observo que os papéis desempenhados pelas mulheres – esposa, mãe – não conseguem ser desvinculados do sujeito político que está dedicando um pedaço do seu próprio tempo para si, para a sua colocação política, para o seu aprendizado, lazer e socialização. No entanto, ao parar para dialogar sobre esse tema e assim direcionar o olhar para a sua realidade e o seu cotidiano, as mulheres documentam através do bordado o acúmulo de tarefas que realizam. Indo além, elas percebem que apesar de tanto trabalho, este não é reconhecido. É desvalorizado, transformado em um recurso que deve estar sempre disponível, dentro do lar. E é a partir dessa percepção crítica que elas costuram resistência política através da auto-organização, bordando caminhos de transformação social.

4.2.5 A reforma da previdência e as mulheres rurais

A *Arpillera* 5 foi bordada pelas mulheres do grupo Nicinha, a partir do tema “Reforma da previdência”. No entanto, bem como no *subitem* anterior, sinto a necessidade de contextualizar previamente a relação entre a Previdência Social e as mulheres rurais.

Como uma das conquistas da intensa articulação e luta das trabalhadoras/es rurais, nas décadas de 1970-80, pela consolidação de direitos sociais e políticas públicas específicas, a Constituição Federal de 1988 prevê a cobertura previdenciária no campo a partir de um tratamento de equidade à população rural. Há garantia à aposentadoria por idade, onde as trabalhadoras rurais podem acessar o benefício previdenciário a partir dos 55 anos e há também o salário-maternidade, onde as mulheres tem acesso a 4 meses de benefício. Concessões possibilitadas mediante a comprovação da categoria de trabalhadora rural, através da contribuição esporádica sobre a comercialização da produção (COSTA e RIBEIRO, 2018).

É através da categoria idade que se dá a grande maioria de acessos à aposentadoria rural no Nordeste brasileiro (DO BU *et al.*, 2018). Direito conquistado que, como colocado por Costa e Ribeiro (2018), proporciona impactos significativos na vida das mulheres rurais. Do Bu *et al.* (2018, p. 119) destaca a importância socioeconômica da aposentadoria rural, por essa contribuir na redução da desigualdade da distribuição de renda presente no Nordeste, onde o benefício conjuntamente cumpre o papel de seguro agrícola. Especificamente para as mulheres, a previdência social rural exerce um importante papel material e simbólico ao promover o acesso à renda diretamente em seus nomes, contribuindo com a autonomia das mulheres (BRUMER, 2002, p. 74). Assim, proporciona-se também o reconhecimento sobre a importância da sua produção para a renda familiar.

No entanto, em uma conjuntura de retrocessos na qual se defende a tomada dos direitos por intermédio de reformas nas políticas sociais, está em trâmite no Congresso Nacional a proposta da Reforma da Previdência, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. A proposta universaliza a idade mínima de 65 anos para aposentadoria rural, além de “instituir uma cobrança mínima e periódica para o segurado especial” (PEC 287/2016, p. 24) para substituir o modelo de recolhimento/contribuição citado no primeiro parágrafo. Proposta que invisibiliza as especificidades da rotina dos trabalhadores rurais. Sobretudo, das mulheres rurais e suas triplas jornadas de trabalho, como bordado pelas mulheres atingidas na *arpillera* 4 “Mulheres e o mundo do trabalho”.

Nesse contexto, a Formação em Feminismo e Agroecologia proporcionou o debate com as mulheres atingidas sobre a PEC 287/2016, inspirando as reflexões sobre as consequências da Reforma da Previdência nas suas vidas. Assim, as mulheres do grupo Nicinha confeccionaram a *Arpillera* 5 “Contra a reforma da previdência”, na qual bordaram o seu posicionamento político contra a proposta de emenda constitucional. O repúdio das mulheres à PEC 287/2016 é demonstrado de início, “*a nossa peça, ela representa a nossa indignação com o projeto de Reforma da Previdência*”. Ao bordarem a escada em direção ao INSS interdita, as atingidas refletem sobre a violação de direitos que está sendo proposta. Ou seja, a negação do acesso ao benefício previdenciário como garantido atualmente pela Constituinte, a qual está representada na *Arpillera* 5 pela bandeira do Brasil.

Arpillera 5 – “Contra a reforma da previdência”



Foto: A autora. Arpillera bordada por mulheres atingidas/ameaçadas nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, em Fortaleza, 2017.

As *arpilleristas* bordam uma senhora agricultora de frente ao acesso ao INSS negado, caminhando então em direção ao cemitério. Quer dizer, as atingidas enfatizam a violência da PEC 287/2016 em direção às mulheres rurais idosas, as quais podem falecer antes de acessar a aposentadoria rural. Bem como questionam o lucro das grandes empresas e bancos, e as suas respectivas dívidas previdenciárias que são transformadas em opressões à população rural, em especial as mulheres por suas exaustivas jornadas de trabalho. Opressões representadas na *arpillera* através de setas vermelhas bordadas que partem em direção à comunidade camponesa, registrando qual é a parcela da população brasileira mais violentada.

Conjuntamente, as *arpilleristas* evidenciam que a imposição das opressões às agricultoras é diferenciada por bordarem apenas mulheres na área rural produtiva que está sob as setas vermelhas. No entanto, o quadrante que denuncia às violações é o mesmo que anuncia que as mulheres estão organizando-se em luta, as quais muitas vezes são as lideranças dos movimentos sociais em seus territórios. Nas palavras das *arpilleristas*: “*aqui representa também o feminismo e o protagonismo das mulheres, por isso que a gente só desenhou mulheres aqui no território camponês*”. Além de bordarem o símbolo das mulheres, também símbolo do feminismo, representando e reafirmando a imprescindibilidade da luta que inclui as pautas específicas das mulheres.

A linguagem inacessível de documentos federais oficiais e as (des)informações tendenciosas realizadas pela grande mídia, dificultam a compreensão da população brasileira acerca da profunda gravidade do período de retrocessos que estamos submetidos. Nesse sentido, destaco a importância dos processos populares formativos que proporcionam momentos de estudo e de debate sobre a conjuntura política do país. Bordar uma *arpillera* sobre um tema político tão atual e intensamente relacionado com a vida das mulheres rurais, que transcende à toda população brasileira, proporciona que mulheres se apropriem e protagonizem a discussão e a luta por seus direitos. Como colocado previamente, é apenas a reflexão crítica sobre a realidade que estamos inseridas que promoverá ações para a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – Bordado ressignifica-dor

*Res.sig.ni.fi.car (v.t.)
é não negar a realidade, mas mudar a perspectiva,
é trazer um novo sentido para dentro de você.
É se dar ao direito de RES.SIG.NI.FI.CAR
seus pensamentos, conceitos, amores,
aprendizados, situações, vida.
Taline Cunha*

As atingidas por barragens no Semiárido Nordeste são mulheres negras e de pouca renda, as quais são submetidas a violações de direitos humanos como, por exemplo, a expropriação de seus territórios, a negação ao acesso à água e à energia, as violências materiais e imateriais, a desestruturação de suas comunidades, entre outros citados nesse texto. Essas opressões impõem a perda do modo de vida das mulheres e de suas comunidades. Contudo, a (re)existência pela manutenção dos seus modos de vida se dá através dos sistemas agroalimentares presentes nos quintais produtivos das mulheres atingidas, mesmo quando essas possuem outras profissões.

Todavia, não há acesso à Políticas Públicas que propiciem o fortalecimento da agricultura familiar e de uma produção agroecológica em convivência com o semiárido. Visto os desafios impostos para a readaptação territorial e do modo de vida dessas comunidades, a assistência para a sua reestruturação produtiva é essencial. A ausência de Políticas Públicas desvaloriza o potencial agrícola dessas famílias. Em contrapartida, as populações atingidas resistem, organizando-se e lutando por seus direitos, mediante, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Reflico sobre a relevância da participação ativa das mulheres na construção do MAB. Organizando e executando formações e ações políticas, num esforço coletivo para que a luta do Movimento ressoe e conjuntamente inclua as pautas específicas das mulheres. Os desafios e limitações existem, onde no Nordeste, pelo fato das lideranças serem em sua grande maioria composta apenas por mulheres, muitas vezes essas priorizam as pautas gerais dos atingidos, deixando de participar de eventos e momentos de troca de saberes com outras mulheres e experiências agroecológicas. Entretanto, a *arpillera* surge como uma metodologia feminista, que propicia a auto-organização das mulheres atingidas, além do momento de formação de mulheres entre mulheres.

O meu primeiro contato com as *arpilleras* aconteceu durante a mesma Formação onde as mulheres bordaram as cinco telas apreciadas no tópico anterior. Para o momento de introdução à metodologia, as facilitadoras trazem *arpilleras* que foram bordadas por outras

atingidas. Assim, as mulheres experenciam as impressões multissensoriais que as *arpilleras* proporcionam. Para mim, pessoalmente, o encantamento foi instantâneo e gradativo – como continua sendo, só cresce. Ao passo que a oficina era desenvolvida, as mulheres atingidas bordaram, além das *arpilleras*, o projeto de pesquisa para essa dissertação.

Digo isso, pois a vivência com as *arpilleras* e *arpilleristas* foi de imersão. A intensidade e a riqueza das trocas de experiências não caberiam nessas páginas. No entanto, as atingidas as fazem caber em uma tela de juta bordada com retalhos. Através das suas próprias mãos, as mulheres externalizam as emoções que habitam em seus corações. Enquanto bordam, elas acessam memórias difíceis, compartilham que “*ainda dói*”. E é justamente a dor, o instrumento utilizado para criar as telas coloridas. Bordar a dor, externalizar as memórias das violações de direitos que as mulheres foram submetidas, contribui com o processo de cura que estão vivenciando. É a apropriação da arte para um processo terapêutico.

No entanto, através da afetividade também se faz política. Como abordado ao longo desse capítulo, as *arpilleras* são uma metodologia feminista para as mulheres atingidas por barragens, o que implica no teor político das telas bordadas. Nesse sentido, aprecio as ressignificações das mulheres atingidas a partir das suas experiências com as *arpilleras*. Primeiramente, pelo fato do bordado ser um instrumento tradicionalmente feminino, referente ao uso no âmbito doméstico ou considerado artesanato. Subvertido em arte política pelas mulheres atingidas, o bordado é ressignificado através das *arpilleras*.

A *arpillera* também ressignifica o bordado como um instrumento de comunicação popular. Uma comunicação democrática, onde as mulheres protagonizam a contação de suas histórias. A acessibilidade dos instrumentos e o domínio do processo criativo, possibilita que as mulheres comuniquem o que sentem necessário. As *arpilleras* ganham exposições em museus, em Universidades, em espaços públicos, o que proporciona um maior alcance da sociedade civil. Utiliza-se as *arpilleras* como instrumento de denúncia sobre as violações de direitos que as mulheres atingidas e suas comunidades são submetidas. Assim como anunciam que as mulheres estão organizadas e em luta, (re)existindo.

As próprias *arpilleras* são ressignificadas pelas mulheres do MAB. A técnica têxtil foi utilizada como tela política pelas mulheres chilenas, no entanto, as *arpilleras* em uma perspectiva feminista são experienciadas e bordadas pelas atingidas. Nesse sentido, as mulheres atingidas ressignificam a técnica de bordado chilena por utilizá-la como instrumento de reflexão crítica para as mulheres, propiciando trocas de experiências, afetos e questionamentos no âmbito do feminismo. Assim, a *arpillera*, anteriormente técnica de bordado, agora é metodologia feminista para as mulheres atingidas por barragens. Por sua

perspectiva feminista, a *arpillera* também é instrumento que ressignifica a participação política, contribuindo com o processo de auto-organização e animando a mobilização de mulheres. Propiciam a reflexão das mulheres sobre o bem que faz dedicarem um tempo para si, para o seu lazer e autocuidado.

Especialmente, as ressignificações que as mulheres atingidas vivem a partir da metodologia das *arpilleras*, se dá em relação às memórias que elas carregam consigo. As lembranças dolorosas, a cidade que foi inundada. As *arpilleras* propiciam a ressignificação das suas histórias. O que antes era visto apenas como o sofrimento e a violência, agora consegue ser visualizado ao lado de toda luta por direitos e a resistência que coexistiram nesse processo. As memórias afetivas difíceis de serem acessadas pelo luto da desterritorialização são reencontradas ao passo que o processo das *arpilleras* proporciona a recordação carinhosa de histórias engraçadas, divertidas, emocionantes ou rotineiras, especificamente das suas comunidades. Finalizo ressaltando a singularidade de um bordado ressignificador em tantas dimensões, que através das *arpilleras*, as mulheres ressignificam a si e as suas dores.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; PRAMONO, Albertus Hadi; SHEPPARD, Eric; LÉVY, Jacques; FOX, Jefferson; CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John; SURIANATA, Krisnawati; COLI, Luis Régis; HERSHOK, Peter; JOLIVEAU, Thierry. **Cartografias Sociais e Território**. IPPUR/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- ACSELRAD, Henri; VIANNA Jr., Aurélio; COLI, Luis Régis; CÁCERES, Luz Stella Rodríguez; WANDERLEY, Luiz Jardim; HOFFMAN, Maria Barroso; PINTO, Raquel Giffoni; ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2 ed. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.
- ADAMS, Jacqueline. Art in Social Movements: Shantytown Women's Protest in Pinochet's Chile. **Sociological Forum**, vol. 17, n. 1, p. 21-56, 2002.
- AGOSÍN, Marjorie. *Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994*. Rowman & Littlefield Publishers. Ed. 2. EUA. 2008.
- ANDRADE, Saskia Melo; ESMERALDO, Gema Galgani S. L.; FERNANDES, Beatriz Rodrigues. **Contribuições da Assistência Técnica e Extensão Rural** - Ater específica para mulheres na vida das agricultoras localizadas no território de Sertões de Canindé, Estado do Ceará. *In: 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, 2017, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017.
- ANDRIOLI, Liciane e NADALLETI, Cristiane. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil. **Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois**, 2013.
- ARAUJO, Christianne Evaristo de. **A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ARAUJO, Christianne Evaristo de, Custódia Selma. A represa Castanhão e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **O público e o privado**, n. 7, p. 7-56, 2006.
- BACIC, Roberta. *Arpilleras que claman, cantan, denuncian e interpelan*. **Revista Hechos del Callejon**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. N. 42, p. 20-22. Colômbia. 2008.
- BERENGUEL, Maria Viñolo e HERNÁNDEZ, Alba Pérez. *Las arpilleras, una alternativa têxtil feminina de participación y resistencia social*. *In: GIL, Gregório (org.) ¿Por qué tienen que decir que somos diferente? Mujeres inmigrantes, sujetos de acción política*. Creative, 2010.
- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. V. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BOFF, Leonardo. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. CPT – Conflitos no campo – Brasil 2016, p.26-30, 2017.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro, Sextante, 2004.

BRONTANI, Cláudio. História da luta contra as barragens do rio Uruguai. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 24-31, 1990.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, ano 4, n. 7, p. 50-81. 2002.

CPT Nacional – Brasil. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas da juventude. **Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 193-212. Paraíba, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 13 jul. 2018.

COSTA, Adália Raissa e RIBEIRO, Matheus Almeida. PREVIDÊNCIA SOCIAL E A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS: um destaque para a participação e as conquistas das mulheres. **Entropia**, v. 2, n. 3, p.136-149, 2018.

DO BU, Thayse Andrezza; DA SILVA, Thais Marculino; SCHMIDT FILHO, Ricardo. A importância socioeconômica da previdência rural para o Nordeste no debate amplo da seguridade social. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 25, n. 1, p. 108-133, 2018.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivo das mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de *arpilleras* como instrumento de resistência das populações atingidas. **Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**, 2016.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 829-831, 2006.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (ANAIS, GT 18)**, Recife. 2007. Disponível em: http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=143&Itemid=170. Acesso em: 13 de jul. 2018.

EXPOSIÇÃO *Arpilleras* – bordando a resistência. Catálogo. **Memorial da América Latina**, São Paulo, 2015. Disponível em:

https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__. Acesso em: 27 out. 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, ed. 17. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**, ed. 5, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões, *arpillera* e a luta de mulheres contra Belo Monte. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. V. 1, n. 1, p.68-74, 2017.

FUCHS, Werner. Organizar o imprevisível? Metodologia da luta popular contra Itaipu. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 9-15, 1990.

GARLOCK, Lisa Raye. Stories in the Cloth: Art Therapy and Narrative Textiles. **Art Therapy**, v. 33, n. 2, p. 58-66, 2016.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT no Brasil – Relatório 2017**.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo e PAULINHO. Bahia, 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso: 13 jul. 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. 1988. *In*: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n. 1, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2018.

H3000. *Experience in Detail “Arpilleras – Bordando a Resistência*. Viena, 2016.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom**. Routledge, Nova Iorque; Londres, 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso 13 jul. 2018.

IDÁÑEZ, Maria José Aguilar e ANDER-EGG, Ezequiel. **Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias**. 3ª Ed. Rede Europeia Anti-Pobreza. Portugal, 2008.

ISBELL, Billie Jean. Violence in Peru: Performances and Dialogues. **American Anthropologist**, vol. 100, n. 2, p. 282-291, 1998.

LEÓN, Magdalena. EMPODERAMIENTO: RELACIONES DE LAS MUJERES COM EL PODER. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 191-206, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>. Acesso em: 04 ago. 2018.

LINS, Cíntia dos Santos. Das águas transportadas às águas dispostas: uma análise da implantação do canal da integração (CE). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 13, n. 1, p. 23-37, Sobral, 2011.

LÜNING, Angela. "Acabe com esse santo, Pedrito vem aí..." - Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. **Revista USP**, n. 28, p.194-220. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28377> Acesso em: 13 jul. 2018.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Mulheres atingidas por barragens - mudanças no modo de vida**. 2010. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/materiais/mulheres_atingidas.pdf

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Começa o Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011a. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em 30 out. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em 30 de out. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **A criação das comissões regionais de atingidos**. 2011c. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>. Acesso em 15 de dez. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. Cartilha. São Paulo, 2015a.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Atingidas por barragens participam de oficina de Arpillera na Argentina**. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participam-oficina-arpillera-na-argentina-0>. Acesso em 24 out. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Arpilleras: a costura como ferramenta política**. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costura-como-ferramenta-pol-tica>. Acesso em 24 out. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ideias centrais do Oitavo Encontro Nacional do MAB**. 2017. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ideias-centrais-do-oitavo-encontro-nacional-do-mab>. Acesso em 24 nov. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Atingidas por barragens: Costurando os direitos humanos**. In: Catálogo – **Arpilleras: Bordando a Resistência**. São Paulo, 2015c.

- MANDARINO, Ana Cristina e GOMBERG, Estélio. Dimensões sociais e terapêuticas contemporâneas da religião afro-brasileira Candomblé. **RELIGARE – Revista de Ciências das Religiões**, v. 6, n. 2, p. 9-22. Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/8231>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2007. ISBN 85-224-3263-5.
- MEIHY, José Carlos. **Manual da História Oral**. 4 ed. Edições Loyola. São Paulo, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis – RJ. Vozes, 2009.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Tese, Programa Interdisciplinar de Doutorado em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente/CFH-UFSC, 1999.
- MORALES, Karen Paola. **MAMA QUILLA: Los hilos (des)bordados de la guerra – arpilleras para la memoria**. Tese, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011.
- NARVAZ, Martha e KOLLER, Silvia. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.
- POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, Lei Nº 9.433 de 8 de junho de 1977. Texto original, disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 287/2016, Texto original, disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PEC-287-2016.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- PENZANI, Renata. A revolução será costurada. **Revista da Cultura**. 93 ed., p. 42-45. Livraria Cultura, 2015. Disponível em: http://statics.livrariacultura.net.br/site/revista_da_cultura/pdfs/revista_cultura_edicao_093.pdf Acesso em 24 out. 2017.
- PONTES, Andrezza Graziella V.; RIGOTTO, Raquel Maria; SILVA, Jennifer Vale. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados. **Ciência e Saúde**, v. 23, n. 5, p. 1375-1386, 2018.
- REYES, Alma Cordelia Rizzo. *Las mujeres y el arte de defender el derecho a la memoria: comentario de Tapices de esperanza, hilos de amor de Marjorie Agosín et al.* **Revista del Centro Nacional de Derechos Humanos**. Comisión Nacional de los Derechos Humanos, México. N. 24, p. 87-90. 2015

- RIOS, Flávia e RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *In*: PINTO, Ana Flávia M. e CHALHOUB, Sidney. **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas – EDUFRRB, Belo Horizonte – Fino Traço, 2016. P. 387-403.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade**. 3 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015
- SANTOS, Giselle Cristina. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, p. 7 – 32, Niterói, 2016.
- SARDENBERG, Cecilia. Pedagogias Feministas: uma introdução. **Caderno de textos Gênero e Trabalho**. Vanin e Gonçalves (org.). Salvador, REDOR, p. 45-57, 2006.
- SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Costa, Alice e Sardenberg, Cecilia (org.), REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, p. 89-120, 2002.
- SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. **Experiências em Pedagogia Feminista**. SOS Corpo, Recife, p. 8-27, 2010.
- SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. **Proa – Revista de Antropologia e Arte (on-line)**, n. 02, vol. 01, Campinas, 2010. <http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/anasimioni.html>. Acesso em 24 de jul. 2018.
- SOUZA, Celso Pereira de. O sertão virou mar: a luta em Itaparica. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 33-39, 1990.
- VIANNA, Aurélio. O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 5-8, 1990.
- VIANNA, Aurélio; LEROY, Jean-Pierre e TAVARES, Ricardo. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 54-57, 1990.
- WEIMANN, Guilherme. “Na Guerra das barragens, o bordado virou arma política.” *Brasil de Fato*, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/32097/>. Acesso em 26 out. 2017.
- ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel – Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: O caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. X, n. 2, p. 119-135. Campinas, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA VIDA E EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS⁵⁵

Nome: _____ Comunidade: _____
Município: _____

INFORMAÇÕES PESSOAIS

1) Qual sua idade? _____

2) Identidade de Gênero⁵⁶:

- Mulher
 Trans⁵⁷
 Não-binário⁵⁸

3) Identidade Racial:

- Branca Parda Negra Indígena
Outra: _____

4) Orientação Sexual:

- Homossexual Heterossexual Bissexual Outra: _____

5) Religião:

- Evangélica Católica Espírita Umbanda Candomblé
 Sem religião Outras: _____

6) Estado Civil:

- Solteira Separada Viúva Casada ou mora com companheiro/a
 Outro: _____

7) Escolaridade:

- Não alfabetizada EJA Fund. Incompleto Fund. Completo
 Médio Incompleto Médio Completo Superior Incompleto Superior Completo
 Técnico⁵⁹ Incompleto Técnico Completo Tecnólogo⁶⁰ Incompleto Tecnólogo Completo
 Integrado Incompleto Integrado Completo

Pós-graduação: _____ Outro: _____

Qual curso? _____

⁵⁵ Pesquisa que contempla a segunda meta do Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino”.

⁵⁶ A noção de identidade de gênero refere-se à construção social do sexo, ou seja, aos papéis e valores que o constituem em dado momento histórico, em uma sociedade particular, englobando o sexo biológico.

⁵⁷ É a pessoa que, por se sentir pertencente a outro gênero que não seja o de origem biológica (gênero que a sociedade comumente afirma como sendo a identificação do seu corpo), pode manifestar o desejo de fazer uma cirurgia no seu corpo para mudar de sexo.

⁵⁸ É a pessoa que não se sente 100% feminina e nem 100% masculina.

⁵⁹ Curso de nível médio que pode durar de 2 meses a 3 anos.

⁶⁰ Curso de nível superior que pode durar de 2 a 3 anos.

8) Possui documentação: () RG () CPF () DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

INFORMAÇÕES FAMILIARES

9) Você tem filhos? () Sim () Não Se sim, quantos? _____

10) Contando com você, quantas pessoas vivem na sua casa? _____
Quem são essas pessoas? _____

11) Qual a renda mensal da sua família, aproximadamente?
 () Nenhuma renda () Até 1 salário mínimo (até R\$ 937,00) () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,00 até R\$2.811,00) () Mais de 3 salários mínimos

12) Qual a sua renda mensal, aproximadamente?
 () Nenhuma renda () Até 1 salário mínimo (até R\$ 937,00) () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,00 até R\$2.811,00) () Mais de 3 salários mínimos

13) Alguém da sua casa já fez ou faz uso de Benefícios Sociais?
 () Sim () Não

Se sim, quais seriam?

() Bolsa Família () PROUNI () BPC⁶¹ () PRONATEC () Seguro Defeso
 () Seguro Safra () FIES () Aposentadoria () Auxílio-doença
 () Outro? _____

MODO DE VIDA

14) Você é agricultora?
 () Sim () Não

15) Se sim, quais atividades desenvolve na agricultura?

16) Profissão/Trabalho/Ocupação (pode responder mais de uma opção):

() Estudante	() Dona de casa/doméstica	() Agricultora
() Pescadora	() Marisqueira	() Apicultora (cultivo de mel)
() Artesã	() Turismo Comunitário	() Comerciante
() Professora	() Pensionista	() Não remunerada
() Outra/s ocupação/ões? - Qual/is?		

17) Assinale as organizações ou coletivos ou atividades que você participa:

⁶¹ **BPC** significa Benefício de Prestação Continuada. É um tipo de **ajuda mensal** equivalente a um salário mínimo que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) proporciona a idosos de 65 anos ou mais que não têm direito à previdência social e a pessoas com deficiência que não podem levar uma vida independente. A renda familiar nos dois casos deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo.

- () Artísticas/Culturais/Artesanato
 () Religiosas
 () Associação - Qual/is? _____
 () Cooperativa - Qual? _____
 () Grupo de Mulheres - Qual? _____
 () Grupo de Jovens – Qual? _____
 () Grupo religioso – Qual? _____
 () Colônia de pescadores/as - Qual? _____
 () Sindicato – Qual? _____
 () Filiada a algum partido? – Qual? _____
 () Movimento social – Qual/is? _____
 () Outro/s. – Qual/is? _____

18) Acesso às políticas públicas, programas sociais e/ou de transferência de renda:

() Programa de Aquisição de Alimento (PAA)	() Programa Nacional da Alimentação Escolar	() Pronaf
() Benefícios de Prestação Continuada (BPC)	() PNATER (Assistência Técnica)	() P1+2
() Bolsa Família	() Carro pipa	() Projeto São José
() Seguro Safra	() Sementes da EMATERCE	() Quintal Produtivo

CONFLITOS, IMPACTOS E AMEAÇAS AO TERRITÓRIO GERADOS PELAS BARRAGENS/PROJETO

19) Você é atingida ou ameaçada por Barragem/projeto?

() Atingida por Barragem () ameaçada por projeto () Não

- Qual a Barragem ou Projeto? _____

- Desde quando? _____

- Como a Barragem/projeto me atingiu?

20) Participa do Movimento Atingidos por Barragens (MAB)? () Sim () Não

Se sim, como se dá sua participação?

21) Já participou de alguma mobilização/marcha/encontro? Qual/Quais?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA

REFLETINDO A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Identificação

Nome: Idade:
Localidade de origem: Ano de saída:
Moradia atual: É reassentamento? Sim () Não ()
Estado civil: Nº de filhos:

História de vida

1. Você gostaria de compartilhar as formas como a barragem lhe atingiu? Os impactos da obra na sua vida? Como era a sua vida antes e depois da barragem?

Auto-organização

1. Sendo o MAB um movimento social misto, como se dá a auto-organização das mulheres no movimento? Qual a importância para o coletivo de mulheres?
2. Qual a importância dessa auto-organização das mulheres para você?
3. Qual a importância dessa auto-organização das mulheres para o coletivo de mulheres?
4. Quais as lutas que você participou? E quais participa hoje? Como resiste?

Estratégias metodológicas

1. Você já produziu uma arpillera? E o que é arpillera para você? E pro movimento? A arpillera que você bordou era sobre qual tema? Quantas mulheres aproximadamente participaram? Como foi a experiência de dividir com outras mulheres a construção da arpillera e o que foi compartilhado durante esse momento?
2. De que forma o curso de formação em Feminismo e Agroecologia contribui para a sua realidade como mulher?
3. Esses momentos (formação e arpillera) trouxeram mudanças para as relações entre as mulheres? Quais?

APÊNDICE C – ENTREVISTA ESTHER VITAL

1. Como se deu o primeiro contato com as arpilleras chilenas? Foi na exposição “Arpilleras da resistência política chilena” em 2011 – SP?
2. Como surgiu a ideia do projeto para as mulheres atingidas?
3. Como funcionava a dinâmica das oficinas?
4. Qual foi a principal motivação para levar essa metodologia para as mulheres atingidas? Instrumento para denúncia das violações de direitos?

Além de instrumento de denúncia: Lugar de subjetividade, construir sua própria visão da realidade. Linguagem própria, costura, incluir contradições, emoções e razões. Partindo do cotidiano das mulheres. A experiência vivencial das mulheres.
5. Aqui no Nordeste observamos que a arpillera é um importante instrumento para a auto-organização das mulheres atingidas, essa era uma das intenções ou foi um processo que se desenvolveu naturalmente?
6. Para você, as arpilleras são uma metodologia feminista? Se sim, por quê?

ANEXO A – PROGRAMAÇÃO DAS FORMAÇÕES EM FEMINISMO E AGROECOLOGIA E DO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

O processo de formação realizado em Fortaleza, no período de 8 a 12 de junho de 2017, teve início com uma mesa de debate sobre “Feminismo e agroecologia: experiências, desafios e lutas das mulheres atingidas por barragens”, com a presença de integrantes do Núcleo de Estudos, Gênero, Idade e Família (NEGIF), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e ativistas do MAB.

Posteriormente, as mulheres se dirigiram ao Centro de Formação Frei Humberto, onde aconteceram as demais etapas do processo. A divisão em cinco grupos de trabalho, realizada de forma eventual, transformou o curso em um grande momento de integração e partilha entre as mulheres atingidas dos estados do Ceará, da Bahia e de Pernambuco. Durante o processo de formação foram realizados os seguintes debates: “Modelo energético e a vida das mulheres atingidas por barragens”, facilitado pelas ativistas do MAB. Em seguida foi discutida a “Conjuntura política e econômica brasileira: cenários e desafios”.

A UFC contribuiu com o processo de construção, entre as demais formas, ao favorecer uma interlocução sobre o tema “Mulheres e Agroecologia: diálogo entre saberes e experiências”, viabilizado por integrantes do NEEPA. No decurso desse momento, as mulheres construíram coletivamente e através de tarjetas, os sistemas agroalimentares presentes na realidade das suas famílias e de suas comunidades. Esse momento promoveu a troca de experiências, a visualização e o reconhecimento das próprias mulheres sobre a riqueza existente em seus quintais produtivos.

Ademais, essa etapa de formação dispôs de um significativo momento para as mulheres atingidas por barragens, guiado por ativistas do Movimento. Compartilhou-se com as participantes do curso, a metodologia das *arpilleras*. Realizada a apresentação, a partilha de experiências das mulheres que já haviam experienciado a produção de *arpilleras* e sanadas as dúvidas, cada um dos cinco grupos pré-definidos ficou responsável pela construção coletiva de uma *arpillera*. Os temas escolhidos para os bordados há muitas mãos foram: água e energia, mulheres e o mundo do trabalho, produção na agricultura e na pesca, perda dos laços familiares e comunitários e a reforma da previdência.

Referente à parte da coleta de dados da pesquisa, foram aplicados os questionários semiestruturados sobre o “Diagnóstico da vida social das mulheres atingidas por barragens e sistematização de experiências agroecológicas”, onde 30 mulheres participantes do curso

responderam espontaneamente. Esse primeiro Encontro das Mulheres foi encerrado com uma conversa sobre os desafios organizativos do MAB e das mulheres atingidas.

A programação do curso de formação em Feminismo e Agroecologia, que ocorreu no período de 30 de agosto a 2 de setembro de 2017 em Petrolina e Juazeiro da Bahia, teve início com um ato político de abertura do segundo Encontro das Mulheres, com uma mesa de saudações políticas com os movimentos sociais, sindicais e universidades presentes, realizada na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Paralelamente acontecia a mostra “*Arpilleras – Bordando a Resistência*”, onde foram expostas as cinco *arpilleras* frutos da primeira etapa do curso realizado em Fortaleza, juntamente com outras anteriormente produzidas pelas mulheres atingidas, tanto na gravação do filme, o qual possui o mesmo nome da mostra, quanto em outros momentos onde a metodologia foi repassada pelas e para as mulheres atingidas nas suas próprias comunidades.

Após esse momento, as mulheres se dirigiram ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), centro de formação localizado em Juazeiro da Bahia, no qual foram realizadas as seguintes etapas do processo. Realizou-se uma trilha agroecológica pelas dependências do IRPAA, onde foi proposto para as mulheres agricultoras e pesquisadoras que observassem as técnicas e tecnologias implementadas nas áreas de experimentação do instituto, momento facilitado por uma técnica do IRPAA. Seguidamente, após as trocas de experiências entre os técnicos do instituto e as mulheres, bem como das mulheres entre si, transcorreu-se uma roda de conversa onde foram expostas algumas considerações sobre o experimento da trilha pelo instituto.

Foi no decorrer dessa etapa que decorreram as entrevistas em profundidade “Refletindo a auto-organização das mulheres atingidas por barragens” com seis mulheres atingidas de comunidades e gerações distintas. Da mesma forma, foram reaplicados os questionários semiestruturados sobre o “Diagnóstico da vida social das mulheres atingidas por barragens e sistematização de experiências agroecológicas”, onde 17 mulheres que não estavam presentes na primeira etapa do processo, realizado em Fortaleza, retornaram o questionário respondido.

Abordou-se o tema dos conflitos e injustiças ambientais gerados pela implantação das barragens na vida e no modo de produzir das mulheres, durante essa etapa do processo de formação. A partir da facilitação de integrantes do NEEPA/PRA e do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT)/UFC, foi apresentado às mulheres atingidas a metodologia da

cartografia social⁶². Foi proposta a construção de um mapa do Nordeste a partir dessa perspectiva, a qual traz em representação aquilo que os sujeitos consideram importante, através de um mapeamento participativo e construção coletiva.

As mulheres decidiram pela divisão de grupos por estado. No entanto, após debate, determinaram que seria elaborado um mapa sem fronteiras estaduais, pois as formas como são atingidas, os conflitos e as resistências, são comuns para todos os territórios, no sentido que lutam uma pelas outras e não só pelos conflitos presentes nas suas comunidades.

Todavia, essa pesquisa de mestrado não aprofundará a abordagem da cartografia social, por ser um tema amplo e rico, o qual merece mais tempo e espaço do que o disponível. Por isso, nessa dissertação, será compartilhada e analisada apenas a etapa onde as mulheres determinaram e socializaram os conflitos e as resistências de suas regiões, sem trazer o mapa sistematizado pelas mulheres durante o curso.

O segundo Encontro de Mulheres e curso em Feminismo e Agroecologia foi encerrado com uma análise de conjuntura, viabilizado por uma integrante do Levante Popular da Juventude. Em seguida realizou-se o debate organizativo das mulheres atingidas e foram feitos os encaminhamentos. O processo de formação promoveu a troca de experiências, o compartilhamento de histórias de vida, além de ser um espaço para o empoderamento e o fortalecimento das mulheres e das suas lutas.

⁶² Para uma leitura sobre cartografia social, ver Acselrad (2008) e (2012).

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE E ESCLARECIDO (TLCE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado por Beatriz Rodrigues Fernandes, aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará, como participante da pesquisa intitulada “*ARPILLERAS, AUTOORGANIZAÇÃO E FEMINISMO – RESSIGNIFICAÇÕES DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO*”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a técnica das *arpilleras* como uma metodologia feminista e a construção do Diagnóstico Social das mulheres atingidas por barragens participantes do Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino”.

Dessa forma, a sua participação poderá trazer como benefício a elaboração de informações sociais, ambientais e econômicas das mulheres atingidas por barragens e/ou grandes projetos no semiárido nordestino, visibilizando as violações de direitos humanos, os conflitos ambientais e as formas de resistências.

Para a realização da pesquisa, preciso que a participante responda a esta entrevista, ressaltando que a sua colaboração é de caráter voluntário e não implica em pagamento. Há o risco de sentir-se constrangida com alguma pergunta, e caso isto ocorra, poderá a qualquer momento interromper o questionário e se for de sua vontade encerrar sua participação, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. A entrevista possui perguntas simples e deve tomar aproximadamente 30 a 60 minutos do seu tempo, será aplicada no período de dia, durante o Curso “Feminismo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido” e gravada com um gravador de voz. Eu lhe garanto que os pontos abaixo serão cumpridos:

- 1. Seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você serão mantidos em segredo.**
- 2. Você está livre para interromper, a qualquer momento, sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos.**

3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada e divulgados para profissionais estudiosos no assunto.

Em qualquer momento você poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa pelos telefones/endereços abaixo citados:

Endereço da responsável pela pesquisa:

Nome: Beatriz Rodrigues Fernandes.
Instituição: Universidade Federal do Ceará.
Endereço: Centro de Ciências, Bloco 902, Campus do Pici.
Telefones para contato: (85)3366.9781 (85)999968242
E-mail: beatrizrf@live.com

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, ____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza,

 Participante da pesquisa

Data: ____/____/____

 Pesquisadora responsável e aplicadora do TCLE

Data: ____/____/____